

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**André da Lança Marcon**

**NO PRESENTE,  
MAS TAMBÉM DE OLHO NO PASSADO**

**Reminiscências da outrora comunidade do Córrego Grande,  
Florianópolis**

**Florianópolis**

**Fevereiro de 2006**

**André da Lança Marcon**

**NO PRESENTE, MAS TAMBÉM DE OLHO NO PASSADO**

**Reminiscências da outrora comunidade do Córrego Grande,  
Florianópolis**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alicia Norma Gonzalez de Castells**

**Florianópolis**

**Fevereiro de 2006**



## AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pai e mãe, por tudo (indescritível) que me oferecem: o amor, o afeto e a força para seguir adiante. Obrigado pela existência, também;

À minha querida e amada irmã, Manu, sem a qual este trabalho jamais teria sido concluído, pela transparência, persistência e suporte. Ao meu cunhado Leonardo, pela cumplicidade frente aos empecilhos da vida;

À minha querida Janayna, pelo amor, carinho e apoio;

À minha inestimável orientadora, também uma amiga, Professora Alicia Castells, pela compreensão e irrestrito incentivo;

Ao Matias e à Mônica, amigos que, vibrantes, contagiaram-me com suas conquistas;

Ao Romulo, por seu discreto (porém imenso) companheirismo;

À Ana Maria, à Gladis, ao Tadeu e à Jaira, por sua paciência e inesgotável sabedoria;

Àqueles, além de informantes, sujeitos formidáveis (sem os quais restaria impossível ter-se em mãos esta pesquisa); aos ora dirigentes do Conselho Comunitário do Córrego Grande – COGRAN, em especial aos integrantes do Grupo da Terceira Idade Paz e Amor. Sua mente aberta e calorosa acolhida deram-me alento e incentivo frente aos habituais desânimos duma empreitada de tal gênero;

À Professora Carmen Rial que, ao me aceitar na qualidade de aluno especial na disciplina que ora ministrava – Antropologia das Sociedades Complexas, segundo semestre de 2002 – permitiu-me adentrar num rico e imensurável universo. Também pelas imprescindíveis sugestões;

À Professora Mara Lago, por toda atenção e, da mesma forma, pelas essenciais contribuições;

Aos Professores Alberto Groisman e Theophilos Rifiotis, por suas críticas e ponderações no momento da qualificação do outrora projeto de dissertação, germe deste trabalho;

À Ágata, por sua indiscreta – e distinta – amizade;

Ao PPGAS/UFSC, como um todo – professores, servidores e colegas – por sua parcela, cada qual ao seu jeito, de ensinamento e orientação;

À CAPES e ao CNPQ, pelo financiamento disponibilizado.

## EPÍGRAFE

“O lugar onde se passará toda a vida, ou onde se espera passá-la, existe a partir da batuta do agente imobiliário, floresce e começa a decair no prazo de uma geração. Em tal lugar (e mais e mais pessoas começam a conhecer esses lugares e sua amarga atmosfera do modo mais difícil) ninguém testemunha a vida de ninguém. O lugar pode estar fisicamente cheio, e, no entanto, assustar e repelir os moradores por seu vazio moral. Não somente ele surge do nada, num local inóspito na memória humana, e antes do pagamento da hipoteca já começou a decair, deixando de ser hospitaleiro para se tornar repulsivo e obrigando os infelizes moradores a buscarem outra moradia. O que acontece é que nada nele permanece o mesmo durante muito tempo, e nada dura o suficiente para ser absorvido, tornar-se familiar e transformar-se no que as pessoas ávidas de comunidade e lar procuravam e esperavam”.

(SENNETT, Richard. *The corrosion of character: the personal consequences of work in the new capitalism*. Nova York: Norton, 1998, pp. 42-43, citado por BAUMAN, 2003: p. 46)

## RESUMO

O presente trabalho focaliza as transformações sócio-espaciais ocorridas numa comunidade rural em um curto período de trinta anos. Acometida por uma voraz urbanização, tal comunidade tornou-se, de um território esparsamente ocupado, povoado por famílias de descendência açoriana, para um território densamente ocupado e altamente heterogêneo. Com a instalação, em seus arredores, de instituições públicas de porte como a Universidade Federal de Santa Catarina, a Eletrosul e um expressivo número de outros órgãos públicos, o Córrego Grande converteu-se em local de moradia para uma leva de migrantes – os forasteiros – que ali se estabeleceram no intuito de ficarem próximos de seus lugares de trabalho ou estudo. Um dos objetivos deste trabalho foi identificar, frente a estas transformações que se fizeram presentes na comunidade a partir das três últimas décadas, as estratégias de que se valem os antigos moradores em meio ao contexto do atual Córrego. Do estudo realizado foi possível perceber a comunhão, por parte destes nativos, de vívidas recordações da sua comunidade do passado. Relatos sobre o cotidiano e percepções espaciais do território. Referências a lugares de sociabilidade como o Rio Córrego Grande, o Matadouro dos Vidal, a Chácara e a Igreja dos Padres. Descrições minuciosas sobre as celebrações e festejos da comunidade, propiciaram a (re) construção de um calendário festivo onde se sobressaíam as farras do boi e festas como as de igreja, as juninas e as açorianas. E em muitos destes depoimentos as aparições de feitiçeras e lobisomens surgiram fazendo relação ao passado, mas sem questionamentos presentes. Lembranças e vínculos que inscritos em muros (conforme figuras 6, 9-10, 12-16) retratando a comunidade de outrora, permitiram identificar a existência, entre estes moradores, de vários tipos de redes de sociabilidade (AGIER), como por exemplo, aquelas relativas à participação em grupos como o da Terceira Idade. Redes que culminam por constituir-se tanto num privilegiado meio de manutenção das suas outrora relações comunitárias (BAUMAN, DURHAM, TÖNNIES, REDFIELD, FREYER, MAGNANI) quanto em espaços referenciais onde afloram novas formas de vínculos sociais. Também identifiquei pedaços (MAGNANI) nativos que, imersos no atual tecido urbano do Córrego Grande e distintivos com relação aos forasteiros, apóiam-se, em parte, em antigos vínculos sociais e na comunhão de um sistema de referências onde ter vivido e conhecido a então comunidade do Córrego tem grande relevância.

**Palavras-chave:** bairro, comunidade, Córrego Grande, Florianópolis, memória, pedaço, redes sociais, transformações sócio-espaciais, urbanização

## ABSTRACT

The present work focuses the sociospatial transformations occurred in an agricultural community in a short period of thirty years. Attacked for a voracious urbanization, such community became, from a little occupied territory, populated for families of azorean descent, into a densely occupied and highly heterogeneous territory. With the installation, in its outskirts, of big public institutions as the Universidade Federal de Santa Catarina, the Eletrosul and an expressive number of other public agencies, the Córrego Grande became a housing's place for a great number of migrants - the outsiders - that had been established there in intention to be next to their places of work or study. One of the objectives of this work was to identify, in face to these transformations that had been present in the community from the three last decades, strategies that the old inhabitants use in face to the context of the current Córrego. From the study was possible to perceive the communion, on the part of these natives, of vivid memories of their past community. Stories on daily and the space perceptions of the territory. References to special places of sociability - as the *Rio Córrego Grande* (a river), the *Matadouro dos Vidal* (a buther shop), the *Chácara* (a farm) and the *Igreja dos Padres* (a church). Detailed descriptions on the community's celebrations and parties had propitiated the (re) construction of a festive calendar where sticked out the *farras do boi* and parties as *de igreja*, *juninas* and the azorean ones. And in many of these testimonies the appearances of *feiticeiras* (a kind of witch) and *lobisomens* had appeared making relation to the past, but without present questionings. Memories and links that, inscribed in walls (according to the pictures 6, 9-10, 12-16) portraying the community of long ago, had allowed to identify the existence, between these inhabitants, of some types of sociability nets (AGIER), as for example, those related to the participation in groups as of the senior citizens. Nets that culminate for consisting in such a privileged way of maintenance of its long ago communitarian relations (BAUMAN, DURHAM, TÖNNIES, REDFIELD, FREYER, MAGNANI) as in special spaces where arise new forms of social links. I also identified native *pedaços* (MAGNANI) that, immersed in current Córrego Grande's urban structure and distinctive relationing to the outsiders, are supported, in part, in old social links and in communion of a references system in which to have lived and known the Córrego's old community has great relevance.

**Key-words:** community, Córrego Grande, Florianópolis, memory, quarter, sociability nets, sociospatial transformations, urbanization

## LISTAS DE FIGURAS, QUADROS e TABELAS

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização geográfica do bairro Córrego Grande.....	11
Figura 2 Localização do bairro Córrego Grande na Bacia do Itacorubi, Distrito Sede de Florianópolis.....	12
Figura 3 Localização, na Bacia do Itacorubi, das sedes dos principais órgãos públicos estaduais e federais (e data de construção das mesmas).....	42
Figura 4 Grupo de casas de forasteiros.....	48
Figura 5 Casa de um dos informantes.....	48
Figura 6 Cenário representativo, no primeiro plano, da parte mais baixa do local – a baixada – e, atrás, dos morros – o Sertão e o Sertão de Dentro.....	75
Figura 7 Localização das categorias do território enunciadas pelos informantes.....	81
Figura 8 Localização dos lugares da memória.....	87
Figura 9 As lavadeiras no Rio Córrego Grande.....	88
Figura 10 Estátua do padre João Alfredo Rohr, antigo administrador da Chácara dos Padres.....	89
Figura 11 A Igreja dos Padres.....	91
Figura 12 A pomba branca, um dos símbolos da festa do Divino Espírito Santo.....	98
Figura 13 Apresentação do boi de mamão.....	103
Figura 14 Cantoria do terno de reis.....	103
Figura 15 Realização da farra do boi pelas ruas do Córrego.....	104
Figura 16 Cenário evocativo de escuridão e medo.....	109

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Posição das diversas categorias do território enunciadas pelos informantes.....	80
--	----

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Rol de informantes contendo seu nome, idade, local de nascimento e distribuição por gênero.....	66
Tabela 2 Calendário festivo.....	107



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
-------------------------	----

### PRIMEIRA PARTE

#### UMA PINCELADA HISTÓRICA DO NASCIMENTO DA COMUNIDADE

##### CAPÍTULO 1

###### AS MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS DO BAIRRO CÓRREGO GRANDE

Introdução.....	17
Os primórdios da vila de Nossa Senhora do Desterro.....	18
A chegada dos casais açorianos.....	20
Rumo ao Córrego Grande.....	23
Desterro passa a se chamar Florianópolis.....	26
A mutação das redondezas do Córrego Grande.....	30
Trindade: a implantação do <i>campus</i> da UFSC.....	32
Pantanal: a instalação da Eletrosul.....	36
Itacorubi: o estabelecimento das empresas públicas agrícolas.....	39
Os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos.....	43
Algumas conseqüências da expansão urbana sobre o Córrego Grande e redondezas.....	46
Os nativos e os forasteiros.....	48

##### CAPÍTULO 2

###### DO RURAL AO URBANO: RECRIAÇÕES DA COMUNIDADE

Introdução.....	52
Em busca de aconchego .....	53

### SEGUNDA PARTE

#### UMA ETNOGRAFIA DA ANTIGA COMUNIDADE DO CÓRREGO GRANDE

##### CAPÍTULO 3

###### O COTIDIANO – E ALGO MAIS – DE UM TERRITÓRIO VIVIDO

Introdução.....	63
Questões metodológicas.....	64

O Córrego de antigamente.....	68
Plantações: subsistência e sociabilidade.....	73
Engenhos: marcas sociais do antigo território.....	74
Nuanças espaciais do antigo Córrego: “em cima” e “embaixo”.....	75
Mediações do território.....	79
Eixos de um antigo cotidiano.....	82
Eixo Sul/Norte: a centralidade do Rio Córrego Grande.....	82
Eixo Sul/Norte: a criação da Chácara dos Padres.....	83
Eixo Leste/Oeste: o advento dos loteamentos.....	84
Lugares da memória.....	85
O Rio Córrego Grande.....	86
A Chácara dos Padres.....	89
A Igreja dos Padres.....	91
O Matadouro dos Vidal.....	92
As celebrações e os festejos.....	94
As missas, os batizados e as primeiras comunhões.....	94
As festas de igreja.....	95
As festas juninas.....	99
O pão por Deus, o boi de mamão e o terno de reis.....	102
As farras do boi.....	104
Os bailes e as domingueiras.....	107
Um calendário festivo.....	107
As feiticeiras e os lobisomens.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO A</b> ▪ Transcrição do vídeo etnográfico <i>no tempo da carne seca: histórias sobre o Córrego Grande e seus moradores</i> , dirigido e produzido por André da Lança Marcon e Mônica Siqueira, julho de 2003.....	126

Figura 1

Figura 2

## INTRODUÇÃO

Alçar as primeiras palavras de um trabalho é algo, geralmente, que demanda a realização de uma série de exercícios. Dentre eles, destaco aquele referente às razões que inclinaram seu autor a desenvolvê-lo. Motivos, enfim, que culminam por requerer que o caminho percorrido seja brevemente rememorado.

Deixando a terceira pessoa de lado, ponho-me, por aqui, a visualizar uma trajetória acadêmica que acaba por fundir-se, em tantos aspectos, com aquelas inúmeras questões ditas existenciais (com o perdão do termo). De qualquer modo, faço-me recordar quantas foram as vezes, na altura da minha graduação em Direito, que ouvi falar desta área, a Antropologia. Afirmando, sem nenhuma dúvida, que foram raríssimas, se não menos ainda, se é que existe tal medida. O universo do campo jurídico é outro. Está positivamente voltado para a abstração normativa, ou no mais, para uma concretude que se revela igualmente submersa nos formalismos retóricos e no obscurecimento dos sujeitos.

De qualquer modo, desenvolvi, com grande satisfação, meu trabalho de conclusão de curso numa área pouco prestigiada no âmbito geral do Direito no Brasil: no chamado Direito Urbano (ou Direito Urbanístico). A minha proposta centrou-se num questionamento relativo à eficácia do Plano Diretor de um município específico – Rio do Sul, SC, minha cidade natal – como instrumento de política urbana.<sup>1</sup>

A idéia era, em suma, verificar se aquele Plano realizava os seus objetivos e diretrizes. Uma vez que tal checagem não demandava apenas a análise técnica do estatuto, impunha-se conferir, *in loco* – nas secretarias de obras e de planejamento, nas associações de moradores, nas organizações de classe, entre outros – como as normas eram realmente aplicadas e, principalmente, se elas atendiam, de fato, aos anseios dos vários segmentos sociais, e, em abstrato, da cidade. E, em parte, fiz isso. Mas com muitos empecilhos, devido à circunstância de que uma pesquisa de tal natureza extravasa em grande parte as técnicas usualmente disponíveis no campo dos estudos jurídicos.

---

<sup>1</sup> Plano Diretor Municipal: “É o conjunto de normas legais e diretrizes técnicas que objetiva o desenvolvimento global do município. É Plano, porque é documento que estabelece objetivos; é Diretor, porque fixa as regras básicas, diretrizes que se impõem aos municípios na satisfação daqueles objetivos perseguidos”. (CASTRO, José Nilo de. *Direito Municipal Positivo*. Belo Horizonte: Del Rey, 1991, p. 235, citado por MARCON, André, 2001: p. 35)

Neste contexto é que optei por conhecer esta, até então, pouco conhecida por mim, área da Antropologia. Além da sua conexão com o estudo dos povos indígenas e “exóticos”, pouco sabia a respeito de si. Mas, de qualquer jeito, não me restavam dúvidas de que conferir importância aos pontos de vista dos sujeitos era-lhe uma premissa fundamental (diferentemente do campo do Direito).

Uma vez recriado parte deste percurso, cabe-me, sem mais demoras, discorrer sobre a presente pesquisa. *Grosso modo*, meu principal intento neste estudo é identificar e expor as estratégias de que se valem alguns antigos moradores frente às intensas alterações urbanizadoras que vieram e vêm acometendo seu local de residência, uma então comunidade rural. O hoje bairro do Córrego Grande, localizado na porção centro-oeste da área insular da cidade de Florianópolis (veja Figura 1), no interior de uma região conhecida como Bacia do Itacorubi (conforme Figura 2), vem sofrendo um processo de grandes transformações desde meados da década de 70. Neste bairro, denso e heterogêneo, me propus a visualizar como estes antigos moradores vivenciaram e acompanharam este processo. Ou ainda, de que maneira eles recriam vínculos comunitários, demarcam diferenças para com os novos moradores que ali vieram a residir ou mesmo criam novas formas de sociabilidade em meio ao atual bairro em que vivem.

Para tanto, o trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, composta por dois capítulos, procuro, no seu primeiro, tornar visível, a partir de um exaustivo estudo da formação histórica do povoamento da Ilha, a influência do crescimento da cidade de Florianópolis sobre o da então comunidade do Córrego Grande. Dotado das informações aí colhidas almejo descrever o quadro de alterações que foi gradualmente acometendo o local, apontando algumas das possíveis origens de tal processo. No segundo capítulo, discorro sobre algumas categorias teóricas que podem ser de grande valia na reflexão do tema em pauta, dentre as quais, as noções de comunidade, pedaço e de redes sociais.

Já na segunda parte, constituída por um único capítulo, trato, além das questões metodológicas que se fizeram presentes na realização da pesquisa, de vários aspectos da etnografia, baseada, em grande parte, nas entrevistas feitas junto aos informantes residentes no Córrego desde o período anterior às intensas alterações ali em vigor. Os assuntos em voga neste capítulo etnográfico concentram-se nas diversas configurações da antiga comunidade do Córrego Grande: descrições e análises acerca das percepções espaciais do antigo Córrego, dos relatos deste cotidiano impregnados das celebrações e dos festejos de então como das histórias de feiticeiras e lobisomens – imagens ainda vivas na memória dos meus informantes. A etnografia, sob o olhar destes, mostra-se repleta de saudosismo e idealização, de uma visão

forjada a partir de um processo veloz de alterações sócio-espaciais onde a comunidade transformou-se num bairro da cidade.

E, num derradeiro momento, nas Considerações Finais, focalizo algumas das nuances postas em evidência ao longo do trabalho, como, por exemplo, a existência, entre os meus informantes, de duas lógicas temporais em permanente diálogo. Finalmente, com o intuito de tornar visível alguns dos contextos do processo da pesquisa, disponibilizo, em anexo, a transcrição do vídeo etnográfico *no tempo da carne seca: histórias sobre o Córrego Grande e seus moradores*, dirigido e produzido, em meados de 2003, por mim e pela então colega mestrandia Mônica Siqueira.

**PRIMEIRA PARTE**

**UMA PINCELADA HISTÓRICA  
DO NASCIMENTO DA COMUNIDADE**



# CAPÍTULO 1

## AS MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS DO BAIRRO CÓRREGO GRANDE

### Introdução

“A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal...”

(BAUDELAIRE citado por LE GOFF, 1997: p. 143)

“...ainda assim, a continuidade se firma em certas formas.”

(LE GOFF, 1997: p. 143)

As assertivas citadas, tanto a de Charles Baudelaire como a de Jacques Le Goff, soam bastante familiares aos ouvidos deste tempo, dos fins do século recém-passado e, sem dúvida alguma, do que vem a desvelar-se. Mas, além de frases familiares, o homem destes tempos acostumou-se rapidamente com as igualmente intensas modificações de seus espaços de vida, com as edificações sempre finitas, os muros prestes a quedar. As cidades, de agora e também de ontem, como obras humanas, estão crivadas com o signo de metamorfoses, umas mais intensas e vibrantes do que outras.

Pensando agora numa cidade concreta, Florianópolis, e mais especificamente num bairro em particular, o Córrego Grande, é cabível perceber uma série de nuances passíveis de reflexão quando se tem em vista as perspectivas antes descritas. Uma antiga comunidade caracterizada por seus habitantes principalmente pela sua ruralidade viu-se engolfada por uma urbanização intensamente transformadora.

No intuito de construir abordagens que auxiliem na elucidação de alguns pontos referentes a tais transformações, assim procederei: traçarei, ao longo dos vários subcapítulos vindouros, uma espécie de desenrolar histórico deste processo de crescimento acometedor, amplamente, da cidade de Florianópolis, e num panorama mais estrito, do Córrego Grande. A

aproximação dar-ser-á aqui a partir de uma perspectiva amparada por dados constantes em livros, teses, dissertações, mapas, fotos aéreas, entre outros.

## OS PRIMÓRDIOS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO

Capital do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, Florianópolis foi chamada de Nossa Senhora do Desterro ao tempo de sua criação e de seu povoamento pelos vicentistas, no século XVII: “A pequena vila de Nossa Senhora do Desterro no período Colonial [até 1822], tornou-se cidade de Desterro no Império [de 1822 até 1889], e na virada do século XIX para o XX recebeu o nome de Florianópolis”.<sup>2</sup> (FACCIO, 1997: p. 13) Além disso,

[...] a Ilha de Santa Catarina estava estrategicamente posicionada no caminho das expedições que percorriam o Oceano Atlântico em direção ao Rio da Prata. Esta posição levou Portugal, dentro do seu entendimento geopolítico, a transformá-la em ponto de defesa do litoral, estimulando a sua ocupação territorial e demográfica.<sup>3</sup> (MARCON, Maria, 2000: p. 70)

No começo do século XVI, logo após o descobrimento do Brasil, as potências marítimas ainda procuravam uma rota até as “Índias”, contornando a América do Sul para chegar ao Pacífico. A vila de Nossa Senhora do Desterro ficava estrategicamente no rumo das expedições que desciam em direção ao Rio da Prata. Os navios nela faziam suas paradas para abastecerem-se com água potável e víveres assim como para efetuar reparos. Ademais,

[...] após a separação de Portugal do Reino de Espanha, em 1640, o povoamento português invadiu as áreas que pertenciam à Espanha, rompendo o Tratado de Tordesilhas, com o objetivo de defesa do território. A estratégia lusitana de ocupação da Bacia do Rio da Prata teve duas faces: a primeira marcada pela agressividade com que criou a Colônia do Sacramento, em 1689, que foi causa de mais de um século de guerra; a outra face, mais pacífica, ocorre com a transferência de casais açorianos

<sup>2</sup> “Em 1730, com a criação da Freguesia, o pequeno núcleo populacional foi reconhecido como capaz de alguma organização. O núcleo central da ilha denominada Santa Catarina passou a ser chamado Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, depois simplesmente Desterro”. (Guia Digital Florianópolis: histórico do município de Florianópolis, introdução.) “Tal como hoje os municípios são precedidos pela fase chamada Distrito, antigamente o eram pela Freguesia, um misto de organização religiosa e política que geralmente tomava o nome da igreja local”. (VEIGA, 1993: p. 33)

<sup>3</sup> A mesma autora aponta que o designativo “Ilha de Santa Catarina” foi inicialmente usado pelo navegador italiano Sebastião Caboto, que comandou uma expedição ao Rio da Prata em 1526. Ademais, “Ilha” é um dos nomes pela qual a cidade de Florianópolis é carinhosamente chamada. Em que pese o fato da cidade estar localizada, em grande parte, no interior de uma ilha, seu território é também composto por uma área no continente contíguo. Ilha, portanto, configura-se como termo sintético englobante do todo (área insular + área continental). O Rio da Prata é o estuário criado pelo Rio Paraná e pelo Rio Uruguai, formando sobre a Costa Atlântica da América do Sul uma entrada triangular de 290 quilômetros de largura. É parte do limite entre Argentina e Uruguai.

para a Ilha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a partir de 1747. Essa ocupação territorial foi estimulada pela metrópole, Portugal, dentro de uma estratégia geopolítica de fortalecimento da Ilha como ponto de apoio à Colônia de Sacramento.<sup>4</sup> (MARCON, Maria, 2000: p. 72)

Ante um contexto de grande amplitude, questões de outra ordem iam sucedendo em Desterro como o recebimento, em 1673, de “estímulos” para a vila se organizar a partir da chegada do paulista Francisco Dias Velho, que colocou em prática seus planos de expansão comercial. Mas Dias Velho, frente ao fracasso português na Colônia de Sacramento, enfrentou dificuldades, devido, principalmente, à diminuição de embarcações dirigidas ao sul, o que ocasionou, por certo, redução na posição estratégica da Ilha. E, para piorar as coisas, um ataque de piratas destruiu toda a povoação e determinou, de forma decisiva, seu declínio. Estes fatos fizeram com que, entre 1687 e 1700, a Ilha de Santa Catarina permanecesse obscurecida, com sua população bastante reduzida. No entanto,

[...] face à necessidade de proteger as áreas delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas e ampliar seu território a partir do efetivo povoamento, Portugal reviu os assentamentos relativos à Ilha. Por volta de 1700, começa a segunda etapa de povoamento, tendo já um mínimo de organização e um adensamento demográfico capaz de assegurar-lhe a condição de freguesia dentro do esforço geral de estruturação da ocupação realizada anteriormente por vicentistas e paulistas. (MARCON, Maria, 2000: p. 74)

Assim, a partir de 1737 o território onde estava sediada a vila passou a denominar-se Capitania de Santa Catarina, subjazendo aí um objetivo: o de criar um ponto fortificado, parte de uma série de ações estratégicas, no esforço de dominar as terras ao sul até o estuário do Rio da Prata.<sup>5</sup> (FACCIO, 1997: p. 19) Esse fato

[...] provocou profundas transformações no pequeno povoado de Nossa Senhora do Desterro. Para a Ilha são transferidos contingentes militares. A fixação da tropa e das famílias dos oficiais e a incorporação administrativa e política da vila no sistema colonial, alteraram substancialmente a estrutura econômica, social e espacial da comunidade de pequenos agricultores e pescadores. (SILVA, Etienne, 1978: p. 54)

---

<sup>4</sup> A Colônia do Sacramento era uma “base comercial fortificada, localizada na margem esquerda do Rio da Prata e em terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha”. (CARUSO; CARUSO, 1997: p. 19)

<sup>5</sup> Essas divisões em Capitanias – as Capitanias Hereditárias – como a de Santa Catarina, por exemplo, concretizam um sistema mais amplo que, segundo Maria Marcon, consistia numa “estratégia de distribuição controlada de terra que envolveu empreendedores privados na colonização do território sem ônus para a Coroa. A terra foi doada a donatários com o objetivo de promover a agricultura. Eles tinham direitos soberanos e podiam repartir as terras com moradores capazes de explorá-las e povoá-las. [...] Em 1532, o Brasil foi dividido em 14 capitanias hereditárias administradas por donatários. Cada donatário poderia conceder uma porção de terras aos colonos, as denominadas Sesmarias”. (2000: pp. 71-72)

O primeiro governador da recém-criada Capitania foi o Brigadeiro José da Silva Paes que aí se instalou em 7 de março de 1739 denominando a vila de Desterro de Capital da Capitania de Santa Catarina, concentrando nesta e não mais nas vilas próximas o núcleo principal do povoamento da costa. Sua criação não teve por fundamento a importância de sua economia, mas a vantajosa posição geográfica, o seu excelente porto, muito freqüentado pelos navios que iam da Europa para o Rio da Prata e ao Oceano Pacífico. A posição geográfica e as vantagens físicas da vila e do porto impuseram-se às razões políticas, em que a dominante foi a posse das terras meridionais também pretendidas pela Espanha. (MARCON, Maria, 2000: pp. 75-76)

\*\*\*

Em seguida, cumpre-me tratar da transferência dos referidos casais açorianos para a Ilha de Santa Catarina, ocupação territorial que, estimulada por Portugal, culminou por gerar conseqüências de várias ordens sobre diversos aspectos da Desterro de outrora, assim como da atual cidade de Florianópolis.

### **A CHEGADA DOS CASAIS AÇORIANOS**

Em meados do século XVIII, como visto, o sul do Brasil não era suficientemente povoado para fortalecer a soberania portuguesa contra futuras reclamações da Espanha nas questões de limites. Por causa disto, a Coroa Portuguesa empenhou-se em povoá-lo. Também o governador de Santa Catarina na época, o Brigadeiro José da Silva Paes, sugeriu ao rei, em 1742, que aumentasse a povoação. O Arquipélago dos Açores sofria, contemporaneamente, constantes abalos sísmicos terrestres e submarinos, precário desenvolvimento econômico, excesso populacional e escassez de alimentos, surgindo a necessidade de emigração, o que coincidiu com os interesses de Portugal.<sup>6</sup> Relativamente a tal deslocamento, Cascaes questiona:

Por que vieram os açorianos? Alguns historiadores apontam como causa da vinda dos casais a superpopulação nas ilhas de origem. Em 1748, viviam

---

<sup>6</sup> O Arquipélago dos Açores, formado por 9 ilhas vulcânicas e com áreas que variam entre 12 e 744 quilômetros quadrados – [a Ilha de Santa Catarina tem 425 km<sup>2</sup>] – está localizado em pleno Oceano Atlântico e a 1.500 quilômetros de Portugal. Foi progressivamente descoberto pelos navegantes portugueses a partir de 1427, quando exploravam o litoral da África à procura de um caminho para as Índias. A distância média de uma ilha à outra é de 50 km e entre as duas mais afastadas é de 600 km. Quando foram descobertas estavam desabitadas, vivendo ali apenas algumas espécies de animais e aves marinhas, entre elas uma espécie de gavião do mar denominada Açor, que deu o nome a todo o arquipélago. (CARUSO; CARUSO, 1997: pp. 13-14) Como algumas das ilhas serão especificamente citadas ao longo do texto vale apresentá-las: Ilha de São Miguel (744 km<sup>2</sup>), Ilha Terceira (476 km<sup>2</sup>), Ilha do Pico (460 km<sup>2</sup>), Ilha de São Jorge (180 km<sup>2</sup>), Ilha do Faial (166 km<sup>2</sup>), Ilha das Flores (148 km<sup>2</sup>), Ilha da Graciosa (72 km<sup>2</sup>) e Ilha do Corvo (12 km<sup>2</sup>). (PIAZZA, 1992: p. 29)

nos Açores aproximadamente 150 mil pessoas. Como partiram 6 mil, ficaram 144 mil, o que não muda em quase nada o problema, pois ainda assim os Açores continuariam superpovoados. Então, já que a partida não foi obrigatória, por que é que eles emigraram? Essa questão tem dois aspectos fundamentais: é preciso considerar o sistema social vigente, na época, nos Açores, isto é, o feudalismo, um regime que negava terras ao trabalhador e o explorava violentamente. Donde se conclui que o emigrante partiu para Santa Catarina em busca de terra e liberdade; o outro aspecto a considerar relaciona-se à política portuguesa para o sul do continente americano, quando Lisboa determina a fundação, em 1680, da Colônia do Santíssimo Sacramento. Essa intromissão portuguesa provocou uma série de guerras e conflitos com tropas espanholas, obrigando Portugal a organizar uma retaguarda de apoio às suas forças na Ilha de Santa Catarina. Então, em 1738, envia para cá o Brigadeiro José da Silva Paes, que vai construir 9 fortalezas no interior e nas imediações da Ilha de Santa Catarina, e dez anos mais tarde, em 1748, são conduzidos os 6 mil imigrantes de Açores. (CARUSO; CARUSO, 1997: pp. 18-19)

Organizou-se, então, uma emigração em massa de casais açorianos e madeirenses (estes em menor número) que se dirigiu para o sul do Brasil. Como resultado da Carta Régia de 31 de agosto de 1746 e dos alvarás e editais publicados nas Ilhas dos Açores, que concediam transporte gratuito, ajuda de custo, ferramentas, armas, animais, isenção dos homens do serviço militar e terras para o cultivo, emigraram, entre 1748 e 1756, aproximadamente 5 mil pessoas. O grande contingente foi assentado no litoral catarinense, desde São Francisco do Sul até Laguna. Na Ilha de Santa Catarina foram distribuídos por vários locais: Trindade, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa, entre outros. Alguns destes lugares já existiam, outros foram fundados com a chegada dos açorianos. O rei determinava instruções sobre os locais que deveriam ser escolhidos, como deveriam ser feitos os arruamentos, onde se localizaria a igreja e muitas outras coisas.<sup>7</sup> (FLORES, 1998: pp. 122-123) Segundo Cascaes, a iniciativa

[...] de colonização da Ilha foi do Rei Dom João V, de Portugal, pois até a primeira metade do século XVIII a Ilha estava praticamente abandonada. Pensou-se então no povo dos Açores, por estar acostumado ao clima e à vida da ilha, o que facilitaria a mudança para cá. As ilhas de Açores também estavam superlotadas, uma miséria tremenda, aquele povo vivia maltratado pelos vulcões, pelas grandes tempestades, pelos tremores de terra e até pela pirataria. Então Dom João V resolveu convidar aquele povo

<sup>7</sup> A Ilha da Madeira é um outro arquipélago situado no Oceano Atlântico: ocupa uma área de 741 quilômetros quadrados e dista, da costa portuguesa continental, 1.000 quilômetros, do continente africano, cerca de 700 km, e do arquipélago dos Açores, 1.300 km, estando ao sudeste deste. O seu nome é derivado da densa floresta que os descobridores portugueses encontraram, na sua passagem pela ilha, por volta de 1420. Sobre o número de açorianos emigrados, Piazza arrola mais de 7 mil pessoas. (1992: p. 438), já Cascaes (veja anteriormente) conta 6 mil imigrantes açorianos. São Francisco do Sul é uma cidade litorânea situada a 226 quilômetros ao norte de Florianópolis; Laguna é também município situado no litoral, mas que dista 120 km ao sul da Ilha de Santa Catarina. De uma a outra são, portanto, 346 km de distância. A Trindade, bairro contíguo ao Córrego Grande, era outrora conhecida por Trás do Morro e teve papel significativo na acomodação dos imigrantes açorianos.

para vir colonizar a Ilha de Santa Catarina, a partir de 1748. Colonizar esta terra toda... O rei então fez o convite aos casais: o homem até 40 anos, e ela até 30 anos, fora os filhos que também vinham junto. A eles forneceram então enxada, machado, foice, farinha, uma égua, uma vaca, as sementes, para aquela família poder iniciar a vida aqui nesta Ilha. Portanto, como eu conheci aqui, e como eu conheci lá, nos Açores, o lavrador também era pescador. Eles trabalhavam um pouco na terra e um pouco no mar. Os alimentos de um completavam o do outro. É o peixe e a farinha. Eles não eram ricos. Eles plantavam mandioca, feijão, milho, batata; criavam algumas galinhas, uma vaca para o leite... Era o costume. E, sempre que o mar oferecia oportunidade, deixavam a roça e iam trabalhar no mar. O mesmo acontece hoje [em 1981]. (CARUSO; CARUSO, 1997: pp. 29-30)

Ao desembarcarem em terras catarinenses, os açorianos foram recebidos e acomodados de acordo com o Regimento de 9 de agosto de 1747, que especificava a locação das povoações, onde seriam estabelecidos os casais, o tratamento que lhes seria dado, tal como alojamento, rações alimentares, ajuda de custo, animais, utensílios e ferramentas que lhes caberiam, as terras que lhes foram prometidas nos editais de alistamento, bem como a forma de organização urbana das povoações, a localização das suas igrejas e o socorro espiritual a lhes ser dado, a estruturação das Companhias de Ordenanças e as medidas fiscais.<sup>8</sup> (PIAZZA, 1992: p. 368)

Os casais receberam, como sesmaria, uma porção de terra: “No contorno de cada lugar e nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria se assinalará um quarto de légua em quadro a cada um dos cabeças do casal do mesmo lugar”<sup>9</sup>. (Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 citada por PIAZZA, 1992: p. 382) Mas, pelos registros efetuados em Santa Catarina, não foi efetivamente dada a metragem prometida, nem era o solo próprio para o cultivo dos produtos tradicionais nos Açores e na Madeira. Nos Açores, o solo era de origem vulcânica, altamente fértil; na Ilha de Santa Catarina e no continente litorâneo, os terrenos eram de areia e mangue. Acostumados ao cultivo de trigo, por exemplo, tiveram de se adaptar ao plantio e consumo da farinha de mandioca. (FLORES, 1998: p. 126)

E sobre o cumprimento das determinações régias, os dizeres do Brigadeiro José da Silva Paes revelam dados expressivos:

<sup>8</sup> “No Brasil, as Ordenanças eram organizadas em cada vila ou cidade, aí se incluindo seus arraiais e povoados, sendo seus comandantes responsáveis diretos pela defesa local. Onde não era possível formar uma Companhia de Ordenanças, uma unidade menor chamada de Bandeira de Ordenanças era constituída”. (PEREIRA FILHO, 2000)

<sup>9</sup> Não encontrei a equivalência exata em metros quadrados ou hectares a “um quarto de légua em quadro”. De qualquer forma, as fontes mais numerosas apontavam a légua portuguesa linear medindo 6.179,74 metros e a brasileira, 6.600 metros. Daí, segundo meus cálculos, um quarto de légua em quadro, tendo como referência a légua brasileira, resultaria em 272,50 hectares (ou 2.722.500 metros quadrados), número que, embora elevado, soa razoável tendo em mente as dimensões regionais: a Ilha de Santa Catarina mede 425.000 hectares (425 milhões de metros quadrados ou ainda 425 quilômetros quadrados).

Do quarto de légua que Vossa Majestade ordenou que se desse a cada casal, a maior parte destes que vieram se contentam com muito menos, por quererem ficar mais perto uns dos outros, o que não conseguiriam se o tivessem de o tomar cada um o que Vossa Majestade lhes manda dar, havendo alguns que se contentam com 200 braças de terra e ainda menos, por ficarem juntos dos patrões e por dizerem que com aquela porção de terra tem o que lhes basta para poderem lavar, e assim Vossa Majestade resolverá se hei de continuar a dar-lhes o que lhes contenta, dentro do limite de um quarto de légua, ou se os obrigarei a separarem-se dando-lhes mais terra que a que pedem, sendo sem dúvida que pela irregularidade do terreno se houver de dar-lhes o um quarto de légua ficarão muito dispersos e distantes uns dos outros o que eles repugnarão, e da Missa que é o que eles não querem perder.<sup>10</sup> (PIAZZA, 1992: p. 381)

\*\*\*

Devo dizer que o espaço concedido à vinda dos colonos açorianos à Ilha de Santa Catarina não foi fortuito. Como visto, quando na Ilha adentraram, estes imigrantes povoaram regiões que interessam ao presente estudo, como a Trindade e a Lagoa da Conceição, localidades vizinhas do Córrego Grande. Ademais, naquilo que será apresentado sobre este bairro, a marca de uma cultura originária desses povoadores açorianos será facilmente cognoscível ressaltando tudo aquilo descrito até aqui.

Seguem algumas considerações a respeito de uma suposta direção orientadora do povoamento para além da península central da Ilha de Santa Catarina. Tal orientação, a seguir em apreço, traz em perspectiva a ocupação do chamado Trás do Morro e também do Córrego Grande. O intuito será, mais do que validar tal direção, apresentar alguns aspectos daquelas localidades, com especial foco no Córrego Grande daquela época, fins do século XIX e início do XX.

## RUMO AO CÓRREGO GRANDE

Foi sendo gradativamente ocupado

[...] o Morro do Antão [localizado nas redondezas do Morro da Cruz, região central de Florianópolis], no qual veio a estabelecer-se o açoriano, que lhe

<sup>10</sup> 200 braças equivalem a 19,36 hectares (ou 193.600 metros quadrados) dimensão que, embora reduzida relativamente a um quarto de légua em quadro (272,50 hectares ou 2.722.500 metros quadrados), condiz com o que foi antes enunciado. Para melhor compreensão alterei a ortografia constante na citação que, originalmente, estava num português antigo. É o mesmo Piazza que aborda criticamente o teor destes dados: “O regime de concessão de terras aos casais açorianos demonstra, na análise dos dados expostos, que não houve interesse em pequenas glebas, ocasionando, desde logo, a formação de minifúndios anti-econômicos, dada, especialmente, pela sua localização em terrenos de fraca pujança ou de fácil desgaste por estarem em vales quentes e úmidos do litoral, sujeitos, dada a precariedade do solo, à erosão, face ao desmatamento. Por outro lado, as famílias numerosas dos luso-açorianos, ocasionavam, pela explosão demográfica, a necessidade de novos tratos de terra para cultivo”. (1992: p. 385)

deu o nome, Antão Lourenço Rebelo, natural da Ilha Terceira. Dali o povoamento segue para Trás do Morro, mais tarde denominada Freguesia da Santíssima Trindade de Trás do Morro, finalmente só Trindade. Tomou a ocupação a direção do Córrego Grande, de onde atinge a Lagoa da Conceição. (PAULI, 1987: p. 177)

As ruas e praças evoluíram a partir do chamado Centro Histórico da cidade, correspondente à área central constituída da Praça da Catedral e ruas adjacentes. (VEIGA, 1993: p. 15) Tal área consistia

[...] num espaço triangular, situado no lado oeste da Ilha de Santa Catarina, voltado para o continente, formado em sua base pelo Morro do Antão e vértice superior, sendo limitado pelas Baías Norte e Sul. Para o leste, a Trindade, antiga Freguesia da Santíssima Trindade de Trás do Morro... (Guia Digital Florianópolis)

Aos poucos, as barreiras topográficas começaram a serem vencidas: a expansão urbana irradiou-se, influenciada pela localização dos fortes e das igrejas. Algumas chácaras assentaram-se entre estas trilhas e as primeiras comunidades começaram a se esboçar. “O núcleo inicial lançava novas perpendiculares em direção à praia e eixos de ligação aos fortes e freguesias do interior da Ilha” (VEIGA, 1993: p. 65) que, por sua vez, iam sendo ocupados, aos poucos, por extensas chácaras residenciais. A cidade, fora do seu núcleo central, manteria por muito tempo o seu aspecto bucólico: “Nos subúrbios da vila há algumas chácaras particulares que imitam, de modo possível, as quintas de Portugal, em que seus donos têm feito pequenos jardins e sofríveis pomares”. (COELHO<sup>11</sup>, 1877: p. 38, citado por VEIGA, 1993: p. 66)

Veiga, ao assinalar a identificação dos primeiros bairros entre finais do século XIX e início do século XX, observa que

[...] a irregularidade, o desenvolvimento linear e a dinâmica diversificada dos núcleos da cidade coexistiram com certa indefinição de seus limites ou de suas fronteiras com o campo aberto. O tipo de vida e o caráter da expansão urbana fizeram o cenário dos povoados morrer suavemente nas matas e nas roças dos arredores. Ou por outra, sugerem brotar ele da paisagem agreste ou devastada. Até o século XIX, o panorama social foi mais rural do que urbano... Somente no século XX o quadro social se alterou com certa rapidez, promovendo um adensamento urbano e a consagração de hábitos e práticas mais citadinas do que rurais.<sup>12</sup> (1993: p. 101)

<sup>11</sup> COELHO, Manuel Joaquim D’Almeida. *Memória histórica da província de Santa Catarina*. Desterro: Typografia de J. J. Lopes, 1877.

<sup>12</sup> Veiga está se referindo, nesta citação, especificamente ao Centro Histórico, à península central da cidade.



Virgílio Várzea, contista e escritor catarinense, em seu livro *Santa Catarina: a ilha*, publicado no ano de 1900, faz observações bastante significativas relativas à ocupação espacial da cidade: “As freguesias e arraiais da Ilha foram se constituindo como uma irradiação do Desterro [ou seja, do Centro Histórico]”<sup>13</sup>. (1985: p. 83) E descreve, com minúcia, as principais povoações daquele momento – final do século XIX – das quais, Trás do Morro e Córrego Grande, merecem especial menção:

A freguesia de Trás do Morro, já nossa conhecida pela célebre romaria da Trindade, está situada entre o Monte do Pau da Bandeira [suponho que seja nas imediações do Morro do Antão e do Morro da Cruz] e os do Córrego Grande, Rio Tavares e Lagoa da Conceição, que formam entre si uma superfície ondulada, de 30 a 40 quilômetros quadrados, em sua maior parte cultivada de cereais, cafeeiros, cana, pastagens e vinhas, para os quais terreno e clima se prestam admiravelmente, como, aliás, toda a Ilha. O solo da freguesia ocupa vasta área toda plana e cortada de culturas, que se irradiam em torno da praça onde se acha a igreja [hoje conhecida como Igreja da UFSC], cercada de interessantes habitações dentre as quais se destacam algumas chácaras com jardins... Em Trás do Morro abundam hortaliças e as pastagens criadoras, estas cobertas de nédias [gordas] vacas crioulas. E seus habitantes fornecem de legumes e leite a capital, fazendo este comércio rapazinhos de 12 a 15 anos. (1985: p. 110)

[...] A população do Córrego Grande é ainda mais rareada... e suas habitações suspensas quase todas a encostas e socacos [topos] de morros, cortados de fios de água numerosos e de uma grossa cachoeira que nasce no contraforte do Monte do Padre Doutor, na Lagoa da Conceição [este monte tem uma de suas faces voltadas para o Córrego Grande e outra para a Lagoa da Conceição]. Essa cachoeira, a 400 metros mais ou menos de altura, domina a capital, e, conquanto diminuída pelo desmatamento de suas nascentes, poderia servir, com outras, para abastecer de água o Desterro. Depois, essa água é magnífica, perfeitamente potável, sem a sobrecarga de sais que se observa na da cidade, em geral. O Córrego Grande singulariza-se, entre todos os povoados da Ilha, pelo acidentado do terreno e os declives abruptos de seus topos de colina, sobrepondo-se uns aos outros quase sem a menor superfície plana. Dir-se-ia, por isso, uma espécie de miniatura insular dessa estranha região do Tibete que Oliveira Martins descreveu, um dia, com genial precisão, comparando-a a uma ‘imensa folha de pergaminho amarrotada’. As culturas aí se compõem em totalidade de cafezais e canaviais, onde se notam várias espécies de cana – a caiana, a roxa e a miúda. Os engenhos são numerosos e neles se fabrica bom açúcar, melado e cachaça. (1985: pp. 86-87, grifo do autor)

\*\*\*

<sup>13</sup> Segundo Flores, “*Santa Catarina: a ilha*, publicado em 1900, é uma obra classificada como Geografia Humana, onde faz descrição da região, entre notas históricas e ambientes geográficos e humanos. Relata o trabalho dos habitantes, as festas, os costumes e outras realizações com forte conotação da filosofia evolucionista e positivista do século XIX. Procura dar uma ordem e uma razão ao desenvolvimento da história da Ilha. Explica o caráter tenaz e temerário do catarinense, com aptidão para a vida do mar”. (1998: p. 31)

Mais do que me aprisionar a este perspectiva povoadora, mesmo que a acredite, *grosso modo*, factível, o que me parece de maior interesse, neste momento, foi mostrar, a partir do que Várzea escreveu sobre o Córrego Grande do final do século XIX, alguns aspectos da comunidade de então. O quadro aludido, enfaticamente descritivo dos caracteres naturais da localidade, parece remeter ao fato de que tal dimensão fosse a que mais significativamente representasse o cenário de características campesinas do Córrego Grande daqueles tempos. Hei de lembrar, de qualquer forma, o que foi colocado em nota de rodapé a respeito dos posicionamentos e interesses preponderantes de Várzea que, sem dúvida alguma, redundam na forma e no conteúdo de seus comentários.

As próximas considerações objetivam apresentar alguns aspectos da, a partir daí, cidade de Florianópolis. Os pontos privilegiados serão aqueles que caracterizam sua situação nas primeiras décadas do século XX. Acredito que as circunstâncias a seguir arroladas tiveram forte repercussão na manutenção dos modos de vida das comunidades posicionadas no interior da Ilha, das quais tenho em mente, especialmente, o Córrego Grande.

### **DESTERRO PASSA A SE CHAMAR FLORIANÓPOLIS<sup>14</sup>**

Relativamente ao Desterro, já então Florianópolis, e aos seus demais aspectos históricos no início do século XX, cabe ressaltar, fundamentalmente, o declínio do seu porto:

---

<sup>14</sup> “Nossa Senhora do Desterro passou a ser chamada de Florianópolis a partir de 1894. A mudança do nome da cidade é a expressão de um grande conflito que deixou marcas na história da Ilha. Trata-se de um episódio durante a Revolução Federalista quando os republicanos fuzilaram cerca de 200 ilhéus na ilha de Anhatomirim [situada a noroeste da Ilha de Santa Catarina]. Como símbolo da vitória e para homenagear o então presidente Floriano Peixoto, Desterro virou Florianópolis”. (FANTIN, 2000: p. 224) A Revolução Federalista foi um movimento revoltoso que envolveu as principais facções políticas do Rio Grande do Sul com dois partidos disputando o poder: o Partido Federalista (dos Maragatos) e o Partido Republicano Rio-Grandense (dos Chimangos ou Pica-paus). A Revolução iniciou em 1893 e durou até 1895. Em fevereiro de 1893, os federalistas iniciaram sangrento conflito com os republicanos. Os combates espalharam-se pelo estado e se transformaram em guerra civil, com milhares de vítimas. Entre fins de 1893 e começo de 1894, os federalistas avançaram sobre Santa Catarina e uniram-se aos rebeldes da Revolta da Armada, que ocupavam a cidade do Desterro. Esta Revolta, a da Armada, consistia num levante de segmentos da marinha contrários à permanência, no governo, do vice-presidente Floriano Peixoto que desejava completar o mandato do presidente anterior. Esse movimento incluiu algumas das mais poderosas unidades da armada tendo as cidades do Rio de Janeiro e do Desterro protagonizado os principais combates entre as unidades revoltosas e os fortes costeiros. Originalmente sem vínculos, a Revolta da Armada e a Revolução Federalista terminaram por se unir, tendo por base a cidade de Desterro. O porto da Ilha de Santa Catarina, pela sua localização geograficamente estratégica, foi escolhido para servir de elo com o sul amotinado. Ali se instalou o governo rebelde. Em 4 de outubro do 1893, a Assembléia solidarizou-se com os revoltosos e declarou Santa Catarina “estado separado da União” enquanto Floriano Peixoto permanecesse presidente da República. Os federalistas, depois de sucessivas lutas e atos de heroísmo, foram derrotados. Vingativo, Floriano enviou ao Desterro 500 militares. Prisões e fuzilamentos sumários de militares e civis foram praticados em represália à rebeldia federalista, promotora da guerra civil centralizada em Santa Catarina. O número exato dos executados é até hoje polêmico: alguns contam 185, outros relacionam apenas 34 prisioneiros, possíveis fuzilados ou jogados no mar. (FONTES, 2005)

A cidade de Desterro havia sido, no passado, um porto de relativa importância comercial e estratégica. Com a mudança das embarcações à vela para máquinas a vapor e, posteriormente, máquinas movidas a óleo, tendo como consequência o aumento do calado dos navios, a atividade portuária comercial de Florianópolis foi perdendo importância. (LAGO, Mara, 1996: p. 34)

Esse porto não pôde dar respostas às novas exigências de modernização dos transportes marítimos, pois suas condições naturais de acostabilidade e manobrabilidade não se ajustavam às embarcações, em virtude do aumento de potencial e da velocidade de arrasto destas, produzindo um declínio no volume comercializado que se estendeu até a década de 1930.<sup>15</sup> (MARCON, Maria, 2000: p. 87) A partir deste período, com a ascensão do meio de transporte por via rodoviária, parte da política de integração nacional, esse processo foi acelerado, fazendo com que, nos 30 anos seguintes, desaparecesse por completo o sistema de transportes por via marítima em Florianópolis. (FACCIO, 1997: p. 26) Na medida

[...] em que o trânsito comercial, por terra, foi adquirindo maior significação no país, a capital de Santa Catarina foi ficando isolada dos estados da região sul e até das cidades do interior do próprio estado, pela deficiência em seu sistema rodoviário. A falta de uma estrutura econômica industrial somada a este fator, determinou o aspecto de relativa estagnação que Florianópolis apresentou por várias décadas. (LAGO, Mara, 1996: p. 34)

Diante de tal situação, o então governador do estado, Hercílio Luz, contraiu, após solicitação à Assembléia Legislativa, em 16 de agosto de 1919, um empréstimo para a construção de uma ponte que efetuassem a ligação da ilha ao continente fronteiriço e que rompesse, assim, o isolamento da capital, integrando-a ao território catarinense. Tal ponte, de mesmo nome de seu idealizador e viabilizador – Hercílio Luz – foi somente inaugurada em 1926.<sup>16</sup> (MARCON, Maria, 2000: p. 98)

Mesmo diante da implementação desta significativa obra, o arrefecimento da cidade, copiosamente mencionado, é motivo de algumas controvérsias e especulações. Faccio sustenta que, dentre vários fatores, um que teria influenciado negativamente as condições econômicas, sociais e políticas de Florianópolis, após à década de 30, teria sido a oposição a Getúlio Vargas exercida por setores da política catarinense. Já para Maria Marcon, a

<sup>15</sup> Segundo Paulo Lago, a mudança no âmbito da tecnologia dos transportes marítimos, no final do século XIX, exigia que as estruturas portuárias fossem compelidas a responder a duas condições básicas: acostabilidade e manobrabilidade. Acostabilidade referia-se ao calado, quanto à extensão de profundidade; manobrabilidade dizia respeito à extensão próxima da massa líquida capaz de permitir fácil movimentação de embarcações com o mínimo de atropelos. (1988: p. 87)

<sup>16</sup> A Ponte Hercílio Luz teve sua construção iniciada em 1922 e foi inaugurada em 1926. É uma das maiores pontes pênsis do mundo com 819,47 metros de comprimento total.

Revolução de 30, que colocou no poder Getúlio Vargas, trouxe, principalmente, preocupações com o reaparelhamento estatal, circunstância conflagradora de expressivas conseqüências sobre Florianópolis:<sup>17</sup>

A redução da função portuária não impediu a continuidade do processo de expansão urbana, em função do reaparelhamento da estrutura administrativa do estado, que iria se beneficiar dos novos tempos de expansão dos serviços públicos. Refletiam-se, então, as mudanças que se operavam no Brasil, traduzidas pelo binômio industrialização/urbanização, que concentrou, nas décadas posteriores, investimentos em instalações, equipamentos e pessoal, principalmente nas capitais dos estados. (LAGO, Paulo, 1988: p. 89)

Assim, a capital de Santa Catarina, como pólo administrativo, beneficiava-se economicamente do desenvolvimento de outras regiões do estado: “Como sede do governo da capitania, da província e, posteriormente, do estado de Santa Catarina, concentrou recursos financeiros, investimentos e pessoal”. (FACCIO, 1997: p. 26) No entanto, tais benefícios não chegaram às comunidades da Ilha, havendo uma clara dicotomia entre seus núcleos de colonização rural e o centro urbano. Para Mara Lago, as condições rurais não mudaram muito do decorrer do século XIX até meados do século XX. (1996: p. 34) Também Lacerda atenta ao fato de muitas povoações ali localizadas terem ficado isoladas por até quase dois séculos, praticamente desde o início da imigração açoriana. (1993: p. 116) De qualquer modo,

[...] a cidade de Florianópolis manteve um relativo crescimento urbano, entre as décadas de 30 e 50, principalmente, como conseqüência do crescimento do aparelho de Estado, tanto federal como estadual. A partir da política implementada por Getúlio Vargas, o Estado passou a atuar no sentido de viabilizar o desenvolvimento da indústria brasileira. Nesse primeiro momento, em que o Estado promoveu a regulamentação das relações entre capital e trabalho, ampliaram-se as suas funções especialmente na área da previdência e assistência social. (FACCIO, 1997: p. 28)

Em que pese tal assertiva, Faccio também afirma que

[...] nos anos 40 e 50, Florianópolis foi uma cidade sonolenta, seu porto entrou em decadência, não possuindo mais importância econômica. Em 1938, a área urbana estava restrita em torno da Praça XV de Novembro. As atividades de sede do governo do estado se constituíram na principal função econômica que ocupava seus habitantes. Ao mesmo tempo apareciam as constantes ameaças de transferência da capital para o interior do estado. (1997: p. 28)

---

<sup>17</sup> A Revolução de 30 foi um movimento empreendido por políticos e militares que, derrubando o então presidente Washington Luís, estabeleceu o fim da República Velha – iniciada em 1889 com a Proclamação da República – e inaugurou a chamada Era de Vargas, levando o gaúcho Getúlio Vargas ao poder presidencial. Seu governo estendeu-se a partir daí por um período de 15 anos.

Ou seja, a partir da década de 30, com a atividade comercial em decadência, a função urbana de sede de governo assumiu uma posição de notável relevância no contexto urbano de Florianópolis. Apesar das mudanças ocorridas nesse período, a cidade continuou sendo uma capital de estado, mas com pouca expressão no contexto estadual e nacional: Florianópolis ficou distante do processo de modernização pelo qual passava a sociedade brasileira até a década de 60.

De qualquer forma, é a partir dos anos 60 que o quadro revela-se substancialmente diverso. A partir daí ocorre uma enorme expansão do Estado, fato este que provocou profundas repercussões no espaço urbano de Florianópolis. Tais repercussões ocorreram de uma forma extremamente intensa e visível devido ao fato de a cidade não ter desenvolvido nenhuma outra função econômica de maior importância do que a função de sede de governo. (FACCIO, 1997: p. 15)

\*\*\*

Devo reiterar que o desenvolvimento das matérias até aqui enfocadas tem como principal objetivo conectar as circunstâncias de existência, como alterações e/ou permanências sócio-espaciais do bairro Córrego Grande ao seu entorno englobante, a cidade de Florianópolis que, sem dúvida, lhe impôs e lhe impõe considerável preponderância quanto a conjunturas de crescimento, adensamento, entre outras. Desta forma, o que foi antes citado repercutiu e ainda repercute, de alguma forma, na dinâmica existencial da localidade.

Assim, dois itens de todos aqueles anteriormente expostos merecem anotação. Primeiramente, no que diz respeito à ambigüidade concernente ao início do século XX, notadamente após à década de 30. Em que pese a existência de eventuais divergências sobre a prosperidade ou a inanição do município àquela altura, o fato é que um processo de expansão urbana de alguma ordem pôs-se em movimento. Em segundo, e principalmente, emerge aquilo que Mara Lago observou e que me parece aqui essencial: o fato de que os eventuais benefícios advindos deste suposto processo de crescimento da urbe não beneficiaram as comunidades do interior da Ilha, restando, assim, um quadro dicotômico entre os núcleos de colonização rural e o centro urbano. Resulta, assim, que as condições dessas comunidades, marcadas eminentemente pela sua ruralidade, acabaram por não mudar muito no decorrer do século XIX até meados do século XX. Não há dúvida, portanto, de que o Córrego Grande, àquela altura comunidade interiorana, percebeu sensivelmente tal fenômeno.

No subcapítulo vindouro tal situação tomará outros encaminhamentos: as décadas de 60 e 70 darão outro fôlego à cidade que se vislumbrou nestes últimos parágrafos e o Córrego

Grande será alcançado, sem dúvida alguma, por estes novos ares tão intensamente sobrevidos.

## **A MUTAÇÃO DAS REDONDEZAS DO CÓRREGO GRANDE**

Foi a partir

[...] do extraordinário crescimento do Estado na década de 60 e principalmente na de 70, que a capital Florianópolis teve um enorme crescimento urbano, em relação à sua estrutura urbana anterior, com profundas mudanças sociais, econômicas e culturais. (FACCIO, 1997: p. 34)

Ao longo dos anos 60, o Estado brasileiro, através do planejamento econômico, afirmava a sua capacidade de dirigir o desenvolvimento da sociedade e de se encarregar da evolução do aparelho produtivo. (MARCON, Maria, 2000: p. 131) A sua notável expansão, nas décadas de 60 e 70, teve enormes repercussões no espaço urbano de Florianópolis. Não esquecendo as suas peculiaridades históricas, em nenhum outro momento da história da Ilha de Santa Catarina a presença estatal transformou tanto o espaço urbano da cidade como nessas últimas décadas. (FACCIO, 1997: p. 59)

Tratando, num primeiro momento, especificamente da esfera pública estadual, é possível perceber, aí mesmo, sinais claros da referida postura estatal: segundo Faccio, o Governo de Celso Ramos (governador de Santa Catarina eleito para o período 1961-1965) marcou o início de uma grande difusão do aparato do Estado. Através de um levantamento realizado pela autora a respeito da criação dos órgãos públicos estaduais ao longo dos últimos 100 anos (do século XIX ao ano de 1991), verifica-se que, de um total de 159 órgãos públicos instituídos, 92 deles foram criados nas décadas de 60 e 70, representando 57,87% do total de órgãos públicos estaduais concebidos neste período de um século. Se adicionarmos o período 1980-1991, tal percentual elevar-se-á a 67,30%. (1997: p. 75) Além da

[...] questão quantitativa, o que diferencia significativamente as décadas de 60 e 70, é que o Estado ampliou extraordinariamente suas ações para além de suas funções tradicionais, atuando diretamente na economia com a criação de órgãos públicos com autonomia para funcionar como empresas. Esse processo de expansão do Estado iniciou-se a partir da década de 30, avançou nas décadas de 40 e 50, mas foi nas décadas de 60 e 70 que teve um enorme e inédito crescimento. (FACCIO, 1997: p. 76)

Relativamente às instituições públicas federais, sua implantação na capital catarinense, iniciada na década de 30, pôs em evidência a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a transferência da Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (Eletrosul) para Florianópolis. Pelo que se apura, tais atos, isoladamente, resultaram em um forte impacto no espaço urbano da cidade:

A instalação da Eletrosul e da UFSC figuram na historiografia, nas pesquisas da área de geografia, em análises antropológicas e, principalmente, na memória da cidade de Florianópolis como um marco, a grande virada a partir da qual a cidade cresceu e mudou em todos os sentidos – ocupação do espaço, oportunidades de emprego e mudanças referentes à população quanto à sua composição e costumes. (MOTTA, 2002: p. 67)

Entretanto, não se pode desconsiderar uma série de outras instituições federais que, isoladamente, não causaram tanto impacto no espaço urbano de Florianópolis, mas que, analisadas em conjunto, ganharam dimensão. Foi, então, a partir

[...] da década de 60 e mais intensamente na década de 70, que as instituições públicas federais se fizeram mais presentes no espaço urbano de Florianópolis. A política centralizadora do regime autoritário que se instalou a partir de 1964 [o conhecido Regime Militar, nascido de um golpe de Estado contra o presidente João Goulart], ampliou e centralizou o aparelho de Estado tanto a nível federal como estadual, cujo objetivo era de possibilitar o controle das decisões. (FACCIO, 1997: p. 84)

A instância municipal perdeu poder e autonomia, principalmente financeira. Nas capitais estaduais, as sedes dos órgãos federais passaram a funcionar como braços, extensões dos órgãos centrais, na aplicação das políticas federais. Para a formulação de políticas urbanas, foram criados órgãos como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU), ambos com sede em Brasília. Estas instituições passaram a formular e a deliberar políticas para todo o território nacional, especialmente para as questões urbanas, habitacionais e de saneamento básico. Nesse ensejo, uma série de órgãos públicos, planos e programas de financiamentos foram criados pelo governo federal no sentido de centralizar e coordenar os serviços públicos e a produção de infra-estrutura básica, incorporando sistemas regionais e locais existentes anteriormente em todo o território nacional, implicando em reformulações dos aparelhos de Estado dos governos estaduais. Esse processo ocorreu, mais intensamente, entre o final da década de 60 até meados da de 70. (FACCIO, 1997: p. 85)

Como visto, a ampliação do aparelho estatal federal e estadual causou um grande impacto nas transformações ocorridas em Florianópolis, principalmente pela cidade ser um centro de gestão. Desta forma, o Estado, agindo como produtor e consumidor de espaço, ganhou peculiar importância nos desígnios do espaço urbano da capital de Santa Catarina. (FACCIO, 1997: p. 101)

\*\*\*

Disto tudo, interessa aqui estabelecer uma relação entre este extraordinário crescimento da maquinaria estatal ocorrido nas décadas de 60 e 70 na cidade de Florianópolis e três fatores correlatos: o enorme crescimento urbano daí advindo, a transformação do espaço urbano do município e as mudanças sociais, econômicas e culturais conseqüentes do referido desenvolvimento da estrutura do Estado na cidade.

Ademais, diferentemente das décadas anteriores, em que a expansão da Ilha era percebida com ressalvas e sob o signo das ambigüidades, no período em pauta as unanimidades sobre o que ora ocorria não deixavam dúvidas quanto aos rumos das transformações. O Estado, com ações que o faziam produtor e consumidor de espaço, tornava-se protagonista frente a uma cidade que outrora despontava tímida em seus avanços.

Fenômeno de amplitude nacional, a presença estatal alcançou, além de Florianópolis, a então comunidade do Córrego Grande que, por localizar-se na Bacia do Itacorubi (veja Figura 2), testemunhou e vivenciou a fixação de um grande número de estabelecimentos públicos federais e estaduais em seus arredores (veja Figura 3). A instalação de algumas destas instituições, as mais vultosas, será a seguir abordada: discorrer-se-á, em seqüência, sobre a implantação da UFSC, no bairro da Trindade, da Eletrosul, no Pantanal e das empresas públicas agrícolas, no Itacorubi, assim como sobre os investimentos infra-estruturais provindos e constitutivos de tal quadro de expansão urbana nas cercanias do Córrego Grande.

### **Trindade: a implantação do *campus* da UFSC**

O *campus* da UFSC foi implantado em área doada pelo governo estadual, onde funcionava a antiga Fazenda Modelo Assis Brasil, anteriormente destinada à construção do



*campus* da Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina<sup>18</sup> (veja Figura 3). Atente-se aí ao fato de que

[...] o estado e a Igreja Católica possuíam grandes extensões de terras nas áreas da Trindade, sobressaindo-se entre os proprietários fundiários locais. As terras pertencentes ao governo estadual originaram-se de desapropriações das áreas rurais de uso comum [terras comunais] existentes nos campos da Trindade – entre essas as terras da Fazenda Assis Brasil – através de um decreto estadual, dando ao estado poder de apropriar-se tanto das áreas públicas como das terras de uso comum dos pequenos produtores.<sup>19</sup> (FACCIO, 1997: pp. 85 e 112)

A proposta de construção de uma cidade universitária na Trindade gerou, durante alguns anos, muita polêmica. Havia o empenho de setores das elites locais na implantação do futuro *campus* na área da Fazenda Estadual Assis Brasil, antigas terras comunais da Trindade. No entanto, a proposição havia sido descartada pelos autores do Plano Diretor Municipal de 1954, que propuseram a instalação da universidade em área central, em terreno de aterro sobre o mar, pois consideravam que a área da Trindade estava fora da direção real do crescimento urbano: “A idéia de um possível crescimento na direção da Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação”. (SUGAI, 1994: p. 67)

A possibilidade de instalação do *campus* na Trindade, nos anos 60, ainda era inimaginável, não havendo qualquer perspectiva, pelo menos por parte de alguns setores sociais, da expansão urbana crescer em direção à área da Trindade. Parecia difícil imaginar que a cidade poderia expandir-se para além morro. A área destinada para instalação do *campus* na Trindade era, então, imaginada apenas para as instalações do curso de Agronomia, portanto um espaço rural e não um espaço que pudesse vir a ser urbano. A cidade estava restrita à área insular, delimitada pelas Baías Norte e Sul e o Morro da Cruz. (FACCIO, 1997: p. 114)

<sup>18</sup> A UFSC foi criada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, e reunia as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e a Escola de Engenharia Industrial. Mas a instalação oficial só veio em 1962, quando foi iniciada a construção do *campus* na ex-Fazenda Modelo Assis Brasil, na Trindade. A área de 1 milhão de metros quadrados (100 hectares) foi doada à União pelo governo do estado. (UFSC estimulou urbanização: Região da Trindade se desenvolveu em torno do *campus*. Faculdade de Direito foi embrião)

<sup>19</sup> Tal apropriação, por parte do estado, deu-se na década de 40. (MARCON, Maria, 2000: p. 140) As terras comunais ou áreas de uso comum eram grandes pedaços de terra que estavam localizadas em regiões de encostas, banhados e dunas, usadas para pastagem, corte de lenha e madeira e também para o plantio realizado por pequenos agricultores sem terra. Mara Lago, em sua pesquisa na outrora comunidade agrícola-pesqueira de Canasvieiras, norte da Ilha de Santa Catarina, constatou também ali a existência de terras comunais: “Eram duas grandes áreas de terras férteis entre a praia e as encostas, utilizadas comunitariamente com lavoura e pastagem dos animais pelos moradores. Estas terras, de acordo com os informantes, eram do governo, que ‘deixava’ os pobres usarem. Depois, foram apropriadas por particulares que as cercaram e impediram o povo de utilizá-las. Em parte de um dos campos, o governo construiu a Colônia Penal Agrícola do Estado e, mais tarde, parte da outra área foi destinada à implantação de um serviço florestal”. (1992: p. 146, grifo da autora)

João David Ferreira Lima, um dos fundadores da UFSC e seu primeiro reitor (1961-1971), também possuía posicionamento similar, devido ao fato daquela área, segundo ele,

[...] estar localizada numa bacia hidrográfica cercada de morros, que obrigaria a construção de obras caras de canalização e drenagem, com conseqüentes enchentes. [...] Os terrenos eram alagadiços, exigiriam estaqueamento; a estrada da Trindade ao centro era de barro, não havendo quase condução coletiva; os serviços de água e luz eram precários; inexistia esgoto. (FACCIO, 1997: p. 115)

De qualquer forma, o Conselho Universitário aprovou a localização do *campus* da UFSC na Fazenda Modelo Assis Brasil, na Trindade (15ª Sessão do Conselho Universitário – Cun, 27 de novembro de 1962), assim como a incorporação desta área à Universidade Federal, o que, para Maria Marcon, representou “a possibilidade de mudanças na economia, na expansão e investimentos para o capital imobiliário florianopolitano”. (2000: p. 139) A decisão ressaltava a existência de interesses dos setores dominantes da elite local na expansão da cidade para as áreas ao norte e nordeste da península central da Ilha de Santa Catarina. Portanto,

[...] sabia-se que a implantação do *campus* universitário na Trindade iria interferir, a médio prazo e dependendo dos investimentos urbanos efetuados pelo Estado, na expansão e na estruturação urbana de Florianópolis. Representava, sem dúvida nenhuma, uma imensa frente de expansão e de investimentos para o capital imobiliário. (SUGAI, 1994: p. 79)

A centralização que a UFSC impunha já se fazia sentir em 1967, pois, àquela altura, já “respondia por 85% das matrículas de nível superior no estado de Santa Catarina, acentuando a polarização cultural e constituindo uma força geradora que começava a emprestar a Florianópolis um conteúdo anulador de sua condição parasitária”. (LAGO, Paulo, 1968: p. 172) Cabe ressaltar, além disso, o impacto econômico que sua implantação provocou na sociedade catarinense, uma vez que movimentou recursos superiores aos da municipalidade (e esta sendo, inclusive, a capital do estado)<sup>20</sup>, estimulando a reorganização dos espaços intra-urbanos: Trindade, Córrego Grande, Santa Mônica, Jardim Anchieta, Itacorubi e Saco Grande, impulsionando a expansão urbana em direção aos municípios vizinhos e incrementando a sua centralidade na esfera da educação em âmbito estadual. Neste contexto,

[...] houve a geração, em 1962, de 267 novos empregos, com média salarial alta, ou seja, atingindo recursos humanos altamente qualificados, oriundos

<sup>20</sup> “O orçamento da Universidade era superior ao orçamento do município onde estava instalada: em 1961, o orçamento da Prefeitura de Florianópolis correspondia a 62,31% do orçamento da UFSC. Em 1962 o orçamento da Universidade foi 2,5 vezes maior que o orçamento do município”. (PEREIRA, 1974: p. 105)

de outros centros acadêmicos do país. Deu-se a absorção de um fluxo de estudantes e de servidores que migraram do próprio estado, como também de outros, para estudarem ou atuarem como servidores da própria entidade, além da geração de empregos indiretos. Ademais, todos os que passam a integrar o quadro de funcionários da UFSC buscam externar novo padrão social. Função nova, a de que professor universitário é a que abre nova linha de *status* social e a ser identificada inclusive pelas residências. Alia-se este fato à mentalidade modernizadora habitacional. Busca-se afirmação em novo padrão, novo modelo de residência. (PEREIRA, 1974: p.105)

Entre 1961 e 1971, o número de pessoal empregado na UFSC passou de 200 para 1.830, representando um crescimento de 915% que ocasionou, por sua vez, “um impacto bastante acentuado no processo de ocupação das regiões próximas à Cidade Universitária, gerando uma maior demanda por serviços e obras infra-estruturais”. (MARCON, Maria, 2000: p. 142)

A implantação do *campus* da UFSC na Trindade constituiu-se, portanto, numa intervenção estatal, demarcando uma área para futura expansão urbana das classes mais favorecidas, evitando toda e qualquer interferência que causasse desvalorização à região. Eram novas frentes para o capital imobiliário. Frentes essas já bem visíveis nos dados da construção civil, que revelavam um aumento considerável no número de licenças para a realização de edificações a partir de 1960: nesse ano, foram concedidas 483 licenças, número que quase triplicou em 10 anos. Em 1970, foram outorgadas 1.249 licenças; um incremento, portanto, da ordem de 260%. (MARCON, Maria, 2000: pp. 142-143)

\*\*\*

No que concerne à instalação do *campus* da UFSC na Trindade, almejo pontuar, dentre todas as questões arroladas, primeiramente aquela referente à polêmica quanto à localidade escolhida para abrigar a dita instituição: a ainda comunidade da Trindade, vizinha do Córrego Grande. A controvérsia em alusão estava pautada por dois pontos de vista antagônicos dentre os quais destaco aquele referente ao posicionamento representado, dentre vários, pelos autores do Plano Diretor Municipal de 1954, para quem “a área da Trindade estava fora da direção real do crescimento urbano”, não havendo, portanto, nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação desta implantação naquele local, uma vez que este era “um espaço rural e não um espaço que pudesse vir a ser urbano”.

De qualquer modo, como visto, a construção de tal *campus* representou uma imensa frente de expansão e de investimentos para o capital imobiliário, estimulando a reorganização da própria Trindade e das comunidades adjacentes. Soma-se a isto a grande oferta de empregos na instituição que, com média salarial elevada, incentivou a vinda de “recursos

humanos altamente qualificados oriundos de outros centros acadêmicos do país” assim como de estudantes e servidores originários tanto do interior de Santa Catarina como de outros estados da Federação. Do que se depreende que tal intervenção estatal, corporificada na instalação da UFSC, fez brotar, naquela região, uma área para a expansão das classes mais favorecidas. Cumpre observar que o outro pólo, representado por aqueles que ali já viviam, os “nativos” (veja adiante, mais detidamente), teve de conviver com fenômenos até então inéditos, como a chegada, sem precedentes em tal intensidade, do aparelho estatal, do capital especulativo e de novos moradores com práticas e percepções bastante diversas das suas.

### **Pantanal: a instalação da Eletrosul**

Outro agente estatal que atuou, na década de 70,

[...] como vetor importante para a cosmopolitização de Florianópolis e para a sua expansão urbana foi a Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil. Inicia sua instalação em Florianópolis a partir de 1975, funcionando integralmente em 1977, no bairro Pantanal, em uma área de 22.000 metros quadrados, doada pelo estado. Além dos funcionários, principalmente vindos do Rio de Janeiro, houve considerável oferta de trabalho e contratações locais.<sup>21</sup> (MARCON, Maria, 2000: p. 189) (sobre sua localização, veja Figura 3)

Houve uma grande mobilização dos três estados do sul do país para sediar a Eletrosul uma vez que, sendo uma das maiores empresas federais, não apenas geraria ocupação de mão-de-obra e investimentos com suas novas instalações, mas impunha importância pelo aspecto político das decisões que iria tomar. E,

[...] em paralelo à disputa política, já com o indicativo de transferir a Eletrosul para Florianópolis, foi feita uma pesquisa para verificar a aceitação, pelos funcionários a serem transferidos, da cidade de Florianópolis para sediar a empresa. Foi feito, ainda, um levantamento da infra-estrutura que Florianópolis dispunha para atender à nova demanda. O resultado da pesquisa revelou preferências dos funcionários por Florianópolis. Essa preferência, entre outras razões, teria ocorrido em função das semelhanças físico-ambientais de Florianópolis com o Rio de Janeiro, como a ligação com o mar e a existência de praias. A questão da qualidade de vida pesou sobre outros aspectos no processo de escolha da cidade-sede. Curitiba e Porto Alegre já eram grandes cidades e dispunham

---

<sup>21</sup> Segundo Maria Marcon, a Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (eis sua denominação atual) “foi constituída em 1968 para planejar, construir e operar usinas produtoras de energia elétrica e linhas de transmissão de energia na região sul do país. Estava sediada no Rio de Janeiro e, seguindo determinação federal de descentralização das centrais elétricas interligadas à Eletrobrás, iniciou sua instalação em Florianópolis a partir de 1975”. (2000: p. 189)

de uma maior infra-estrutura. No entanto, Florianópolis era uma ‘cidade tranqüila’, onde a qualidade de vida compensaria as suas deficiências em termos de infra-estrutura e serviços urbanos.<sup>22</sup> (FACCIO, 1997: p. 91, grifo da autora)

No período em que a Eletrosul se instalou em Florianópolis, entre 1976 e 1980, a empresa fez 1.024 contratações, ou seja, 40% do seu quadro (tendo 1991 como base). Além de acolher os funcionários transferidos, Florianópolis recebeu um considerável aumento de oferta de trabalho, pois o quadro de funcionários para a sua sede administrativa foi preenchido com pessoal local. Esta oferta de trabalho foi sendo ampliada nos anos seguintes devido ao advento das aposentadorias de vários dos seus colaboradores. No entanto, a cidade

[...] não possuía infra-estrutura urbana suficiente para receber o acréscimo de demanda provocada pela instalação da Eletrosul. Assim, surgiram os mais variados problemas, desde encontrar moradia para os funcionários transferidos até contratar mão-de-obra para completar o quadro de funcionários da empresa. Florianópolis não dispunha de oferta de imóveis e de serviços urbanos para atender essa nova demanda, constituída por cerca de 600 famílias. Ressalte-se que os funcionários transferidos enquadravam-se nos níveis mais altos de qualificação profissional e enquadramento salarial. Assim, o impacto causado pelo acréscimo populacional não foi devido apenas ao aspecto numérico, mas, principalmente, pela capacidade de consumo desse grupo, gerando uma enorme demanda por todo o tipo de serviços e infra-estruturas urbanas. Tal grupo de funcionários transferidos constituía-se de pessoas com qualificação profissional acima da média local e, ainda, dispunha de salários muito acima da renda média da cidade. Além disso, os funcionários tiveram um adicional de 30% nos salários, por dois anos, como forma de incentivo à transferência. (FACCIO, 1997: pp. 91 e 117)

Diante dessas dificuldades, a Eletrosul teve de viabilizar várias alternativas para garantir moradia para os seus funcionários: empreendeu um programa de construção de unidades residenciais; construiu, para os funcionários mais graduados, dois condomínios fechados, um na Carvoeira (bairro contíguo à UFSC) e outro em Itaguaçu (localizado na região continental de Florianópolis); adquiriu vários terrenos, dentre estes cerca de 50 lotes no Jardim Anchieta; construiu, para funcionários de outros níveis, o Condomínio Elos (Elos é a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social).<sup>23</sup>

<sup>22</sup> “A transferência para Florianópolis também foi uma conseqüência do aumento da demanda por energia elétrica. A empresa foi criada numa conjuntura marcada por acelerado crescimento econômico, o chamado ‘milagre brasileiro’. Em 1973, a economia cresceu 11,4%, taxa jamais registrada na história do país. O desempenho do setor de energia elétrica, durante esse período, foi caracterizado por um intenso surto de expansão”. (ELETROSUL citado por FACCIO, 1997: pp. 90-91, grifo da autora)

<sup>23</sup> O Jardim Anchieta, criado em 1975, é um bairro residencial oriundo do loteamento da Chácara dos Padres (veja adiante). É contíguo ao bairro Córrego Grande, e sua área era tida, antes de sua construção, como pertencente ao Córrego. Cabe mencionar a implantação, a partir da década de 70, de outros loteamentos nas imediações da Trindade, Itacorubi e Córrego Grande: Jardim Santa Mônica (1970), loteado pelas Irmãs da

O setor imobiliário, principalmente, e os setores de comércio e de serviços tiveram um enorme crescimento e expandiram-se no decorrer dos anos seguintes. A instalação da Eletrosul, portanto, teve enorme impacto sobre o espaço urbano de Florianópolis, “contribuindo especialmente para a transformação de áreas ainda semi-rurais, como Trindade, Pantanal e Córrego Grande em sub-centros urbanos, e na abertura de uma vasta área de expansão urbana na Bacia do Itacorubi”. (MARCON, Maria, 2000: p. 192)

\*\*\*

Assim, em situação similar à do estabelecimento da UFSC na região, com a instalação da Eletrosul nas redondezas do Córrego Grande uma expressiva leva de migrantes veio ali residir. Um grande número de funcionários oriundos do Rio de Janeiro, onde até então sediava-se a empresa, assim como uma representativa quantidade de contratações locais, veio alterar de forma substancial feições das localidades avizinhas ao Pantanal. Alterações que iam desde a construção de imensos loteamentos residenciais recheados de vultosas casas até o advento, nessas comunidades, de práticas e visões de mundo muito diversas dos até então seus exclusivos moradores.

De qualquer forma, aqueles que provieram de fora tinham em mente a idéia de uma cidade tranqüila, mas carente no que se refere à infra-estrutura. Carência que de forma explícita dava suas mostras no que se relaciona, notadamente, ao suprimento de habitações para os novos habitantes ou mesmo quanto à oferta de serviços urbanos. O que sobrecarregou ainda mais a situação deficiente da cidade foi o fato de que tais funcionários transferidos representavam os “níveis mais altos de qualificação profissional e enquadramento salarial”. Circunstâncias que ensejaram, de um lado, resistências por parte dos nativos dessas localidades em função desses forasteiros lhes ocuparem – além de tudo e bruscamente – o cenário com seus automóveis e residências, mas, por outro lado, lhes oportunizaram um grande rol de atividades como, notadamente, aquelas relativas à manutenção de suas casas (até então, os antigos moradores de comunidades como a do Córrego Grande, por exemplo, estavam basicamente empenhados em cultivos e criações de animais em suas chácaras, como será visto adiante).

A par de eventuais divergências, foi empreendido, como visto, um programa de construção de unidades residenciais a respeito do qual cabe aqui apontar dois casos específicos, em função de estarem estas unidades localizadas no Córrego Grande: para os funcionários mais graduados, foram construídos condomínios e adquiridos 50 lotes no

---

Divina Providência, Parque São Jorge I e II (1973 e 1982), Jardim Cidade Universitária (1973), Jardim Flor da Ilha I e II (1974 e 1981). (FACCIO, 1997: p. 145)

loteamento Jardim Anchieta, antiga Chácara dos Padres, região outrora, territorial e simbolicamente, constituinte do Córrego Grande; já para os funcionários de outros níveis, foram erguidas unidades mais simples, das quais aqui cabe destacar o Condomínio Elos.

Tudo isso implicou, como não é difícil aferir, em um enorme crescimento do setor imobiliário, comercial e de serviços além de um representativo impacto sobre o espaço urbano, numa perspectiva mais ampla, de Florianópolis e, mais estrita, da Bacia do Itacorubi, redundando na transformação de áreas semi-rurais em sub-centros urbanos e fazendo emergir, por conseguinte, uma vasta área de expansão urbana.

### **Itacorubi: o estabelecimento das empresas públicas agrícolas**

Conforme Faccio, o Itacorubi, na década de 60, era uma área rural. O núcleo de moradores ali existente se dedicava às atividades rurais e possuía, principalmente, produção de gado leiteiro. Existiam ali grandes propriedades rurais, como a Fazenda do Zé Elias. Segundo a autora, foi Glauco Olinger, assessor de agricultura no PLAMEG (Plano de Metas do Governo Celso Ramos, 1961-1965), quem idealizou a instalação, na área do Itacorubi, de todo o sistema público agrícola do estado de Santa Catarina. Um dos motivos de tal concentração era a dificuldade encontrada pelos agricultores, quando estes chegavam à capital, em acessar os órgãos ligados à agricultura, que estavam espalhados pela cidade. “O local escolhido para centralizar esses órgãos foi o Itacorubi porque era uma área próxima [do centro] de Florianópolis e tinha áreas públicas vagas”.<sup>24</sup> (veja Figura 3) (FACCIO, 1997: p. 119)

O primeiro órgão instalado na região foi o Laboratório de Análises de Solos e Minerais; logo após, foi estabelecido o CETRE – Centro Prático de Treinamento. Ambos foram ali alocados durante o Governo Celso Ramos. Na gestão do governador Colombo Salles (1970-75), tal processo de estabelecimento de órgãos públicos no Itacorubi, especialmente relacionados à área agrícola, não cessou. O prédio para sediar a Secretaria de Agricultura do estado foi ali concluído em 1975; outras entidades culminariam por fazer o mesmo, em que pese o fato das ligações viárias entre o centro da cidade e a localidade serem muito precárias. “Para se chegar ao Itacorubi, era necessário percorrer um caminho cheio de atalhos”. (FACCIO, 1997: p. 120) Desta forma,

---

<sup>24</sup> Segundo Olinger, houve, na época, “forte crítica da imprensa a respeito da localização dos órgãos públicos em áreas tão distantes da cidade. Diziam que estavam instalando edifícios a 3 quilômetros da Lagoa da Conceição e a 10 quilômetros da Transamazônica”. (FACCIO, 1997: p. 119)

[...] no decorrer da década de 70, iniciou-se um relativo movimento de fluxos em direção ao Itacorubi, que começou a atrair interesses de outros órgãos. A TELESC, criada em 1974, ali construiu sua sede com recursos federais. O prédio foi inaugurado em 1976. Nesse período, o Itacorubi não se constituía ainda em um bairro. Era apenas um pequeno distrito muito distante do centro da cidade. Os acessos a essa localidade eram precários... Houve uma resistência muito forte, por parte dos funcionários da TELESC à transferência da sede localizada no centro da cidade para a nova localização. Para viabilizá-la, a empresa forneceu transporte gratuito, através de ônibus, a todos os funcionários. Foi uma das maneiras encontradas para convencê-los a irem para o Itacorubi e esse serviço durou até o final dos anos 80.<sup>25</sup> (FACCIO, 1997: p. 121)

Ademais, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSC, criado em 1976, decidiu localizar suas instalações também no Itacorubi, de acordo com o projeto de reunir todas as atividades públicas ligadas à área da agricultura; ali foi igualmente inaugurado o *campus* da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 1979; em 1982, foi construída a sede da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); no ano de 1986, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI), naquela altura ainda não constituída, também teve suas instalações ali implementadas (as instituições, que mais tarde se fundiriam para formá-la, estavam ali a postar-se). (FACCIO, 1997: p. 122)

Outras instituições importantes também estabeleceram-se no Itacorubi, como a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que veio na primeira metade da década de 70; o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e a FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina. Em 1990, numa conjuntura distinta daquela dos anos 70, foi ali construído o edifício que abriga a sede das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC). (FACCIO, 1997: pp. 122-123)

\*\*\*

Desta forma, no que tange a esse outro vetor impulsionador do desenvolvimento urbano da região, tendo em vista o que vinha se passando ali por perto, ou seja, a implantação do *campus* da UFSC, na Trindade, e a instalação da sede da Eletrosul, no Pantanal, naquele período – décadas de 60 e 70 – chama atenção a natureza projetiva do que no Itacorubi vinha sendo configurado. Diferentemente do estabelecimento dessas duas grandes instituições, o que ali se passou foi de outra ordem (nem por isso menos impactante): naquela área, expressivamente rural, foi idealizado o estabelecimento de um complexo que centralizasse

---

<sup>25</sup> A TELESC, Telecomunicações de Santa Catarina S.A., era a empresa pública responsável pelos serviços de Telecomunicação dentro da área territorial da referida unidade federativa. Foi privatizada em 1998, sendo adquirida pelo consórcio acionário denominado Brasil Telecom S.A.



todo o sistema público agrícola do estado de Santa Catarina. A escolha da referida localidade ocorreu devido à sua proximidade com o centro de Florianópolis (uma relativa proximidade, uma vez que os acessos eram precários) assim como à disponibilidade de áreas públicas vagas.

No decorrer dos anos 60 e 70, foi saindo do papel o que fora projetado: pouco a pouco toda uma gama de empreendimentos públicos, primeiramente centrados na área de atuação agrícola, foram ali sendo erguidos. No entanto, logo após, outras instituições, igualmente públicas, mas operantes em outros segmentos, foram também se radicando naquela região. Segundo meus cálculos, entre 1961 e 1990, 12 órgãos estatais de vultosa importância fixaram-se no Itacorubi. E acredito que este número esteja ainda aquém da realidade ali existente.

De tudo isso, vale ressaltar a exorbitante dimensão desta centralização da maquinaria do Estado naquela região. Somadamente, o impacto do estabelecimento de todas essas instituições resulta imperioso, tal qual os casos da UFSC e da Eletrosul o foram, se os tomarmos isoladamente. No entanto, o que há aqui para se pensar é justamente o oposto: visualizar a implantação dos mecanismos de Estado nas três áreas – Trindade, Pantanal e Itacorubi – conjuntamente, de forma que, amplificada a visão e tomada a área em sua totalidade, seja possível perceber-se a dimensão do que ora veio e ainda vem ocorrendo (veja Figura 3). As alterações da fisionomia urbana são somente um panorama em meio a tantos outros que vieram, radicalmente, também sofrendo modificações.

E o Córrego Grande que, como visto, não carrega em seus limites nenhum destes grandes estabelecimentos estatais, não restou imune a tal processo, pelo contrário, por posicionar-se em contigüidade com as três localidades receptoras dos ditos órgãos públicos e ter também um respeitável acervo de grandes áreas vagas, culminou por atrair numerosos investimentos do setor imobiliário através da construção de imensos condomínios de casas e de numerosos edifícios residenciais, uma vez que, estando próximo às referidas instituições, atraiu muitos moradores que nelas trabalhavam e/ou estudavam.

Figura 3

### **Os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos**

As ações de intervenção urbana,

[...] promovidas pelo Estado nas décadas de 60 e 70, contribuíram para a intensificação do processo de expansão urbana da cidade de Florianópolis. Dentre essas, destacam-se as obras vinculadas ao complexo viário, como a

Avenida Beira-Mar Norte e sua ampliação, a Via de Contorno Norte, a Ponte Colombo Salles e o Aterro da Baía Sul, construídos na década de 70. Essas obras fizeram desaparecer os entraves à expansão urbana de Florianópolis.<sup>26</sup> (FACCIO, 1997: pp. 123-124)

Ademais, a BR-101, iniciada na década de 40, teve o seu asfaltamento concluído em 1971. Sua conclusão permitiu melhorar as ligações da capital com o interior do estado de Santa Catarina, com os estados vizinhos e também com o restante do país uma vez que tal rodovia corta o Brasil, de norte a sul, ao longo de sua faixa litorânea. Portanto, seu asfaltamento constituiu-se numa importante obra estatal com significativas repercussões no espaço urbano de Florianópolis. Reanimou uma ligação que havia sido interrompida com o fim do transporte marítimo através do porto de Florianópolis.

Relativamente às obras viárias no interior da Ilha, sua execução se deu dentro da mesma conjuntura política que possibilitou o enorme crescimento do aparelho do Estado na cidade. Foi justamente na primeira metade da década de 70 que foram construídas várias destas estradas, destacando-se a implantação, em 1973, da rodovia SC-404 que liga o Itacorubi à Lagoa da Conceição. (FACCIO, 1997: pp. 124-125) No entanto, para Sugai,

[...] a obra viária mais significativa da segunda metade da década de 70 foi a Via de Contorno Norte, para efetuar a conexão rodoviária entre a área central da cidade e os bairros e balneários situados a norte e a leste da Ilha de Santa Catarina. A via foi construída no período de 1977 a 1982 e apresentou maior evidência e repercussão no conjunto da cidade. Foi a primeira via expressa intra-urbana a ser construída. Possibilitou fácil acesso à Trindade e ao norte da Ilha, antes dificultado pelas condições de tráfego das ruas que contornavam o Morro do Antão. As áreas [ao leste deste], onde se formaram os bairros da Trindade, Córrego Grande, Serrinha, Carvoeira, Pantanal, Santa Mônica e Itacorubi, receberam outros investimentos além da Via de Contorno Norte, contribuindo para um grande crescimento desses bairros a partir da década de 70. Destacando que, nessas áreas, foram instaladas praticamente todas as sedes dos órgãos públicos estaduais e federais, construídas na década de 70, com exceção daquelas localizadas no centro da cidade.<sup>27</sup> (1994: pp. 06-07 e 119-120) (sobre a localização, na

<sup>26</sup> A construção da Avenida Beira-Mar Norte iniciou em meados da década de 60, sendo concluída e pavimentada no início dos anos 70. Seu traçado original iniciava na Praça Celso Ramos, limite com o bairro Agrônômica, e findava na Ponte Hercílio Luz. (FACCIO, 1997: p. 124) A Ponte Colombo Machado Salles, inaugurada em 1975, foi o segundo eixo de ligação Ilha-Continente. Sua construção “viabilizou a expansão urbana para o lado continental da cidade que estava limitada pelos constantes congestionamentos da Ponte Hercílio Luz”. (PELUSO JUNIOR, 1991: p. 321) Esta ponte possui 1.227 metros de comprimento e 17 metros de largura e, apoiada em superfícies baixas, exigiu amplo espaço terminal para a continuidade circulatória, ao contrário da Ponte Hercílio Luz, construída sobre bases de encostas. (MARCON, Maria, 2000: p. 183) O Aterro da Baía Sul foi iniciado em 1971 e concluído em 1975, produzindo uma nova área de 611.000 metros quadrados, frontal ao antigo centro que desenvolvia função portuária e que serviu de base para as obras da Ponte Colombo Salles. Para sua execução procedeu-se ao aterro de considerável área marinha, utilizando-se materiais de encostas próximas, argilas, pedras e areias dragadas da própria Baía Sul. (MARCON, Maria, 2000: p. 183)

<sup>27</sup> A Via de Contorno Norte é uma via expressa com 9,5 quilômetros de extensão, que faz a ligação entre o anel viário da Ponte Colombo Salles, no aterro da Baía Sul, e o entroncamento das rodovias SC-401 e SC-404, com

Bacia do Itacorubi, das sedes dos principais órgãos públicos estaduais e federais, veja Figura 3)

Ademais, um Plano de Planejamento Plurianual chamado Cura Ilha I (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), de 1978, elegeu os bairros da Agrônômica, Trindade, Saco Grande, Itacorubi, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Saco dos Limões, Prainha e José Mendes para investimentos de infra-estrutura e implantação de conjuntos habitacionais. (SUGAI, 1994: p. 175) O Estado, através de investimentos efetuados com recursos federais e estaduais,

[...] executou a melhoria da infra-estrutura viária, a instalação de equipamentos sociais, de lazer e a implantação de conjuntos habitacionais, no sentido de ordenar o processo de ocupação desses espaços, dentro de uma visão estratégica de área de urbanização prioritária de Florianópolis. (MARCON, Maria, 2000: pp. 162-163)

Segundo Maria Marcon, através do Plano Cura Ilha I, foram erguidos, nas localidades contempladas, vários conjuntos habitacionais a partir do ano de 1978. No total foram oferecidas 555 casas e 800 apartamentos, perfazendo 87.487 metros quadrados de área construída. O Córrego Grande contou com dois dos oito projetos aí englobados: o Conjunto Guarani, promovido pela INOCOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina), contabilizou 71 casas numa área total construída de 26.154 metros quadrados (é o terceiro maior conjunto dentre os oito); e o Conjunto Elos (já citado), promovido pelo mesmo Instituto, constituído de 84 apartamentos com uma área total de 4.910 metros quadrados.<sup>28</sup> (CURA ILHA citado por MARCON, Maria, 2000: p. 163) Além disso, a pavimentação de várias das principais vias da região deu-se a partir do Cura Ilha, dentre essas, a da principal rua do Córrego Grande, sua antiga estrada geral, hoje denominada Rua João Pio Duarte Silva.

Tais investimentos decorreram da efetiva disponibilidade de terras urbanizáveis na região, “da oportunidade de consolidação de centros secundários para descongestionar o centro tradicional e descentralizar os serviços públicos, da existência de importantes centros de emprego, e da possibilidade de organização dessas áreas sem custos extraordinários”. (MARCON, Maria, 2000: p. 163) Esses espaços foram ainda extremamente valorizados em

---

derivação para o *campus* da UFSC, na Trindade. (MARCON, Maria, 2000: p. 186)

<sup>28</sup> Além dos dois conjuntos construídos no Córrego Grande, vale citar os outros: na Trindade (promovido pela INOCOP), Conjunto Lauro Linhares, com 60 apartamentos, 4.518 metros quadrados, Conjunto Max Schramm (INOCOP), 50 casas, 3.157 m<sup>2</sup>, Conjunto Itambé (INOCOP), 405 apartamentos, 26.243 m<sup>2</sup>, Conjunto Europa (INOCOP), 251 apartamentos, 20.693 m<sup>2</sup>; no Saco dos Limões, Conjunto João P. Rodrigues (INOCOP), 34 casas, 1.912 m<sup>2</sup>; e no Saco Grande, 400 casas (COHAB), (sem dados referentes à metragem construída e ao nome do Conjunto). (CURA ILHA citado por MARCON, Maria, 2000: p. 163)

decorrência dos vetores da dinamização: UFSC, Eletrosul, o complexo administrativo do Itacorubi – TELESC, UDESC, EPAGRI, CIDASC, CREA, Secretaria de Agricultura, entre outros – e da presença das rodovias SC-401 e SC-404, que ligam, respectivamente, o centro de Florianópolis aos balneários da costa norte da Ilha e à Lagoa da Conceição. “Esses vetores foram implantados a partir da década de 60, o que demonstra a recenticidade da ocupação da área e sua atual dinâmica”. (CURA ILHA citado por MARCON, Maria, 2000: pp. 163-164)

Como visto,

[...] as obras de infra-estrutura tiveram um forte impacto sobre o espaço urbano da cidade, viabilizando a expansão urbana e abrindo, para o setor imobiliário, áreas com grande potencial para os seus empreendimentos, valorizando terras a partir da facilidade de acesso. (FACCIO, 1997: p. 126)

\*\*\*

Decorre que as obras arroladas, notadamente aquelas relacionadas ao sistema viário e à construção de agrupamentos residenciais, realizadas mais intensamente na década de 70, foram erigidas a partir da mesma conjuntura política que possibilitou o enorme crescimento do aparelho de Estado contemporaneamente. Dentre todos aqueles apresentados, os investimentos públicos infra-estruturais que mais almejo acentuar, por redundarem em benefícios mais perceptíveis ao Córrego Grande, são: a implantação da SC 404 ligando o Itacorubi à Lagoa da Conceição (1973), que abriu outra frente expansiva nas bordas do Córrego Grande; a realização das obras constantes no Plano Plurianual Cura Ilha I (1978) como a construção dos Conjuntos Guarani e Elos e a pavimentação da Rua João Pio Duarte Silva, principal via da localidade; e a edificação da Via de Contorno Norte (1982), que criou uma conexão rápida entre o centro da cidade e os bairros da Bacia do Itacorubi.

Por certo, o erguimento de tais estruturas causou forte impacto sobre o espaço urbano da referida área, culminando por viabilizar e consolidar a expansão da urbe para esses lados. E, mesmo que não seja difícil constatar que o grande fomentador de obras na área tenha sido o próprio Estado ao ali localizar um vasto número de instituições públicas, outros motivos também podem ser aventados: a disponibilidade de terras passíveis de urbanização na região, a possibilidade de constituição de centros alternativos para desafogar o centro histórico, a existência de notáveis pólos de geração de emprego e a ausência de altos custos no que se refere à organização destas áreas.

De posse de tal amplo quadro tendo como protagonistas, nomeadamente, a UFSC, a Eletrosul, o complexo administrativo do Itacorubi assim como os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos na região em apreço, cabe-me, a seguir, tentar traçar e

discorrer a respeito de algumas das possíveis conseqüências advindas destes expressivos acontecimentos sobre as localidades ali existentes.

### **ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DA EXPANSÃO URBANA SOBRE O CÓRREGO GRANDE E REDONDEZAS**

A implantação do *campus* da UFSC, na Trindade, e da Eletrosul, no Pantanal, na década de 70,

[...] provocou grande impacto no espaço urbano de Florianópolis, contribuindo para a transformação do bairro da Trindade e para a abertura de uma vasta área de expansão urbana na Bacia do Itacorubi. Ocorreu uma transformação na cidade, nos anos seguintes, sob vários aspectos, desde a paisagem até a mudança de valores culturais. (FACCIO, 1997: pp. 118-119)

As áreas da Trindade, Itacorubi, Pantanal, Córrego Grande, praticamente rurais até a década de 60, tornaram-se, com a localização de importantes instituições públicas, áreas de expansão urbana, constituindo-se hoje em importantes bairros da cidade. Tal expansão para estas áreas ocorreu de forma quase paralela, em processos de crescimento urbano simultâneo. Desta forma,

[...] a ampliação e localização dos diversos órgãos públicos em Florianópolis, principalmente na década de 70, constituiu-se em um dos elementos principais do seu espaço urbano nas décadas de 70 e 80. Algumas das conseqüências da expansão do Estado no espaço urbano da cidade foram: o crescimento populacional, o aumento da população migrante em relação à população nativa, a ampliação da classe média, a expansão da malha urbana, a especialização maior do setor de serviços, entre outros. (FACCIO, 1997: p. 133)

No que se refere especificamente ao aumento da população migrante em relação à população nativa, Faccio arrola alguns números: em 1960, Florianópolis apresentava um índice de 17,16% de população não-natural em relação à sua população total; nos anos de 1970 e 1980, tal porcentagem aumentou, respectivamente, para 22,33% e 35,74%. Ou seja, em 20 anos mais do que dobrou o número de forasteiros na Ilha. (1997: p. 136)

E com o crescimento do corpo funcional do aparelho de Estado e a dinamização da economia urbana da cidade, principalmente a partir da década de 70, ocorreu uma ampliação dos setores médios da população. Com poder aquisitivo bem acima da média do poder aquisitivo local, esses setores, entre outras coisas, puderam escolher as melhores áreas para moradia. Nesse sentido, tais espaços estavam localizadas na ilha, possuindo, além da proximidade com o local de trabalho, amenidades, como a contigüidade com o mar e com as

baías. Além disso, a área urbana localizada na região insular foi a parte da cidade melhor servida de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Assim,

[...] os bairros da Trindade, Itacorubi e adjacências foram as localidades da ilha que mais se expandiram em razão da proximidade com os diversos órgãos públicos instalados. Bairros residenciais de classe média e média alta formaram-se após à implantação das sedes das instituições públicas, como o Parque São Jorge e o Jardim Anchieta, localizados na Bacia do Itacorubi. (FACCIO, 1997: p. 137)

Para Bastos<sup>29</sup>, a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis, realizado pelo Serviço Público de Habitação e Urbanismo (SERPHAU), nos começos da década de 70, constituiu o ponto de partida para a realização de diversas obras na ilha e no continente que, deste período em diante, viram modificadas radicalmente suas formas tradicionais de apropriação e uso do solo:

Este processo físico de modernização ocorre em função de um significativo crescimento demográfico da cidade – acompanhado de expressivas mudanças nos planos sócio-cultural e político-econômico – onde duas ondas específicas de migrantes tiveram fundamental importância devido à sua capacidade de produzir reações em cadeia: de um lado, os quadros burocráticos, técnicos, bem como acadêmicos, que colocaram a funcionar a UFSC e a Eletrosul; de outro – e aqui tipicamente com a instalação da UFSC – levou de interioranos na demanda de formação profissional-universitária. (BASTOS, 1993: pp. 18-19)

Segundo o mesmo autor, estas duas ondas migratórias, demograficamente de pequena magnitude, mas sociologicamente majoritárias, além de provocarem reações em cascata de ordem também demográfica, por encarnarem, cada uma a seu modo, “o ideal modernizante”, como que serviram de anteparos de contraste na direção da construção do “atraso ilhéu”. Para ele, tal processo atingiu toda Florianópolis, embora com calibres e intensidades diferenciadas.<sup>30</sup> A partir disso,

[...] não é consistente postular um tipo arcaico de comunidade ilhoa reificadamente oposto a um moderno, somente este último caracterizando-se pela urbanização. O processo de urbanização aqui é essencialmente global. (BASTOS, 1993: p. 19)

<sup>29</sup> Rafael Bastos é professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), ambos da UFSC. “Como seus vizinhos é um alienígena que reside no enclave de nome Conjunto Guarani, localizado no Sertão do Córrego Grande, Em Baixo”. (1993: p. 18)

<sup>30</sup> Para Bastos, o que corrobora tal imagem de “atraso” é, também, a presença de tradições como a farra do boi, sobre a qual comenta: “Em 1985, quando passei a residir no bairro do Córrego Grande, pude perceber-lhe os alaridos. Sem saber, havia ido morar num dos santuários urbanos do Boi na Ilha”. (1993: p. 09) Boi é uma das designações nativas da farra do boi; esta última, uma expressão alienígena.

E tal fluxo modernizante acelerou mudanças não só no modelo de cidade e no traçado urbano, mas essencialmente, no modo de vida dos antigos moradores e no perfil da sua população atual. (FANTIN, 2000: p. 16)

### **Os nativos e os forasteiros**

Figura 4 Grupo de casas de forasteiros

Figura 5 Casa de um dos informantes

Neste contexto, onde uma grande quantidade de migrantes instalou-se em áreas até então habitadas por pequenas comunidades rurais, dois grupos, portanto, bastante distintos, tomaram forma: de um lado, os “nativos”; de outro, os que ali vieram viver, os “de fora”. No que tange aos primeiros:

Quando se fala em nativos é preciso fazer algumas observações. É lugar-comum classificar como nativos aqueles que nasceram na Ilha, cujas famílias são hegemonicamente açorianas e já estão vivendo na cidade há várias gerações. Entretanto, a categoria nativo conforme o contexto ora alarga-se no seu sentido, ora estreita-se. Muitos filhos de famílias que vieram de fora, mas que nasceram no território ilhéu, não são considerados nativos. Eles continuam sendo classificados como de fora especialmente se seus pais são identificados desta forma no bairro e na cidade. Em contrapartida há aqueles que nasceram em outros estados ou cidades e que vieram para a Ilha desde pequeninos e, no entanto, são considerados nativos. Há também uma grande aproximação identitária entre os nativos e



aqueles que nasceram no litoral catarinense, sobretudo os de origem açoriana. (FANTIN, 2000: pp. 42-43)

Ademais, Motta adverte que a expressão “nativo”, no caso, pode guardar uma variedade de aspectos, podendo referir-se, na tradição antropológica, ao “outro” estudado, mas também a uma categoria êmica, que distingue um “nós”, “nativo”, de um “outro”, “estrangeiro”, “de fora” que veio junto com o turismo e com a urbanização. (2002: p. 19)

Rial, em sua pesquisa na Lagoa da Conceição, localidade avizinhada ao Córrego Grande e com algumas feições muito similares às deste, corrobora tal perspectiva: “Quem nasce na Lagoa é até hoje chamado de ‘nativo’ pelos outros moradores que reservam uma categoria bem precisa para designar os visitantes ou moradores que não nasceram ali: ‘pessoal de fora’”. (1988, grifos da autora)

No que tange à ascendência açoriana, traço apregoado como marcante dessa identidade nativa, Motta atenta ao fato dela não ser nem sempre comprovável, ser mais atribuída do que auto-identificada, e de ser muitas vezes sugerida pelo local de residência, pelo sotaque, pela linguagem e pela predominância de vários hábitos, costumes, tradições e práticas reconhecidas por especialistas e pelo senso comum como açorianas. (2002: 17-18) Beck (1979) sustenta que tal ancestralidade aponta, no limite histórico-cultural, para as comunidades de lavradores e de pescadores colonizadores da ilha e de seu litoral fronteiro a partir de meados do século XVIII.

Motta também atenta para as várias designações dadas a tais nativos: “açorianos” (assim chamados pela mídia), “manézinhos” (por eles próprios), “neo-açorianos” (Rial, oral e informalmente), “açoriano-brasileiros” (Lacerda) e “ilhéus” (Bastos). (2002: p. 19)

Tratando especificamente do “manézinho”, Rial assinala sua semelhança com o “caipira” (São Paulo) e o “grosso” (Rio Grande do Sul), identificando-o, enfim, com um sujeito que vive isolado, que não conhece as coisas da cidade. No entanto, a autora adverte que tal identidade, emblemática da açorianidade, vem passando por um processo de ressemantização nos últimos anos deixando de representar motivo de vergonha e de desqualificação social para se tornar uma qualidade positiva. Sua imagem vem descolando-se de uma representação de tolice e ignorância para a de um conhecedor, melhor do que qualquer um, dos vários aspectos da Ilha. Segundo Rial, tal passagem tem relação com a valorização social da cidade nos últimos anos, valorização de suas belezas naturais, do seu homem “natural” – não qualquer um, mas o que guarda o traço exótico, o pescador, o fazedor de farinha, o que fala um português diferente. Perspectiva que tem motivado pescadores e agricultores a reivindicar essa nomeação, arrogando a si, por conseguinte, um traço de

identidade socialmente positivo, uma identidade emblemática, afirmada com orgulho: ser manézinho é ser visto como mais ilhéu do que os outros ilhéus, o verdadeiro ilhéu que conhece os códigos, os modos e a fala da Ilha. (2001: pp. 17 e 19-20)

Fantin também observa o fenômeno do manézinho por tal prisma. Atenta para o processo de construção simbólica aí explícito, ou seja, a re-significação de uma terminologia que pouco tempo atrás tinha uma clara conotação pejorativa – era um insulto dirigido aos nativos do interior da Ilha – para um elogio – o manézinho passa a ser apresentado como o autêntico ilhéu, o nativo da Ilha, herdeiro de sua história, o legítimo representante da cidade: “Agora, manézinho transformou-se não só num elogio, mas numa espécie de ícone da cidade. De estigma passou a ser um valor”. (2000: p. 19) Além disso, Fantin destaca o fato da figura do manézinho articular vários traços tidos como típicos do ilhéu (desde o ilhéu urbano até o das áreas pesqueiro-rurais): a identificação com o mar e a pesca, a tradição das festas religiosas, o jogo de dominó, a farra do boi, o falar com velocidade de flexão e fazer uso de vocábulos lusitanos, o costume de dar apelidos, o apreço pelos pássaros e o hábito de circular com a gaiola. (2000: pp. 156-157)

Relativamente à categoria dos “de fora”, esta apresenta um amplo espectro, uma série de nuances que acompanham sua classificação:

Uma diferenciação primeira, que divide e separa os de fora, tem a ver com a sua condição de classe. Há os de fora que pertencem às camadas médias universitárias, mas há também os de fora que pertencem às camadas populares, e mesmo aqueles mais empobrecidos e excluídos. Enquanto os primeiros são chamados de estrangeiros ou simplesmente de fora, estes últimos são chamados de migrantes. Já os que pertencem à classe alta, os ricos que são de fora, estes são chamados de investidores, empreendedores... [E quanto ao termo estrangeiro,] embora largamente utilizada no meio intelectual, não era uma categoria nativa empregada usualmente por outros setores mais populares que, para referir-se aos novos moradores da cidade, diziam simplesmente os de fora ou forasteiros. Seu uso foi popularizado durante a campanha para a Prefeitura, em 1996, quando recebeu uma clara conotação política e pejorativa. (FANTIN, 2000: p. 43 e 215)

No que tange mais especificamente ao caso do Córrego Grande, tais “alienígenas” (Bastos), passaram, a partir das décadas de 60 e 70, a fazer parte de forma bastante constante da realidade da localidade. A implementação do Conjunto Guarani no coração da comunidade, entre chácaras e áreas ocupadas predominantemente por nativos, simbolizou, expressivamente, a expansão da urbe que já se fazia sentir nas suas beiradas: na Trindade, no Pantanal, no Itacorubi e mesmo no seu interior, através da divisão da Chácara dos Padres para a construção do Loteamento Jardim Anchieta. É o mesmo Bastos quem observa que os

nativos do Córrego têm os habitantes do Conjunto Guarani basicamente como invasores, sendo estes, inclusive, chamados pelos nativos de “eles”, em contraposição ao “nós” que aponta a si mesmos: “‘Eles’ [os novos moradores] são a recordação presente de uma história de desterro e de desapropriação, uma história que transformou chacareiros auto-suficientes em assalariados pobres, matos e campos verdejantes em ruas cinzentas”. (BASTOS, 1993: p. 10, grifo do autor) Perspectiva também visualizada por Fantin ao tratar do processo que atingiu e vem atingindo a Ilha como um todo:

Com relação aos nativos, que agora são obrigados a dividir a cidade com os outros, eles vivem o que eu chamo de a experiência da perda da cidade. [...] São essas múltiplas experiências urbanas – de desenraizamento, de apropriação, de perda – que produzem também diferentes percepções da cidade, que estão no cerne da relação entre nativos *versus* estrangeiros, nutrindo e acirrando o conflito entre os autênticos ilhéus e os chamados invasores. (2000: pp. 45-46)

\*\*\*\*\*

Procurei traçar, ao longo deste primeiro capítulo, o percurso desse processo de crescimento acometedor, amplamente, da cidade de Florianópolis, e num panorama mais estrito, do que se passou na então comunidade, já um bairro, do Córrego Grande. Embora meu mais intenso interesse relacione-se principalmente ao fenômeno observado no citado bairro, não vejo como dissociar grande parte do que ali transcorreu do que houve em seu entorno, na cidade que o abriga. Trago, a seguir, algumas nuances teóricas que possam auxiliar na compreensão do fenômeno em voga, antevendo, de qualquer forma, várias das perspectivas evidenciadas no discurso dos sujeitos que vivenciaram e vêm vivenciando as transformações em curso no Córrego Grande.

## **CAPÍTULO 2**

### **DO RURAL AO URBANO: RECRIAÇÕES DA COMUNIDADE**

#### **Introdução**

A perspectiva que vem avultando-se no Córrego Grande não consiste numa novidade restrita aos bairros situados na Bacia do Itacorubi. Respeitadas as peculiaridades do local, fenômenos de expressivas alterações de cunho urbanizador também vieram e vêm ocorrendo de forma ostensiva em outras até então comunidades localizadas no interior da Ilha de Santa Catarina. Mudanças que sintetizadas num quadro, *grosso modo*, de incorporação a uma cultura urbana, acabam por cultivar nos “nativos” as memórias dos “bons tempos” de antigamente. Recordações, que assim celebradas e compartilhadas, reforçam laços e relações entre estes antigos moradores que, em algumas décadas, viram-se forçados a ver suas outrora comunidades cederem frente à urbanização incontínente. Em contextos parecidos, Mara Lago e Maluf desenvolveram pesquisas que, guardadas as idiossincrasias, testemunharam fenômenos semelhantes aos que aqui me proponho a tratar.

Desta forma, num cenário similar ao verificado no Córrego Grande, Mara Lago, quando da realização, no início dos anos 80, de um estudo de caso na comunidade litorânea de Canasvieiras, localizada no norte da Ilha, percebeu ali o forte impacto de uma urbanização que alterava radicalmente o modo de vida da população local. Ao utilizar a técnica da entrevista, a autora obteve as histórias de vida de pessoas idosas da comunidade que, ao relatarem seu passado, avaliavam, também, as transformações vividas, as experiências do presente e as expectativas de futuro, para elas próprias e para seus descendentes. Nessa brusca passagem do mundo rural para o mundo urbano, os habitantes locais, ao perderem suas terras e, conseqüentemente, seu acesso ao mar, viram-se levados, como observa Mara Lago, a buscar sua sobrevivência através do trabalho assalariado, abandonando, por conseguinte, as suas formas tradicionais de subsistência, a lavoura e a pesca. (LAGO, Mara, 1996: p. 07)

Também Maluf, em seu trabalho na Lagoa da Conceição, desenvolvido no fim da década de 80, atentava para as intensas alterações que ali vinham transcorrendo. Uma outrora comunidade que realizava seus laços sociais primordialmente através de freqüentes reuniões que juntavam as famílias e os vizinhos (as festas religiosas, os casamentos, as missas, os velórios, entre outros), via-se, então, confrontada com uma cultura urbana que, apologética do individualismo, impunha-lhes, por exemplo, novos locais de moradia: lotes pequenos, sem a convivência de várias gerações num mesmo espaço. Contato este que passou a dar-se mais vigorosamente, segundo Maluf, com a implantação de transporte público sistemático, e, a partir de meados dos anos 70, pela pavimentação das estradas de acesso ao centro de Florianópolis e a rápida difusão dos meios de comunicação. (1993: p. 16)

Assim, de acordo com Maluf, em face de tal quadro mutativo bastante acelerado, não raro eram anunciadas expressões nostálgicas do tipo “no tempo de antigamente é que era

bom”, claramente evocativas de uma outrora vida comunitária, já em vias de modificação radical. Com o processo de urbanização e de incorporação a uma cultura urbana diluindo os contornos da comunidade, as narrativas – Maluf trata em seu trabalho das narrativas de bruxaria – apareceram como articuladores simbólicos das fronteiras, dos contornos da comunidade ou mesmo de diferenciação para como um espaço mais urbano. Tais narrativas passaram a figurar, desta forma, como demarcadores de diferença no interior da comunidade, constituintes de identidade entre seus moradores. (1993: p. 174) Conforme a autora:

Nos últimos anos, os limites geográficos e físicos que separavam as localidades do interior da Ilha da cidade foram colocados em questão pelo acelerado processo de urbanização e incorporação de uma ‘cultura urbana’. Hoje, ser morador do lugar não define o pertencer à comunidade. Tornaram-se necessários mecanismos internos de diferenciação. Um deles é a demarcação no plano simbólico sugerida pelas narrativas, que, ao contrário dos limites geográficos anteriores, não existe mais em relação às outras comunidades, mas em relação a essa outra cultura, presente agora no interior da comunidade. (MALUF, 1993: p. 93, grifo da autora)

### EM BUSCA DE ACONCHEGO

Neste quadro, em que mudanças urbanizadoras impuseram-se e vem se impondo às populações daquelas então comunidades, a emergência de narrativas e representações nostálgicas acerca da vida de então avulta como uma constante. Imagens do mundo rural, familiar, enfim, comunitário daquela época figuram como preciosas reminiscências que unem esses antigos moradores atualmente imersos em bairros notoriamente densos e heterogêneos. No caso do Córrego Grande, as recordações da comunidade de outrora brotam, seja em pinturas nos muros retratando locais e cenários referenciais daquele tempo, seja em comparações com o bairro do presente que, mesmo com as facilidades que trouxe, mostra-se, para os nativos, incapaz de gerar o “aconchego” (ROSENBERG citado por BAUMAN, 2003: p. 16) de outrora.<sup>31</sup> A análise de redes sociais (AGIER) e a reflexão a partir de categorias como o “pedaço” (MAGNANI), exemplificativamente, podem ser de grande valia na visualização tanto das percepções como das vivências desses nativos frente à complexidade vigente no atual bairro do Córrego Grande.

Assim, Durham apresenta a noção de comunidade, a partir da linguagem comum, como uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão

<sup>31</sup> Segundo Bauman, o estudioso sueco Göran Rosenberg foi quem cunhou o conceito do “círculo aconchegante” atribuído para captar o tipo de imersão ingênua na união humana (similar, assim, à noção de comunidade que Bauman procura analisar). Tal conceito de “círculo aconchegante” foi cunhado em 2000 num ensaio para *La Nouvelle Lettre Internationale*. (BAUMAN, 2003: p. 16)

afetivamente identificados uns com os outros. Tal idéia, ao pressupor harmonia nas relações sociais, redundante, segundo a autora, numa grande valorização da noção, culminando por tê-la como um ideal da vida social, como uma espécie de mito do nosso tempo. (2004: p. 221)

Em leitura similar a de Durham, Bauman visualiza a comunidade como uma coisa boa: o que quer que signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Neste sentido, prossegue o autor, comunidade é um lugar cálido, confortável e aconchegante. Onde todas as pessoas se entendem bem, podem confiar no que ouvem, estão seguras a maior parte do tempo e raramente ficam desconcertadas ou são surpreendidas. Nunca são estranhas entre elas. O que a palavra comunidade evoca é tudo aquilo de que as pessoas sentem falta e de que precisam para viver seguras e confiantes. Nas palavras do autor, a noção representa o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance, mas no qual gostaríamos de viver. Representa o paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá. (BAUMAN, 2003: pp. 07-09).

Fazendo uma leitura da noção de comunidade a partir de dois representantes da Escola de Chicago, Tönnies<sup>32</sup> e Redfield<sup>33</sup>, Bauman sugere que o primeiro distinguia a comunidade antiga (*Gemeinschaft*) da moderna sociedade em ascensão (*Gesellschaft*) concebendo comunidade como fruto de um “entendimento compartilhado por todos os seus membros”. Não um consenso. Pois o consenso é um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade. O entendimento ao estilo comunitário não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já “está lá”, completo e pronto para ser usado. O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. É o ponto de partida de toda união. É um sentimento recíproco e vinculante, e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam. Para Tönnies, a característica que separa a comunidade de um mundo de amargos desentendimentos, violenta competição, trocas e conchavos é o entendimento comum que dela flui naturalmente e que é tácito por sua própria natureza. (BAUMAN, 2003: pp. 15-16) A noção de comunidade em Tönnies, segundo o próprio Bauman,

[...] significa entendimento compartilhado do tipo ‘natural’ e ‘tácito’. Ela não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna auto-

<sup>32</sup> TÖNNIES, Ferdinand. *Community and society*. Tradução Charles P. Loomis. Nova York: Harper, 1963, pp. 47, 49 e 65.

<sup>33</sup> REDFIELD, Robert. *The little community e Peasant culture and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1971, pp. 4 e ss.

consciente, estridente e vociferante; quando... se torna objeto de contemplação e exame... Quando começa a versar sobre o seu valor singular, a derramar-se lírica sobre a sua beleza original e afixar nos muros próximos loquazes manifestos conclamando seus membros a apreciarem suas virtudes e os outros a admirá-los ou calar-se – podemos estar certos de que a comunidade não existe mais (ou ainda, se for o caso). A comunidade ‘falada’ (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos. (BAUMAN, 2003: p. 17, grifos do autor)

Em relação ao segundo, Bauman mostra como a comunidade, pensada por Redfield, é fiel à sua natureza ou ao seu modelo ideal apenas na medida em que seja pequena, auto-suficiente e distinta de outros agrupamentos humanos. Ser pequena significa que a comunicação entre “os de dentro” é densa e alcança tudo, colocando, assim, os sinais que esporadicamente chegam de fora em desvantagem devido à sua relativa raridade, superficialidade e transitoriedade. Ser auto-suficiente quer dizer que a comunidade deve oferecer todas as atividades e atender a todas as necessidades das pessoas que dela fazem parte, sendo o isolamento em relação “aos de fora” quase completo e as ocasiões para rompê-lo poucas e espaçadas. Ser distinta em relação a outros agrupamentos humanos diz respeito ao fato da comunidade apresentar uma nítida visibilidade dos seus limites físicos – é visível onde a comunidade começa e onde termina – sendo a divisão entre “nós” e “eles” exaustiva e disjuntiva, não havendo casos intermediários a excluir: é claro quem é “um de nós” e quem não é. Três características que, para Redfield, se unem na efetiva proteção dos membros da comunidade em relação às ameaças a seus modos habituais. Enquanto cada um do trio estiver intacto, é muito pouco provável que a motivação para a reflexão, a crítica e a experimentação possam surgir. (BAUMAN, 2003: pp. 17-18)

Bauman, ademais, adverte que a “unidade da comunidade” (Redfield) ou a “naturalidade do entendimento comunitário” (Tönnies), tem como pressuposto primordial a sua homogeneidade, ou aquilo que ele chama de “mesmidade”. Caractere, aliás, que, segundo o autor, entra em colapso quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas. Processo de colapso associado por Bauman ao aparecimento dos meios mecânicos de transporte e ao fato de que os portadores de informação alternativa – ou pessoas cuja estranheza mesma é informação diferente e conflitante com o conhecimento internamente disponível – já podem viajar tão rápido que as mensagens orais originárias do círculo da mobilidade humana. A distância aí, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perde muito de sua significação. (BAUMAN, 2003: p. 18)

Durham aponta o fato de Tönnies fazer referência ao conceito de comunidade como um dos pólos de uma dicotomia, em oposição aí, ao conceito de sociedade. Comunidade, para ele, consistiria num tipo de relação caracterizada por uma vontade social baseada na concordância, nas regras sociais comumente aceitas e na religião. Os vínculos então em voga seriam de ordem afetiva, originária e essencial, sendo que a família e a aldeia seriam algumas de suas expressões mais típicas. Já a sociedade, em Tönnies, segundo a autora, seria especialmente caracterizada por uma vontade social baseada na convenção, na legislação e na opinião pública, pressupondo, sobretudo, a existência de uma pluralidade de pessoas isoladas, com interesses particulares, entre os quais se estabelece um vínculo de natureza racional, cada qual buscando obter vantagens pessoais. Ademais, Durham atenta que, do ponto de vista do autor, ambos os conceitos correspondem a períodos históricos particulares, sendo, na história humana, a comunidade anterior à sociedade. (DURHAM, 2004: p. 221)

Durham também marca tal contraposição caracterizando comunidade pela presença de homogeneidade, consenso<sup>34</sup>, afetividade, proximidade espacial e participação numa totalidade. Enquanto, em outro pólo, tem na sociedade a existência de heterogeneidade, interdependência, racionalidade, luta e confronto. Ademais, aponta para apresentação recorrente, por parte dos teóricos, de dois conceitos para a noção de comunidade: um conceito formal, que a tem como um tipo ou aspecto das relações sociais; e um conceito histórico-concreto, que a relaciona a épocas ou formações sociais particulares. (2004: p. 222)

Magnani, referindo-se à mesma dicotomia – comunidade *versus* sociedade – no pensamento de Tönnies, adverte para o significado dos termos: comunidade é marcada por consenso, laços de sangue, relações primárias e rígido controle social; e sociedade, por convenção, anonimato, relações secundárias e troca de equivalentes. Segundo Magnani, Tönnies descreve, por meio dessa oposição, a transformação de uma Europa paroquial e agrária para uma sociedade cosmopolita e comercial. (MAGNANI; TORRES, 2000: p. 22)

Apresentando uma outra possibilidade analítica para o conceito de comunidade – e que, aliás, deixe de lado sua definição primordialmente vinculada ao conceito de sociedade – Durham cita Freyer<sup>35</sup> que, ao referir-se à comunidade como uma estrutura social parcial, própria de grupos particulares numa sociedade complexa, evoca que todas as comunidades implicam a convivência num espaço comum. Para ele, segundo a autora, não existe comunidade à distância, pois viver em comum dentro do mesmo espaço significa que todos

---

<sup>34</sup> Segundo Bauman, como visto anteriormente, Tönnies atribui à comunidade a presença não de “consenso”, mas de um “entendimento” compartilhado por todos os seus membros. Consenso estaria, segundo ele, mais vinculado às relações do tipo societárias.

<sup>35</sup> FREYER, Hans. *Der Staat*. Leipzig: Rehfelden, 1925.



estão sujeitos às mesmas condições, estando presos ao mesmo estilo de vida. Conforme Freyer, de acordo com Durham, viver em comunidade significa inevitavelmente viver num mesmo mundo, redundando, assim, que esse mundo esteja integralmente presente em cada um. Desta forma, o elemento essencial da estrutura comunitária é a participação de todos numa mesma cultura, cujo conteúdo total é abarcado por cada indivíduo. Neste contexto, para Freyer, todos acreditam nos mesmos mitos, praticam os mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam instrumentos idênticos e obedecem às mesmas normas. (DURHAM, 2004: pp. 222-223)

Durham também chama atenção para o fato de algumas correntes da sociologia americana terem abandonado a oposição comunidade *versus* sociedade e terem partido para um viés em que a comunidade se confunde com “grupo local”. Nesta perspectiva, comunidade é tida como um agregado conscientemente organizado de pessoas residentes numa localidade específica, possuindo autonomia política relativa, sustentando instituições coletivas comuns – como a escola e a igreja – e reconhecendo a existência de uma certa interdependência entre si. Inclui nesta noção um processo de interação social que dá origem a atitudes e práticas de colaboração, cooperação e uniformização. Assim, esse conceito de comunidade não se refere a um tipo de formação comunitária diversa da societária, mas a unidades territoriais de tamanho limitado, onde se realiza a vida social cotidiana. Essas unidades são concebidas como conjuntos integrados por interesses e atividades comuns que exigem cooperação coletiva. (2004: p. 224) Mesmo assim,

[...] os mesmos elementos do conceito ‘clássico’ de comunidade estão presentes: espaço e interesses comuns, sentimento de pertencimento, participação numa mesma cultura. Mas estão presentes de uma forma atenuada, comportando certo grau de diferenças de classe e de nível educacional, interesses divergentes que coexistem com o ‘sentimento subjetivo que têm os participantes de constituírem um todo’. (DURHAM, 2004: p. 225, grifos da autora)

Para Durham, muito embora essa versão norte-americana do conceito de comunidade seja capaz de orientar uma análise dos aspectos da vida social que se desenrolam dentro da esfera de autonomia relativa de certos agrupamentos sociais, ela mostra-se inadequada para apreender os aspectos estruturais da sociedade que interferem na ação local e delimitam sua autonomia. (2004: p. 225)

De qualquer forma, Bauman, alheio às vicissitudes e fragilidades dessa perspectiva norte-americana, menciona um pressuposto sem o qual não seria possível que um agregado de

seres humanos fosse sentido como comunidade: a existência de um conjunto “bem tecido” de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação freqüente e intensa. É a ausência de um conjunto de tal gênero que é referida, segundo o autor, como “decadência”, “desaparecimento” ou “eclipse” da comunidade. (2003: p. 48)

Declínio, aliás, que, real, atualmente, Bauman associa à emergência das cidades contemporâneas, marcadas por seus caracteres notoriamente societários, vicejantes de complexidade e diversidade:

De agora em diante, toda homogeneidade deve ser ‘pinçada’ de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser ‘construída’; o acordo ‘artificialmente produzido’ é a única forma disponível de unidade. Uma vez ‘desfeita’, uma comunidade não pode ser recomposta. E se isso acontecer, não será da forma preservada na memória (invocada por uma imaginação cotidianamente assolada pela insegurança perpétua) – única forma que a faz parecer tão desejável como uma solução melhor do que qualquer outra para todos os problemas terrenos. (2003: p. 19, grifos do autor)

Neste contexto, Agier propõe que se pense a cidade – dando conta de seu individualismo emblemático e de sua heterogeneidade social, racial, cultural, entre outras – apoiando-se na análise de redes. Análise que, desvinculada do *a priori* da referência espacial, foi imaginada, segundo o autor, precisamente para dar conta das relações urbanas. Ele distingue dois momentos numa análise de tal gênero:

Primeiramente, a pesquisa sobre as significações relativas dadas aos espaços da cidade nos informa sobre as ‘identidades’ urbanas. Em segundo lugar, o estudo das sociabilidades nos informa sobre as ‘culturas’ que estão na base do apego aos lugares urbanos, e, ao mesmo tempo, sobre a reprodução ou a reinvenção dos laços sociais nos universos densos, abertos e heterogêneos das sociedades contemporâneas. (AGIER, 1998: p. 45, grifos do autor)

Imbuído de tal proposta analítica, Agier realizou sua pesquisa no bairro da Liberdade, em Salvador, que, demograficamente denso, era habitado, principalmente, por negros e mestiços, distribuídos nos diversos estratos sociais baixos e médios. O setor do bairro em que focou seu trabalho estava dividido, no âmbito de uma classificação social, familiar e espacial, entre, de um lado, a praça central – o “largo” – e as ruas asfaltadas adjacentes (a parte visível do lugar), e, de outro lado, as “avenidas”, comparativamente mais pobres (sua parte invisível e mais íntima). (AGIER, 1998: pp. 45-49)

Frente a este quadro, onde uma ordem relacional coloca em contato indivíduos utilizando, conforme a situação, os laços, a linguagem ou os valores das relações familiares, Agier distinguiu duas formas de sociabilidade: as redes desenvolvidas a partir das relações familiares, componentes de um domínio onde prevalece a intermediação feminina; e os grupos de pares – as “turmas” – essencialmente compostos por homens de uma mesma geração. (1998: p. 54)

Assim, tendo em mente que a cultura familiar forma o pano de fundo das trocas cotidianas no bairro, Agier relaciona a competência específica das mulheres, definida na divisão dos papéis familiares, à maneira pela qual elas ocupam o espaço do bairro. Sua concentração no referente doméstico se traduz por uma presença marcante nas avenidas. Esse é o seu principal lugar de vida: elas têm aí suas casas, as casas das amigas, comadres e parentes, o corredor e a soleira das portas onde se encontram e conversam, o fundo da avenida onde lavam e estendem as roupas. Sua aptidão para ativar as redes faz com que elas, eventualmente, se soltem do contexto espacial do bairro que circunda as avenidas. Desta forma, seu espaço urbano se definiria por um conjunto de três termos-chave: avenida, família e rede. Relativamente aos homens, Agier enfatiza que, mesmo apoiados na existência de redes e de uma cultura familiar partilhada por todos, estes revelam seu interesse por um discurso localista, por uma territorialidade concentrada e centrípeta, enfim, uma preferência pela identidade. Seu domínio de sociabilidade – o das turmas ou grupos de pares, bastante presentes e visíveis no espaço do bairro – são, sobretudo, o quadro principal da organização dos lazeres. (1998: pp. 56-57)

Para Agier, pela observação etnológica das posições, redes e itinerários urbanos dos indivíduos, percebe-se que estes se tornam urbanos através de uma série de mediações sociais. No caso da Liberdade, as principais formas de mediação entre o cidadão e a cidade parecem ser os grupos de pares, por um lado, e as redes familiares e quase-familiares, por outro. Redes, aliás, que o autor tem como paradigmáticas de urbanidade, como bem fica exposto a seguir:

No caso das sociabilidades femininas, é a manutenção de boas relações ao redor do grupo doméstico que ocupa as preocupações cotidianas... é o que leva as mulheres a circular em espaços mais esparsos: na ‘avenida’ de residência; de uma ‘avenida’ a outra; ou ao longo das redes de parentes, de amigas ou de clientes no e fora do bairro. Podemos então nos perguntar se, partindo da cultura familiar e do ancoradouro doméstico, as mulheres do bairro não encarnariam as figuras sociais mais centrífugas, mediadoras e abertas à alteridade. Em uma palavra, as mais urbanas? (AGIER, 1998: p. 61, grifos do autor)

Por outro prisma, mas mantendo o foco na análise das sociabilidades em voga nas cidades contemporâneas, Magnani centrou sua pesquisa nas formas de entretenimento existentes nos bairros da periferia da cidade de São Paulo. Ao tomar o lazer como parte integrante do cotidiano dessa população, o autor constatou que a análise dessa esfera de suas vidas poderia oferecer ricos subsídios para a compreensão de seus valores, modos de pensar e agir. E dentre as múltiplas manifestações de entretenimento que aí encontrou, uma, em particular, chamou-lhe sobremaneira a atenção: o circo.

Os contatos que os artistas circenses procuravam estabelecer com os moradores de cada nova localidade para assegurar uma boa permanência revelaram a existência de redes prévias de relações, ancoradas num determinado espaço e mantidas tanto por um mesmo sistema de referências entre os freqüentadores (manejo de um código comum, laços de vizinhança, preferências esportivas e de lazer) como pelo investimento de uma presença constante, determinando assim o grau de pertencimento e estabelecendo fronteiras. Era o seu ‘pedaço’, diziam eles. (MAGNANI, 2000: pp. 11-12, grifo do autor)

Para Magnani, seria impossível entender o circo sem se ter em conta um determinado contexto: os bairros pobres da cidade onde periodicamente se instalavam levando teatro, música e festa. Segundo ele, ao contrário de algumas formas de diversão, o circo se caracterizaria por estabelecer relações diretas e personalizadas com os espectadores, redundando daí, que no curto espaço de tempo de sua permanência no bairro, o circo – tal qual que os aniversários, bailes, disputas de futebol de várzea, entre outros – ficava igualmente sujeito às regras do “pedaço”. (MAGNANI, 2000: p. 142)

Do ponto de vista teórico, esta categoria nativa – o “pedaço” – acabou por transcender o *locus* de sua aplicação originária e, com base no diálogo com outras propostas, como a representada pela oposição rua *versus* casa, de DaMatta, passou a ser usada para designar um tipo particular de sociabilidade e apropriação do espaço urbano. Relacionando-a com a fórmula de DaMatta, Magnani percebeu que o “pedaço” apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família e a rua o lugar dos estranhos, o “pedaço” é o lugar dos colegas, dos chegados, onde todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e do que se pode ou não fazer. (MAGNANI, 2000: p. 12)

**SEGUNDA PARTE**

# **UMA ETNOGRAFIA DA ANTIGA COMUNIDADE DO CÓRREGO GRANDE**

## **CAPÍTULO 3**

### **O COTIDIANO – E ALGO MAIS – DE UM TERRITÓRIO VIVIDO**

#### **Introdução**

O intento deste capítulo é adentrar nas perspectivas de outrora do Córrego Grande, este lugar que, para muitos, atualmente, simplesmente avizinha-se à UFSC, à Eletrosul ou a

outras instituições de relevância regional ou mesmo nacional (veja Figura 3). Observo que, aqui, encenar-se-á o oposto: tais grandes estabelecimentos serão coadjuvantes num enredo em que a dita localidade, ou melhor, seus antigos moradores, serão protagonistas através da reconstrução do antigo Córrego Grande numa contínua articulação, onde passado e presente serão postos em contraste, em relação; um sendo visto através do outro, numa forma expressiva produtora de perspectivas significativas quanto aos valores dos grupos sociais ali residentes.

Meu intuito, ao longo desta reconstrução, é articular e arrolar alguns dos caracteres que, marcadamente, brotam do discurso nativo no que se refere às descrições relativas aos vários aspectos do Córrego Grande de outrora, anterior às grandes intervenções e modificações urbanas descritas no primeiro capítulo. Para tal, privilegiarei questões de cunho espacial – os arranjos fundiários, as discontinuidades e diversidades do seu território, os pontos da centralidade cotidiana, as representações recorrentes de meus informantes – que, tão marcadamente, remetem àquele outro tempo. Enfim, procurarei expor o traçado dantes, os locais relevantes, realizar, enfim, uma análise sócio-espacial.

Frente a tal intento, parece-me substancial descrever um quadro paradigmático do que talvez possa representar a intensidade das lembranças da vida no Córrego de antigamente: ao chegar à casa dos meus informantes não era eu, geralmente, o primeiro a falar, eram eles que, prontamente, afirmavam, num tom meio interrogativo-afirmativo, “és tu que queres saber como era o Córrego antes?!”. De súbito, eu acenava rapidamente que sim e logo despertavam, efusivas, expressões que almejavam representar um aspecto bastante diverso deste que hoje se impõe aos olhos.

## QUESTÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa de campo foi realizada dentre moradores do bairro Córrego Grande que atendessem ao pressuposto seguinte: o de serem indivíduos que tivessem acompanhado o processo intensivo de urbanização ocorrido a partir das décadas de 60 e 70 naquele bairro e em suas adjacências. Mesmo que não necessariamente nascidos na localidade, era imperativo que residissem nesta há mais de 40 anos, pois a partir da década de 60, com a instalação de estabelecimentos estatais na região, a comunidade, até então de perfil rural, sofreu grandes modificações em seus espaços públicos e privados e nos próprios modos de vida dos seus habitantes.

Tal restrição quanto ao universo pesquisado objetivava permitir-me uma visualização das representações dos entrevistados acerca dos espaços, das correlatas práticas sociais e dos modos de vida no antigo Córrego fundamentalmente em contraposição às atuais configurações locais do bairro, de características cidadinas, densamente ocupado por loteamentos residenciais e edifícios em altura, habitado por uma população de várias procedências.

O estudo começou em meados de 2003, a partir da realização, naquele local, de um vídeo etnográfico que procurava tratar das representações dos idosos do bairro Córrego Grande a respeito do passado e das intensas modificações que ali se fizeram e continuavam a se fazer presentes.<sup>36</sup> E foi justamente nesse mesmo tempo que a rede de informantes começava a ser tecida. Os primeiros informantes me conduziam até vários outros antigos moradores que poderiam, como eles, falar do passado da localidade.

Segui, então, uma espécie de itinerário de pesquisa antes de começar formalmente o meu trabalho de campo, mesmo residindo no “campo” há seis anos. Inicialmente, coletei uma série de dados secundários relativos ao Córrego Grande, como mapas, compilações históricas, fotos antigas, normas urbanísticas, notícias de jornais. Esta pesquisa procurou reunir a maior quantidade de informações, um marco referencial sobre a história da localidade. Referencial que permitisse criar sentidos às narrativas de meus informantes.

Nos meses de fevereiro e março de 2004, fiz um périplo institucional pesquisando em vários arquivos e institutos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Casa da Memória de Florianópolis (Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes), Colégio Catarinense. Simultaneamente, ia procurando por informações através de meios eletrônicos e das bibliotecas da cidade.

Em junho, julho e agosto de 2004, deu-se, literalmente, o trabalho de campo, com a realização de 21 entrevistas feitas conjuntamente a encontros freqüentes com os informantes, à participação em eventos como missas e funerais, à ida rotineira às reuniões do Grupo da Terceira Idade do bairro, conhecido como Grupo Paz e Amor, que se reunia quinzenalmente na sede do Conselho Comunitário do Córrego Grande (COGRAN) e juntava, àquela altura, de 30 a 40 idosos com idades que variavam entre 55 e 90 anos.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Tal vídeo, intitulado *no tempo da carne seca: histórias sobre o Córrego Grande e seus moradores*, foi produzido por mim e pela então colega mestranda do PPGAS/UFSC, Mônica Siqueira. Veja sua transcrição no Anexo A.

<sup>37</sup> O Grupo Paz e Amor existe desde julho de 2003, “iniciou com apenas 15 idosos e conta hoje com 84 idosos e 13 voluntárias. Com o objetivo de promover viagens de dois em dois meses e outros tipos de lazer como bingos



Algo, então, por aí, se mostrou bastante revelador: identifiquei, a partir dos primeiros contatos com os informantes, uma rede de sociabilidade manifestada num processo em que cada informante me levava a outro, numa sucessão rápida, informal e extremamente produtiva. Esta forma de apresentação correspondia exatamente a ser levado à casa do outro, local onde eram realizadas as entrevistas.<sup>38</sup> Nessa seqüência de apresentações, um fato teve substancial repercussão: foi o momento em que uma das informantes levou-me a um encontro do citado Grupo da Terceira Idade, no qual percebi a emergência de outras redes. Nas reuniões deste grupo, vários contatos afloraram e, a cada novo encontro, em que se realizavam bingos, lanches e outras atividades, sempre apareciam algumas senhoras e/ou senhores me convidando a ir às suas casas pra me contar sobre o passado do bairro. Todos passaram a me conhecer mais ou menos como “o moço que quer saber sobre antigamente”.

Para melhor compreender o universo em questão construí esquemas, tabelas, diagramas e classificações, tanto da comunidade como da organização sócio-espacial do Córrego Grande de outrora, tudo isso fruto das informações fornecidas pelos meus informantes. A tabela seguinte (Tabela 1) desenha, por exemplo, o leque dos informantes mostrando o pertencimento a duas gerações.

Faixa Etária	Nome <sup>39</sup>	Idade	Nascimento	Homens	Mulheres	Total
Abaixo de 60 anos	Gilberto	45 anos	Córrego Grande	2	3	5
	Aninha	50 anos	Córrego Grande			
	Dona Dolores	53 anos	Córrego Grande			
	Dona Maria	58 anos	Córrego Grande			
	Seu Joca	58 anos	Córrego Grande			
Entre 60 e 70 anos	Dona Nilza	62 anos	Córrego Grande	3	3	6
	Dona Neide	64 anos	Sto Amaro <sup>40</sup>			
	Dona Inácia	65 anos	Centro			
	Seu Dico	65 anos	Córrego Grande			
	Seu Antônio	67 anos	Rio Tavares			
Seu Chico	67 anos	Córrego Grande				
Entre 70 e 80	Dona Belina	73 anos	Rio Vermelho	1	3	4
	Dona Lili	75 anos	Lagoa			

e aulas de dança, eles sempre se encontram no Conselho Comunitário do Córrego Grande (COGRAN). O grupo se mantém sozinho, apenas com a mensalidade que é de cinco reais”. (O Córrego. Informativo do Conselho Comunitário do Córrego Grande – COGRAN)

<sup>38</sup> Mara Lago, em seu trabalho com comunidades da Ilha de Santa Catarina em processo de transformação, também relata o fato dos primeiros sujeitos entrevistados irem indicando outros, que, por sua vez, faziam novas indicações e assim por diante. (1996: p. 21)

<sup>39</sup> \* Por razões éticas, os nomes dos informantes foram substituídos por nomes fictícios.

<sup>40</sup> Exceto por Dona Neide, que nasceu em Santo Amaro da Imperatriz, cidade localizada na região metropolitana de Florianópolis, todos os demais informantes nasceram na Ilha de Santa Catarina.

anos	Seu Ari Dona Bete	75 anos 78 anos	Ratones Centro			
Acima de 80 anos	Dona Chiquinha Seu João Seu José Dona Aparecida Seu Maneca Dona Rosa	80 anos 82 anos 82 anos 86 anos 87 anos 90 anos	Córrego Grande Córrego Grande Centro Córrego Grande Itacorubi Córrego Grande	3	3	6
Total	—	—	—	9	12	21

Tabela 1 Rol de informantes contendo seu nome\*, idade, local de nascimento e distribuição por gênero

Complementando os dados da tabela devo ainda destacar que havia entre os pesquisados 3 casais, 2 pares de irmãos, 3 pares mãe-filho e 1 par pai-filha. Havia, também, 4 de uma mesma família, 3 de outra e 2 de outro grupo familiar. Esses dados mostram, além da presença de laços de consangüinidade entre os informantes, uma expressiva permanência no local por parte dos moradores mais antigos do Córrego Grande. De outra forma, o Grupo da Terceira Idade, que fazia parte da rede de relações a qual fui apresentado e do qual quase todos os meus informantes participavam, revela, por um lado, a permanência de vínculos entre seus integrantes ainda a serem desvelados, e, por outro, a emergência de novas formas de sociabilidade.

Quanto aos métodos de coleta de dados, além da pesquisa documental, realizei observação participante, entrevistas centradas ou assistemáticas, registro e análise audiovisual. Com relação às entrevistas, utilizei-me, numa perspectiva não padronizada, daquilo que Thiollent chama de “entrevista centrada”. (1980: p. 35) Ou, similarmente à Mara Lago:

Realizei entrevistas gravadas que situaria entre o depoimento e a história de vida. Isto porque os informantes discorreram livremente a respeito de suas vidas, embora seus relatos tenham se norteado por duas perguntas que fiz inicialmente. (1996: p. 21)

Numa postura muito parecida, eu propunha, ao longo do encontro, um diálogo a respeito do Córrego de antigamente, levantando questões relativas desde a organização do território até outras, relacionadas, por exemplo, às festividades ou às superstições nativas. De qualquer jeito, eu deixava o informante discorrer livremente sobre os assuntos sugeridos até que, em certos momentos, eu intervinha de modo a não deixar que a conversa tomasse rumos demasiadamente distantes daquilo que era efetivamente do meu interesse. Obviamente, tais incursões por temas não muito queridos ocorreram diversas vezes, o que me forçava a, primeiramente, manejar com sutileza, para, então, procurar conduzir cuidadosamente o diálogo para as minhas questões referenciais. Devo dizer que a receptividade foi sempre

excelente: quando dava por mim já estava em meio a bolachas e cafés, almoços e sobremesas, incursões por suas casas e jogos de dominó.

A utilização do registro e da análise audiovisual se fez diversificadamente. Em primeiro lugar, quanto ao registro fotográfico, tirei fotos de meus informantes e de suas casas, do momento da entrevista, de paisagens do bairro e de situações relevantes, entre outros. No que tange ao registro videográfico, além das entrevistas com os moradores, foquei, também, o bairro. Em ambos procurei, através das falas e das imagens dos informantes e/ou situações envolvidas, sempre resgatar dados significativos para a elucidação das questões propostas, pois como Bittencourt disse: “A imagem abre um universo de significados para diálogos não apenas comunicados em palavras, mas também em gestos e olhares”. (1994: p. 236)

No que tange mais especificamente às transcrições das falas dos informantes, assim como sua apresentação etnográfica, decidi não fazer a transcrição literal. Tomei tal decisão com o intuito de não desvalorizar a informação nativa uma vez que o etnógrafo segue os parâmetros gramaticais e estéticos da língua na qual escreve e, com isso, afirma-se e apresenta-se numa posição hierarquicamente vantajosa em relação àquele que assim não o faz. Ademais, o etnógrafo/redator utiliza-se das formalidades expressivas do meio oficial em que está inserido, abstando-se, por conseguinte, do uso de regionalismos e/ou coloquialismos. Assim, decidi por alterar a fala nativa: conjuguei os verbos corretamente e corrigi as distorções no uso do plural. No entanto, procurei deixar alguns dos “regionalismos ilhéus” aparecendo nas transcrições, como é o caso do “né!?” , exemplificativamente, por considerar que eles são elementos identitários num processo de grande mudança como é o que o bairro analisado vem enfrentando. As colocações de Mara Lago corroboram tal perspectiva:

A linguagem do florianopolitano, descendente de açorianos, é muito característica. O ilhéu fala chiado e ‘cantando’, com uma entonação ondulante de frase. Também costuma falar muito rápido... Seu chiado, bastante pronunciado, resulta do fato dele acrescentar *ch* ao som do *s* (‘tresch’ e não ‘três’). Além das expressões características, tem um modo específico de conjugar o tempo passado na 2ª pessoa do singular. Ao invés de dizer ‘fizeste’, ‘cantaste’, ‘ouviste’, o ilhéu diz: tu ‘fizesse’, ‘cantasse’, ‘ouvisse’. É a forma popular e costumeira de falar, mesmo entre pessoas instruídas. É um linguajar bem típico, que utiliza expressões portuguesas antigas, não comuns no resto do país. Como todos os modos regionais característicos de linguagem, a fala do florianopolitano constituiu-se em parte da identidade cultural da população da Ilha de Santa Catarina. (1996: p. 24, grifos da autora)

## O CÓRREGO DE ANTIGAMENTE

Ao referir-se à antiga paisagem do local onde hoje reina, soberana, a UFSC, Seu Maneca trilha por um conjunto de expressões extremamente reveladoras de um antigo ambiente rural:

Ali onde vocês estão estudando hoje, ali onde é a Universidade, tudo ali era pasto. Era pasto pro gado do estado, do governo, né!? Gado do governo ia pr'ali. Quando a gente tinha uma vaca e queria cruzar qualquer coisa daqui, a gente ia lá, botava a vaca lá. Dava banho nas vacas do Córrego Grande lá. Tinha todo aquele gado *jersey*, aquele gado bom de leite.

Seu Maneca (87 anos) nasceu no bairro vizinho do Itacorubi, mas vive no Córrego desde os 4 anos de idade, onde conheceu sua falecida esposa, dali originária. Além de possuir uma pequena roça cujo excedente vendia nas comunidades vizinhas, trabalhou algum tempo na Chácara dos Padres no cultivo e manutenção das plantações ali existentes. Bastante simpático, Seu Maneca cumprimenta a todos, mesmo os que não conhece, em seu passeio realizado todas as manhãs e fins de tarde pelas ruas do bairro, principalmente pelo Conjunto Guarani, onde outrora se postavam várias chácaras. Ele é pai de Dona Dolores (53 anos) com quem reside num dos pequenos lotes situados numa das servidões que brotam da principal via da localidade. Sua filha, nascida no Córrego, apresenta um aspecto já bastante envelhecido, nunca negou conversa e sempre demonstrou uma imensa boa vontade em apresentar-me a outros antigos moradores. Esta antiga moradora do bairro, além de desempenhar as habituais atividades domésticas, sempre lavou roupa pra fora, lavação que, num primeiro momento, realizava no Rio Córrego Grande<sup>41</sup>, e, após, com a chegada da água encanada, passou a realizar em sua casa. Além dessas atribuições rotineiras possui também uma intensa vida social, da qual se destaca a sua participação assídua às reuniões do Grupo da Terceira Idade Paz e Amor, com quem realiza pequenas viagens de lazer e de compras. Foi ela, inclusive, quem me introduziu neste grupo ao levar-me a um de seus encontros, fato este que permitiu a minha inserção em tal rede social. Nas suas lembranças do Córrego de antigamente, a família ocupa um lugar central: “Aqui tudo era parente, antes. Era tudo família, era primo, era filho, sobrinho. Era só família que tinha, famílias enormes!”.

As recordações dessa moradora do Córrego se complementam com a de outro informante, Seu Joca (58 anos), também ali nascido e que atualmente reside quase às margens do Rio Córrego Grande. Servidor público estadual em vias de se aposentar, é bastante engajado politicamente, sempre participando, de uma forma ou de outra, das eleições do Conselho Comunitário do bairro, o COGRAN. No momento da entrevista, ele estava

---

<sup>41</sup> Embora os informantes chamem tal curso d'água meramente por Córrego Grande, resta-me necessário, no intuito de evitar confusões com o bairro de mesmo nome, adicionar o termo Rio.

inicialmente um pouco desconfiado, sensação que não tardou por dissipar-se em meio às lembranças de antigamente. Seu pai era um grande proprietário de terras do local, com quem trabalhou desde muito cedo nas roças e criações de animais. Em seu depoimento sobre o Córrego de antigamente, sua memória se fixou, notadamente, na quantidade e distribuição de seus moradores: “A população era bem pouca, né!? Eram contadas as casas”.

Ao mesmo tempo em que enalteciam a escassez de gente e de casas por aqueles lados, os informantes também ressaltavam a existência de famílias numerosas, com nove, dez, até onze filhos, que viviam, segundo eles, em terrenos grandes. À luz de dados históricos, sem querer colocar um rótulo de açorianidade desde já sobre as práticas ou identidades dos meus informantes, é preciso contextualizar a ocupação da Ilha de Santa Catarina. Como já visto no primeiro capítulo, tal processo povoador teve como protagonistas os açorianos chegados no litoral catarinense a partir de 1748, cujos descendentes, duzentos anos depois, caracterizavam-se por possuir famílias que, segundo Cascaes, contavam com “18, 20, 15 filhos, porque era uma mão-de-obra firme e barata, porque até os 14, 15 anos, um rapaz não gastava nada num sítio”.<sup>42</sup> (CARUSO; CARUSO, 1997: p. 32)

Imersos num contexto de tal ordem, meus informantes falavam das suas grandes famílias, mas também da pouca gente que ali vivia, e, mais do que isso, mensuravam-se através do número de casas existentes na comunidade que, por sua vez, eram facilmente contáveis. A quantidade de casas, portanto, afigurava-se como um dado expressivo, revelador daquela escassez de gente, clarividente das diferenças entre aquele e este tempo. Perspectiva enfatizada por Seu Maneca, segundo o qual existia no Córrego de antigamente apenas “meia dúzia de casas”, por Dona Dolores para a qual havia ali “uma casinha ou duas” e por Seu Joca como visto há pouco. De forma diversa, Dona Neide, outra de minhas informantes, também sustenta tal visão, muito embora faça emergir algumas nuances valorativas explicitamente desqualificadoras do passado:

Aí era tudo chácara, pasto, criação, não tinha nada. Não tinha apartamento, não tinha nada... Naquela época era assim, né!?, era tudo aberto, não passava carro... Era mato! Era tudo mato! Não se via nada, não tinha casa, nada! Era só pasto! Era pasto, criação de gado, daquelas vacas de leite, de cocheira... era tudo assim bem simples. Era bem simples mesmo. Era um sítio!

---

<sup>42</sup> Franklin Cascaes nasceu no continente vizinho à Ilha de Santa Catarina crescendo envolto pela cultura açoriana: “Quando me achei gente encontrei-me numa pequena fazenda, lá havia dois engenhos de farinha e um terceiro de açúcar. E um dia me prometi que, quando pudesse, ia recolher na Ilha o que sobrava de todas aquelas tradições açorianas. E eu fiz isso mesmo!”. (CARUSO; CARUSO, 1997: p. 21) Cascaes começou tal trabalho de coleta em 1946, dedicando-se a ele quase até seus últimos dias, em 1983.

Dona Neide (64 anos) é originária de Santo Amaro da Imperatriz. Veio para o Córrego, juntamente com seu já falecido marido, há 40 anos, devido à existência, neste local, de terrenos baratos e de possuírem alguns conhecidos ali residindo. Compraram um lote na baixada, numa rua que, atualmente pavimentada, não lembra em nada, segundo ela, o “buracão” que era. Teve um filho e duas filhas, sendo que estas últimas residem com suas famílias juntamente com ela em seu antigo terreno. Como vários dos meus informantes, costuma freqüentar, além das missas, o Grupo da Terceira Idade Paz e Amor, com o qual participa das viagens eventualmente realizadas. Dona Neide afirmou, reiteradamente, que se sentia muito feliz com as facilidades da vida da atualidade, com ônibus pro centro a todo momento.

Esta perspectiva evocada pela informante faz do “nada” uma expressão fincada no presente uma vez que “nada” está relacionado a um hoje em que o bairro está repleto de apartamentos e casas. Um território que, portanto, era perceptivelmente aberto em relação à situação presente: não passavam carros, quer dizer, não existiam ruas, lotes, meios fios, eletricidade, entre outros. Ou seja, a referência a “nada” ou “aberto” está ligada a pouco construído, à ocupação esparsa, a simples, a dizer, à pobreza, atraso, em contrapartida a um hoje em que existe “tudo”: casas, apartamentos, carros, uma idéia de progresso.

Assim como Dona Neide, muitos dos moradores também sintetizaram uma imagem do Córrego de outrora como portador majoritário de mato, pasto e mesmo “nada”. Nesse quadro, em que as casas escasseavam e, conseqüentemente, as pessoas pareciam dissolver-se em tal cenário, os terrenos considerados grandes despontavam como referenciais, tal qual atesta a seguinte fala:

Este terreno, que era dos meus pais, era uma chácara. Ia até lá em cima, lá no morro lá, ó! Lá em cima no morro! Dá ali no fundo, é uma faixa. Eram 65 metros de largura, mais ou menos isso. Eram mais de 1000 metros de profundidade. Grande! Só que aí depois dividiram, né!?

(Seu Chico)

Os irmãos Chico (67 anos) e Dona Nilza (62 anos), nascidos no Córrego Grande, pertencem a uma família bastante ali conhecida devido, dentre vários fatores, à sua mãe, Dona Rosa, ser uma famosa parteira e benzedeira. Chico teve com sua esposa, originária do Pantanal, cinco filhos que, para seu orgulho, formaram-se na UFSC. Ele sempre residiu, onde também criava animais e realizava cultivos, na antiga chácara outrora pertencente aos seus pais e que foi dividida entre ele e seus cinco irmãos. Seu Chico gosta muito de falar sobre agricultura, sobre a história do bairro e da Ilha, sobre a Chácara dos Padres e a religião

católica. Bastante eloqüente, diz que participa de todos os eventos realizados no bairro, notoriamente os de cunho religioso, feitos na igreja local, a Igreja dos Padres.

Diante das dimensões que atribui à chácara de seus pais, afere-se que possuía um total de 65 mil metros quadrados ou 6,5 hectares, terreno que, para sua irmã era tido como

[...] cheio de mato, só mato, só pasto, pasto grande. Tinha uma porteira na boca da rua, e na entrada da nossa casa tinha uma porteira de bambu. Hoje vocês entram é tudo rua calçada, mas antigamente era pasto, que pra nós visitarmos uma pessoa era longe, o terreno era grandão! Da boca da rua até a nossa casa era só mato!

(Dona Nilza)

Dona Nilza lembrou muito da dura vida de outrora onde tinha que desempenhar, desde muito pequena, um extenso rol de atividades domésticas. Dentre esses atributos, comandados por sua mãe, estavam limpar a área em torno da casa, lavar roupas no Rio Córrego Grande, aprender a tecer o bilro, entre outros. Ela também relembrou, com emoção, o namoro com seu marido (o “falecido Zeca”) que se iniciou nas idas e voltas às missas realizadas todos os domingos na Igreja dos Padres. Atualmente, vive numa casa, construída por ela e seu esposo, um pouco afastada da antiga chácara dos seus pais. Gosta muito de cuidar dos seus dois netos, de freqüentar o Grupo da Terceira Idade e de ir à missa realizada todo o sábado, às seis horas da tarde, na citada igreja.

Ademais, tal chácara outrora pertencente aos seus pais, representada por eles como grande, guarda alguma similaridade, em termos dimensionais, com a propriedade adquirida há cinqüenta e poucos anos de outro informante:

Eu comprei aqui 24.600 metros quadrados, 25 contos. Isso aqui tudo: do rio atravessa lá, volta de lá e sai no rio de novo. 24.600 metros quadrados, 2,5 hectares. Grande! 25 contos.

(Seu João)

Seu João (82 anos) nasceu no Córrego Grande, “em cima”, no Sertão. Na chácara de sua família, ali localizada, se plantava, dentre outros, a mandioca, a partir da qual, com um engenho tocado a boi, seu pai produzia a farinha. Casou-se com uma senhora também aqui informante, Dona Chiquinha que, na altura, era sua vizinha nos morros do Sertão. Gostava muito de falar sobre esta propriedade situada às margens do Rio Córrego Grande, onde ainda vive e que dividiu entre suas sete filhas. Tais filhas – sete – que teve com Dona Chiquinha, rendeu histórias, por parte dos outros informantes, de suposta bruxaria (tal tema, relativo às feiticeiras, será tratado adiante).

Sua referência de tamanho está, em grande medida, em íntima conexão com os pequenos lotes de hoje. Ou seja, o que está além, e não muito além, do tamanho dos lotes atuais pode ser tido como grande, e que, portanto, aqueles terrenos do passado, com 20, 30, 40 mil metros quadrados (2, 3, 4 hectares), são, de qualquer maneira, grandes comparativamente às propriedades atuais da maioria dos moradores aqui referidos: seus lotes de hoje têm em torno de 300, 400, 500 metros quadrados (aproximadamente 0,05 hectares).

Tu tinhas tua casa, mas tinha chácara pra trás, pasto, terreno, gado. Todo mundo vivia disso, porque não tinha alternativa, tinha que fazer. Tinhas o terreno, fazias o pasto, fazia uma coisa. Botava duas ou três vaquinhas. Como eu, aqui, eu tinha mais ou menos umas 300 galinhas, eu vendia ovos.  
(Seu Chico)

De qualquer forma, ao se pensar, por um lado, no tempo vivido dessas pessoas assim como num passado recente e, de outro, nas transformações atuais (e especificamente numa severa contraposição entre o ordenamento territorial passado e o presente), não se pode deixar de refletir sobre um intenso contraste perceptivo vivenciado por esses antigos moradores, figurando, num pólo, um território atual cheio de gente e de construções e, no outro, uma área onde antigamente vicejavam chácaras e vazios.

A transcrição seguinte confirma as informações de vários dos meus informantes a respeito da outrora existência, no Córrego, de terrenos grandes em sua maioria, revelando, também, a ausência de “tudo” relativamente ao Córrego atual. Além disso, a fala deixa transparecer a consciência da perda:

Ah, o Córrego Grande não tinha nada. As propriedades eram todas grandes! Era contado no Córrego quem tinha terreno pequeno. Você olhava para uma casa era um mundão de terreno, hoje só tem no tamanho da casa.  
(Seu Dico)

Seu Dico (65 anos), recentemente falecido, viveu no Córrego por quase toda a sua vida onde possuía criações de animais e fazia pequenos fretes com seu carroto puxado a cavalo<sup>43</sup>. Frequentava os botecos da região e falava, com grande orgulho, das suas aventuras nos bailes do Pantanal, da Lagoa, entre outros. Teve com sua esposa, originária de Joaçaba, oeste de Santa Catarina, cinco filhos, dos quais dois residem com suas famílias no pequeno lote onde vivia. Este singelo morador tinha, quando o entrevistei, duas cachorrinhas – das quais dizia gostar muito – dentre elas, uma pequena *poodle* branca. Ritualisticamente, ele

<sup>43</sup> Segundo Seu Dico, o carroto era um carro de quatro rodas puxado a cavalo.



levava esta pequena *poodle* todas às quarta-feiras ao *Petshop* para tomar banho, gastando, proporcionalmente ao que ganhava com os fretes que fazia com seu carro, uma grande quantia de dinheiro com tal, para ele, ritual de “luxo”.

Adaptações à realidade do atual bairro que – e o exemplo da *poodle* no *Petshop* é emblemático – propicia a estes antigos moradores que também compartilhem, ao seu modo, estes novos símbolos trazidos pelos forasteiros. Ou tal qual o caso do Seu João que, bastante sociável e outrora um ativo participante dos bailes realizados na comunidade, hoje joga dominó todos os dias com seus amigos no centro da cidade. Recriação de vínculos comunitários, portanto, não necessariamente atrelados ao antigo território do Córrego. Acomodações e recriações, enfim, construídas frente ao contexto do presente bairro.

### **Plantações: subsistência e sociabilidade**

Seus terrenos, não somente por seu tamanho, mas pela sua utilização, correspondiam a chácaras destinadas à criação de animais, como vacas, galinhas, entre outros, ou ao pequeno cultivo de algumas culturas como banana, chuchu, café, mamão, batata, vinculados primordialmente à subsistência. Produção que se revertia também no fortalecimento das relações de vizinhança: “Se não tinha batata pra comer, os vizinhos vinham e pediam na casa da minha mãe”. (Dona Nilza) De qualquer jeito, determinados produtos, eventualmente, tinham outros fins, como é o caso específico da laranja que era usada pelos correguenses na festa que leva seu nome, tema tratado adiante.

Também é interessante ressaltar que no transcurso das suas narrativas brotavam curiosas sobreposições valorativas: os antigos moradores oscilavam entre sentimentos de pobreza quando se referiam aos tempos de outrora – sintetizados em expressões como “não tinha nada” – mas também de orgulho, tal qual se depreende da fala enunciada por um deles:

Laranja aqui era de monte. Era laranja e café. Cada um tinha seu pomar; todo mundo tinha, mesmo o pobre tinha cinco ou seis pés de laranja. Laranja, banana e café era o que mais dava aqui. Tinha pé de laranja que era maior que esta minha casa toda!

(Seu Joca)

Assim, conforme seus depoimentos, os terrenos aludidos que, exemplificativamente, iam de 25 a 65 mil metros quadrados, permitiam, com grande orgulho, prover a unidade doméstica, participar da festa comunitária da Laranja levando as frutas das suas propriedades

e fazer parte do sistema de reciprocidade da vizinhança através da troca dos produtos colhidos em suas chácaras.

As atividades descritas tinham relação direta com o campo, com a terra, fossem elas o cultivo ou a criação de animais. Noutros casos, envolvia o transporte de gêneros agrícolas, tal qual o trabalho que Seu Maneca efetuava: o de vender verduras, oriundas do Mercado Público Municipal, nas portas das casas dispostas ao longo das pequenas comunidades que existiam pela região.

Desta forma, não havia, pelo que se depura, grandes variações quanto às atividades laborais dos ali residentes. Basicamente, o sustento da família impunha-se com mais prontidão, e o fato de dispor-se de terrenos próprios para o cultivo das necessidades alimentares básicas já era, por si só, passível de total engajamento do grupo familiar, como explicita Dona Nilza:

Meu pai vivia da agricultura, tinha umas vacas de leite, cuidava das vaquinhas, plantava batata, aipim, cana para os animais. Antigamente era assim, porque quase não tinha progresso de nada, de serviço. A não ser no tempo que começaram os Padres, né!?

### **Engenhos: marcas sociais do antigo território**

A existência dos engenhos também era algo que freqüentemente aflorava à memória dos antigos moradores. Em suas recordações, apareciam claramente os locais exatos onde eles estavam instalados assim como seus respectivos proprietários. Segundo eles, havia, no Córrego Grande, muitos engenhos, principalmente destinados à produção de farinha e açúcar, como demonstra o seguinte depoimento:

Era um engenho tocado a boi. A farinha, meu pai fazia 35 alqueires de farinha, num caixão grande que ele tinha preparado.<sup>44</sup> Tudo forrado de lata. Fazia aquela farinha pro ano todo. A gente plantava mandioca, né!? E na época de fazer farinha, trazia aquelas gorduras de carne seca, botava na farinha, botava a farinha naquela banha derretida e ficava uma farinha gostosa, cheirosa. Trabalhava dentro do engenho, naquela banheira grande. Ia mexendo, pra não queimar, e quando estava bem amarelinha, parava o boi do engenho, tirava a farinha, ensacava e botava no caixão.

(Seu João)

### **Nuanças espaciais do antigo Córrego: “em cima” e “embaixo”**

<sup>44</sup> Alqueire: unidade de volume correspondente a 40 litros. (RODRIGUES FILHO; WENDHAUSEN, 1996: p. 16)

Figura 6 Cenário representativo, no primeiro plano, da parte mais baixa do local – a baixada – e, atrás, dos morros – o Sertão e o Sertão de Dentro<sup>45</sup>

Dentro deste contexto primordialmente rural, algumas dimensões dele próprio afluem. Ou seja, irrompem várias nuanças de ordem topográfica, classificações nativas do território vivido, construídas na base das diferenças topográficas e das percepções espaciais do Córrego de outrora. Dimensões enunciadas no discurso, através de expressões verbais evocadoras de menor ou maior distância, como: “em cima”, “embaixo”, “pra cima”, “pra baixo”, com a particularidade de que o mesmo acidente geográfico pode receber diferentes denominações e significados dependendo do contexto atribuído na própria narrativa. Como coloca Dona Neide:

Era tudo mato, lá pra cima, no Sertão. Também tinha aquele pé da baga roxa, o jamelão. Tinha uns pezões grandes. Lá pra cima era tudo mato, tudo eucalipto. Era tudo mato. Não tinha nenhuma casa lá pra cima.

Seu Ari e sua esposa, Dona Lili, também se valem de termos do mesmo teor quando se referem à parte de cima: “Olha, o córrego nasce lá em cima, no morro, no mato. Quase não dá pra gente andar no alto do morro lá”; “aí assim, eu ia ali pra cima pegar lenha. Eu trazia lenha nas costas, grávida!”.

Seu Ari (75 anos) veio do norte da Ilha para o Córrego há quase 50 anos. Trabalhava na venda (uma espécie de mercearia) do seu tio, uma das mais famosas de outrora, localizada perto do Rio Córrego Grande, no caminho que levava aos morros, ao Sertão. Conheceu Dona

---

<sup>45</sup> Tais imagens foram pintadas, em meados de 2003, no muro frontal da Escola Básica Municipal Padre João Alfredo Rohr, localizada na rua principal do bairro. A criação e a escolha das imagens que melhor retratassem o Córrego Grande de antigamente deu-se num processo envolvendo os professores da escola, os alunos e seus pais. A pintura foi executada pelos componentes da Associação Amigos do Córrego Grande – formada por antigos moradores do Córrego – e subsidiada por comerciantes locais. Tal pintura, como será visto, é constituída por várias imagens em seqüência inscritas no interior de um rolo de filme evocativo do tempo de antigamente, do passado da comunidade. Com exceção de uma figura – a da Igreja dos Padres – todas as que vierem a aparecer adiante fazem parte deste mural. As fotos foram tiradas por mim, em 2004.

Lili, nascida na localidade, com quem teve quatro filhos atualmente residentes no interior do seu terreno, onde também vive, situado num dos morros próximos à principal rua do bairro. Bastante extrovertido, gosta de compor poemas com temáticas que discorrem, em sua maioria, sobre a vida de antigamente, o passado do Córrego Grande e o amor que tem por sua esposa. Além disso, sempre vai aos encontros do Grupo da Terceira Idade Paz e Amor, sendo que o que mais lhe anima a participar deste grupo são as viagens que ele proporciona. Já, sua mulher, Dona Lili (75 anos), mesmo não havendo participado com tamanha vibração da entrevista que realizei com ambos, sempre procurou, em meio às atividades domésticas, chegar à mesa e deixar suas opiniões sobre os assuntos tratados.

Outro exemplo corrobora o uso de expressões específicas referentemente à parte mais alta do Córrego:

O Seu João antes morava lá em cima, no morro, lá, bem lá em cima, na chapada do morro. Depois foi descendo, foi descendo e mora agora ali embaixo.

(Dona Belina)

Dona Belina (73 anos) veio do Rio Vermelho para o Córrego Grande há, mais ou menos, 50 anos. Trabalhava, junto com seu marido, já falecido, na chácara de um senhor do Córrego que, por sua vez, deu-lhe um pequeno lote onde atualmente reside sozinha. Trabalhou, além da roça e na criação de animais, como lavadeira no Rio Córrego Grande, atividade da qual se recorda em detalhes. Seu terreno está situado “em cima”, no Sertão, numa rua bastante íngreme, porém toda pavimentada. Ela aluga parte de seu imóvel para migrantes cearenses, numerosos naquele ponto do bairro, que lhe auxiliam em suas criações de cabras, porcos, gansos, galinhas, pavões, patos, entre outros, (ela cria tudo isso num terreno minúsculo) de onde obtém alguma renda. Estratégias de alguns dos antigos moradores que se aproveitam das mudanças advindas na localidade para incrementar seu, muitas vezes, exíguo orçamento.

De igual forma, as expressões utilizadas em referência às partes mais baixas do território seguem fórmula idêntica, como se vê nas seguintes assertivas: “Ali pra baixo era tudo mangue, eucalipto, baixada. Era o terreno das Irmãs”<sup>46</sup> (Dona Neide); “por ali embaixo, mais era pasto. Era tudo dos Padres. Extremava com as Irmãs lá embaixo” (Seu Ari); “eu

<sup>46</sup> As Irmãs da Divina Providência eram proprietárias de grandes áreas de terra na Bacia do Itacorubi, notadamente na divisa entre a Trindade e o Córrego Grande, em região de terreno alagadiço. Possuíam a conhecida Chácara das Irmãs que, por sua vez, avizinhou-se à Chácara dos Padres Jesuítas, situada no Córrego. Parte da área de sua chácara foi loteada na década de 1970, dando origem ao bairro Santa Mônica. As Irmãs plantavam e criavam animais usados na alimentação.

morava lá embaixo, na boca da rua. O ônibus não vinha. A gente ia pegar o ônibus lá embaixo, lá na boca, lá perto da padaria, lá embaixo” (Dona Belina).

A partir de tais colocações posicionais desdobra-se um rol de possíveis descontinuidades vigentes dentro do próprio Córrego Grande, como a existência, de um lado, dos morros, do mato, representados, no discurso, pelo uso dos termos “ali”, “lá pra cima” (“em cima”), e, de outro, do mangue, do banhado, da baixada, referidos por “ali”, “lá pra baixo” (“embaixo”). Enfatizo o uso dos advérbios “ali” e “lá” no intuito de melhor exprimir a importância do posicionamento, ou seja, os informantes, ao mencionar os diversos pontos da então comunidade faziam intenso uso tanto de expressões gestuais como verbais no intuito de localizar-me neste duplo caráter da posição: o “aqui” em relação com o “ali” ou o “lá” num movimento de aproximação ou afastamento do local de enunciação da frase.

Assim, a topografia do lugar, através das narrativas relativas aos usos decorrentes em tais acidentes geográficos, é questão referencial no discurso nativo, como mostra a fala de Seu Chico:

O pessoal vivia em morro. O pessoal da Barra da Lagoa, da Lagoa, do Rio Vermelho, daquela região, da costa leste da Ilha, eles se referiam a nós aqui como o pessoal de Trás do Morro, que aí coincide com o pessoal de Trás do Monte, em Portugal. Então, o pessoal que vinha de lá, então eles diziam: o pessoal de Trás do Morro. O pessoal desta região da Trindade, Córrego Grande, Itacorubi era o pessoal de Trás do Morro. Na verdade, a habitação era entre a Lagoa e o Córrego Grande, no morro, na espinha dorsal, no Maciço da Costeira. Ali eram as habitações. O pessoal saía do Córrego Grande e ia no Sertão de Dentro. O Sertão de Dentro fica quase na Costeira, lá atrás, dentro do mato. Então, o forte das habitações não era na baixada, era tudo nos morros aí.

Seu Joca, de outra forma, mas em perspectiva similar, acrescenta outros detalhes: “Na parte de cima era onde meu pai fazia a lavoura, ali tinha chácara de café; na parte de baixo era pastagem, terreno mais úmido”.

As referências expostas por meus informantes deixam evidente um quadro nitidamente marcado: para um lado, percebiam-se os morros, “em cima”; inversamente, para o outro, a baixada, “embaixo” (veja Figura 6).

Rial, ao estudar as transformações na percepção do espaço dos nativos da Lagoa da Conceição, também identifica as categorias nativas “cima” e “baixo” nesta comunidade. Ao aventar seus possíveis significados constata que as mesmas não possuem uma equivalência capaz de reduzir o seu sentido exato: não podem ser simplesmente trocadas por norte e sul nem relacionadas à importância ou ao tamanho do lugar. Conclui que cima e baixo dizem respeito ao caminho usado para se chegar ao destino, à cidade, o centro de Florianópolis.

Ademais, também identifica tais categorias a uma bipartição nativa do território: cima = maior = norte = primeiros locais a serem habitados; baixo = menor = sul = locais habitados posteriormente. (1988: pp. 61-64)

DaMatta anota que “em cima” e “embaixo” correspondem a sinalizações bastante encontradas no universo social brasileiro que podem possuir conexões com questões não tão somente topográficas, mas exprimir regiões sociais convencionais e locais. Tais categorias também podem indicar antigüidade – a parte mais velha da cidade ficando mais em cima – ou sugerir segmentação social e econômica. Relata o caso da cidade de Salvador no período colonial onde duas partes emergiam perceptivelmente: a chamada “cidade baixa”, dominada pelo comércio e controlada por marinheiros, escravos e estivadores; e a “cidade alta”, controlada pela religião junto com os edifícios públicos mais importantes. (1987: pp. 32-33)

No antigo Córrego Grande, em consonância com o que Rial e DaMatta observaram, estas duas categorias – “em cima”, equivalente aos morros e “embaixo”, à baixada – pareciam remeter a dois domínios bastante referenciais aos informantes. Bastos, em sua etnografia da farra do boi no Córrego Grande, identifica essas duas regiões – “em cima” e “embaixo” – que, “bem claras e delimitadas para os nativos, apontam para lealdades específicas, embora unidas na oposição com aquelas referentes a outros bairros”. (1993: p. 154, n.r. 1)

De qualquer modo, tal suposta dualidade não deixa de ter variações bastante significativas:

Mato grande só lá pra cima. Tinha árvore grande pra fazer uma ponte. Pau grande tipo essas toras. Eles traziam lá do Sertão de Dentro. Lá do Sertão de Dentro. Lá dentro é o mato. Então eles traziam lá de longe.

(Seu Maneca)

Observação que, num primeiro momento, pode soar, de certo modo, contraditória: “Não tinha vegetação, era pasto. Não tinha nada! Antes, estes morros eram só roça e pasto. Não tinha nada!”. (Seu Joca)

Tais assertivas evidenciam que os próprios morros são apresentados de diversas formas, como o uso dos termos revela: inicialmente, os morros são, numa simples oposição à baixada, a parte de cima, e são, meramente, o que está “ali”, “lá pra cima”. Já numa segunda situação, mais específica, os morros apresentam distinções fundamentais em seu próprio interior: alguns estão lá longe, lá atrás, numa clara evocação de distância, posição longínqua em relação ao ponto de emanção da afirmação.

Resta-me claro que existiam os morros mais próximos, com a figura das encostas dos morros, que se configuravam ocupados, em maior escala, para a feitura de roças e, em

menor, para o desenvolvimento dos pastos, como se apura da fala de Seu Maneca: “Essas encostas de morros aqui eram quase todas peladas com roças, lavouras, plantações. Tinha mais era roça”.

Ademais, como já foi explicitado anteriormente, grande parte das propriedades ali localizadas, possuía o formato de um retângulo extremamente desproporcional, ou seja, com pequena largura (que em geral extremava com alguma trilha ou pequena estrada, ambas de uso comum), mas com enorme profundidade, tal qual a chácara dos pais de Dona Nilza e de Seu Chico exemplifica: possuía 65 metros de largura por 1.000 metros de profundidade. Tais terrenos escalavam, quase que literalmente, os morros; nasciam em partes razoavelmente baixas da região, muitas vezes próximas ao Rio Córrego Grande, e seguiam até o cume de alguns morros próximos. Tais propriedades estavam, portanto, muito próximas da própria baixada e dos pequenos caminhos outrora existentes.

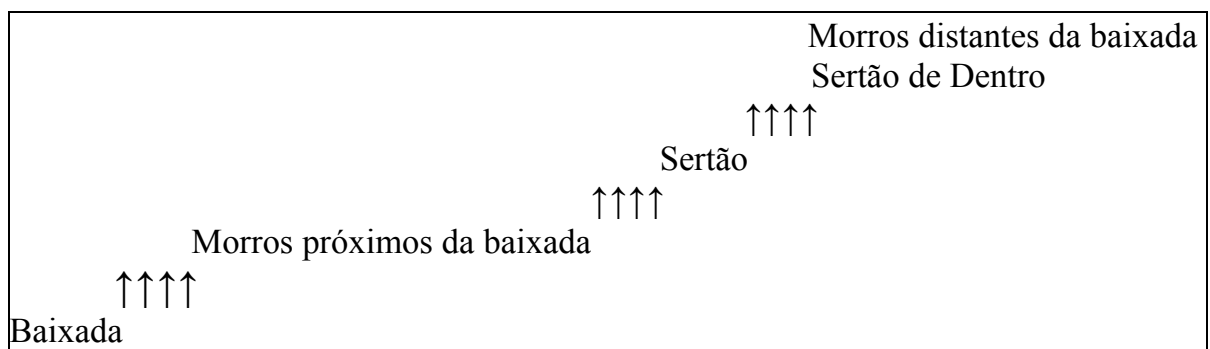
### **Mediações do território**

De outra forma, lá atrás, nesta porção quase sempre um bocado indeterminada, onde os limites entre a roça e o mato não eram claramente perceptíveis para os antigos moradores; onde a vegetação pelada, característica da ocupação por roças e plantações, ia desaparecendo em meio a um ambiente concebido como “cheio de árvores grandes, de mato virgem”. (Seu Chico) Era lá que estava um outro ponto referencial: “Lá atrás no mato era o chamado Sertão de Dentro. Naquela direção, lá atrás, muito longe”. (Seu Maneca)

E sendo sertão “um lugar não habitado ou pouco habitado” (Seu Chico), o Sertão de Dentro era tido como um lugar ainda mais longínquo, inóspito, pra dentro do mato fechado. E nesse ínterim, antes do Sertão de Dentro, localizava-se o que os informantes chamavam propriamente de Sertão, que parecia configurar-se como uma zona de transição entre os morros próximos da baixada e os morros mais distantes, como comprova o seguinte testemunho: “Sertão é aqui. Mas lá dentro é o mato, é o Sertão de Dentro”. (Seu Maneca)

Assim, ao longo das entrevistas, as próprias caracterizações e classificações do território tomavam detalhamentos bastante relevantes: a baixada, posicionada “embaixo”, “pra baixo”, era pouco habitada e restrita à criação de gado e ao desenvolvimento de pastagens; mais “pra cima”, “em cima”, estavam os morros que, próximos da baixada, eram aludidos pelos informantes, em certas ocasiões, como “encostas de morros”, e constituíam-se na área mais povoada da comunidade. Crivados por lavouras de várias culturas, neles predominavam as roças, não havendo mato grande e sendo voltados, reduzidamente, à criação de animais.

Tais morros, além de estarem próximos à baixada, eram alimentados por um número considerável de caminhos e pequenas estradas. Ademais, eram permeados por nascentes d'água e tinham aos pés, notadamente, o Rio Córrego Grande. Ainda mais pra cima, “lá atrás” no mato, muito longe, estavam os morros ainda mais distantes da baixada onde imperavam as árvores grandes e o mato virgem, inexistindo, por conseqüência, lavouras, criações e casas. Era o Sertão de Dentro, local onde, segundo os informantes, apareciam muitas coisas, como feiticeiras e lobisomens (sobre tal tema, veja adiante). A respeito do posicionamento e da localização destes vários segmentos territoriais, veja, respectivamente, Quadro 1 e Figura 7.



Quadro 1 Posição das diversas categorias do território enunciadas pelos informantes

Figura 7





### **Eixos de um antigo cotidiano**

Dentro do quadro até aqui descrito, cabe-me expor, frente às peculiaridades topográficas arroladas pelos informantes, alguns possíveis eixos organizadores, vigentes em momentos distintos, da vida em comunidade dos antigos moradores do Córrego Grande. Resta visível que alguns eventos paradigmáticos emergem quando se observa às suas narrativas. Eventos constituintes de modos de vida específicos, fundantes de usos e significados relativos a certos pontos do território que, até então, não demonstravam substancial visibilidade. Enfim, alguns eixos identificados mostram-se preciosos estruturadores do mundo cotidiano daqueles habitantes do Córrego de outrora. Mesmo porque conforme Paul-Lévy e Segaud<sup>47</sup> citadas por Castells (2001) e Rial (1988: p. 61): “Todas as sociedades conhecidas necessitam e dispõem de algum tipo de referencial de orientação que localize os seus habitantes no mundo”. Assim, identifiquei, a partir dos depoimentos de meus informantes, três eixos sócio-espaciais (CASTELLS, 1987) cronologicamente ordenados.

#### **Eixo Sul/Norte: a centralidade do Rio Córrego Grande**

O primeiro eixo, substanciado num segmento sul/norte, paralelo ao curso do Rio Córrego Grande, é percebido de forma mais marcante a partir dos relatos dos informantes mais velhos. Tal eixo remete a uma idéia de constituição da comunidade, onde um acervo de caracteres vivenciais e representacionais supostamente açorianos figura intensamente. Este eixo, assim como os demais, deixa provas de sua importância nos usos e apropriações de uma região bem marcada da localidade daquele tempo: as margens e os morros próximos ao Rio Córrego Grande. Este rio, que corre no sentido sul → norte, nasce “em cima”, no distante e inóspito Sertão de Dentro, percorre toda uma cadeia de morros, cruza mais abaixo o Sertão fundando um pequeno vale que corta ao meio os morros mais próximos da baixada, chegando, por fim, à própria baixada onde junta-se a outros rios e córregos constituintes da Bacia do Itacorubi, afluindo, por fim, ao Oceano Atlântico. Ao longo deste vale erigiam-se as escassas casas situadas em chácaras que, destinadas primordialmente ao preparo de roças, sobressaíam-se como a estrutura fundiária de maior expressão.

De qualquer forma, o que resta importante é a caracterização deste eixo sul/norte como traço marcante desses pretensos primórdios da comunidade. Onde a nítida conflagração

---

<sup>47</sup> PAUL-LÉVY, Françoise; SEGAUD, Marion. *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1983, p. 104.

de um corredor capitaneado pelo fluxo d'água do Rio Córrego Grande impunha centralidade na vida cotidiana daqueles moradores nestes tempos remotos. Tal eixo corrobora aquela, já vista, perspectiva topográfica onde uma seqüência bem definida de acidentes geográficos era reconhecida e classificada: baixada, morros próximos da baixada, Sertão, morros distantes da baixada/Sertão de Dentro. Pois era justamente por esse dito vale que se ia da baixada pro Sertão de Dentro ou vice-versa; era através dos caminhos situados ao longo desse eixo sul/norte que se rumava pra Lagoa, pra Barra da Lagoa, pro sul da Ilha. Era ali que se plantava, se morava; era por ali que se passava para ir aos locais àquela altura mais relevantes; era também ali, e talvez principalmente, onde estava o Rio Córrego Grande que, somado aos morros avizinados, era bastante central na vida desses antigos moradores. E, ademais, no que tange ao rio, as palavras de Rial sobre a Lagoa mostram-se relevantes:

Na escolha do lugar onde assentavam a casa de antigamente, o córrego tinha influência decisiva como fator de atração. Todas as casas antigas visitadas estavam localizadas nas proximidades de um riacho que provia, ontem como hoje, toda a água usada pela família. (1988: p. 65)

Influência visivelmente atestada por Seu Maneca e Dona Dolores:

Toda vida o nome daqui foi Córrego Grande. Por causa do córrego que vem desde lá da vertente do morro.

(Seu Maneca)

Era um córrego de água corrente, água boa. A gente lavava tudo no córrego; Tu podias buscar água no córrego para tomar porque era boa.

(Dona Dolores)

### **Eixo Sul/Norte: a criação da Chácara dos Padres**

O segundo eixo teve como marco fundacional a aquisição e instalação, pelos padres jesuítas, de uma chácara localizada na baixada, “embaixo”, na região mais baixa do Córrego Grande. Tal propriedade, situada em terreno eminentemente plano, tinha como objetivo ajudar, através da produção de alimentos, na manutenção do Colégio Catarinense (da Companhia de Jesus, Sociedade Antônio Vieira/SAV), localizado no centro da cidade. Segundo alguns dos meus informantes, o estabelecimento desta chácara deu-se em fevereiro de 1919.

Os Padres, como ficaram conhecidos na comunidade, com sua igualmente identificada chácara – a Chácara dos Padres – postaram-se, quando se tem em vista o eixo sul/

norte antes aludido, na porção norte deste referencial. De forma bastante visível nos depoimentos de meus informantes, tanto o posicionamento desta propriedade quanto o uso que os Padres dela faziam – cultivo de produtos agrícolas e criação de animais para abate – estavam em grande consonância com os modos de vida locais. Como disse uma das informantes: “Quase não tinha progresso de nada, de serviço. A não ser no tempo que começaram os Padres, né!?”. (Dona Nilza)

À percepção de progresso enunciada pela moradora deve-se acrescentar que talvez mais do que progresso tal chácara serviu e simbolizou uma espécie de expansão dos limites da comunidade. Como estava ao norte daquele vale, daquele corredor sul/norte, a chácara como que expandiu as fronteiras – espaciais e simbólicas – do Córrego Grande. Todos esses elementos, combinados à construção de uma igreja no interior desta propriedade, fizeram com que se cultivasse e consolidasse uma enorme identificação e integração entre os Padres e os moradores da comunidade. Assim, “os Padres estavam integrados na vida da comunidade, que era a pecuária, horta... nossa comunidade foi uma comunidade abençoada pela vinda deles!”. (Seu Chico) Tal integração sugerida pelo informante demonstra que, mesmo considerados os Padres como alguns dos primeiros forasteiros a no Córrego aportar, sua chegada, na leitura dos informantes, não foi percebida como invasiva. Pois, além de não agredir o meio ambiente (como os posteriores forasteiros o fizeram, na perspectiva dos nativos), os Padres trouxeram trabalho, a igreja, e geraram novos laços de sociabilidade através da promoção de festas, batizados, casamentos. Ou seja, não eram vistos como de fora por uma população profundamente religiosa; pelo contrário, eram tidos como uma presença abençoada, como disse Seu Chico.

### **Eixo Leste/Oeste: o advento dos loteamentos**

O terceiro eixo corresponde ao trajeto da via antes conhecida por “estrada geral”, hoje Rua João Pio Duarte Silva, que corta o Córrego Grande numa linha oeste/leste. Tal estrada foi efetivamente aberta no decorrer da década de 70, uma vez que, anteriormente, ela se constituía num pequeno caminho intransitável para automóveis e até carroças, tal qual relata um informante: “Tudo era estrada de chão. Só há uns 25, 30 anos é que os ônibus entraram no Córrego Grande. Antes só a cavalo, a carreta, a pé!” (Seu Dico), perspectiva também enfatizada em outro testemunho:

Abriam a estrada agora, há pouco tempo, uns 10, 15, 20 anos pra cá. Mas quando eu me criei era tudo morro, tudo estrada de chão. Quem vinha da Lagoa tinha um morro, aí andava um pedacinho que era reto, tinha outro que descia, grande, aí andava um pedacinho, aí pegava um grandão, bem grandão mesmo, bem alto. O gado passava ali. Às vezes a gente puxava com junta de boi pras carroças subirem, quando chovia e depois andava retinho... onde descia pra minha casa tinha outro morro, que era o Morro das Feiticeiras. Tudo morro! Hoje não, hoje está tudo reto!

(Seu Joca)

A instituição e emergência deste terceiro eixo teve íntima relação com algumas substanciais mudanças que ocorreram nos demais eixos, das quais destaca-se a venda e o loteamento da Chácara dos Padres contemporaneamente. Tal fato resultou numa contínua desarticulação do eixo sul/norte como um todo uma vez que a maior presença de novos condomínios residenciais e, por consequência, de moradores vindos de várias outras regiões do estado e do país, com novas práticas e representações sociais – “chega o pessoal grã-fino” (Seu Maneca) – somado à crescente inviabilização dum modo de vida baseado na pequena propriedade, consolidou a constituição, material e simbólica, deste novo alinhamento oeste/leste.

Acontece, então, no Córrego algo bastante similar àquilo que Rial constatou, ao longo da década de 70, na Lagoa: a passagem de uma valorização topográfica guiada pela ecologia (riacho, vento, sol etc.) para uma valorização dirigida pelo Estado ou pelos “recursos” (estrada, ônibus, escola). (1988: p. 12) No caso, migrou-se da água como orientador principal para as estradas como orientadores espaciais: de uma orientação “hidrográfica” para outra, “rodográfica”. Ademais, Rial observou que, na Lagoa, em tal contexto, as casas não precisavam mais ficar próximas dos córregos uma vez que a água encanada chegara às mesmas. (1988: p. 66)

Assim, no Córrego Grande, decorreu, em leitura similar, uma crescente refiguração em que os orientadores ecológicos – o Rio Córrego Grande, os morros e, de forma extensiva, a Chácara dos Padres – ali deflagrados no dito eixo sul/norte, acabaram por “mover-se” para uma valorização centrada na geração de infra-estrutura: estrada geral transitável, oferta de linhas de ônibus regulares e canalização da água. Valorização que culminou por consolidar uma orientação “rodográfica” corporificada na ascendência do segmento oeste/leste.

### **Lugares da memória**

Com tal cenário em vista, numa estruturação, *grosso modo*, permissível de compreensão do que, cronologicamente, possa ter havido no Córrego de acordo com o relato

nativo, cabe-me arrolar alguns lugares expressivos – muito embora, alguns desses, por sua importância, já tenham sido apresentados – de uma identificação comunitária sobrevivente, pela via da memória, às transformações e ao tempo. Assim, trato, em seguida, numa ordem pautada pela antiguidade, de alguns lugares centrais na memória dos antigos moradores daquela comunidade: o Rio Córrego Grande, a Chácara dos Padres, a Igrejinha dos Padres e o Matadouro dos Vidal (sobre a localização destes lugares, veja Figura 8).

### **O Rio Córrego Grande**

Tal rio avulta, pelo que seapura do que foi tratado anteriormente, como um lugar extremamente valorado quando os informantes têm em vista a comunidade do outro tempo, de antigamente. As seguintes palavras comprovam isso:

Neste rio aqui, a gente pescava, a gente se banhava. A água era tão pura que as mulheres lavavam roupa durante o dia, e de manhã, iam pegar água purinha pra tomar, em potes.

(Seu Chico)

Outros antigos moradores corroboram esta visão do rio: “Era a coisa mais linda do mundo! Cheio d’água, largo, água clarinha, limpinha... peixinho tinha de monte” (Seu Joca); “no outro tempo, isto aqui era tudo cheio d’água, era uma água bonita, um rio lindo!” (Seu João). Mesma opinião de sua esposa, Dona Chiquinha: “Este rio aqui era a coisa mais linda deste mundo! A gente tomava banho. O cara mergulhava e não chegava no chão!”. Dona Chiquinha (80 anos) nasceu no Córrego Grande onde foi criada tão-somente por sua mãe, uma vez que seu pai falecera quando ela era ainda pequena. Cresceu numa chácara próxima à de Seu João, com quem casou e teve sete filhas, sempre relatando a vida dura que ela, sua mãe e suas irmãs levaram pra se manter: aludia muito às lavações de roupa pra fora que realizavam no Rio Córrego Grande, à venda de produtos pelas casas das comunidades vizinhas, à vida dura da roça. Mas também lembrava, com entusiasmo, dos bailes de antes, da água limpa do córrego, do namoro com seu marido. Atualmente, ela passa parte do tempo cuidando da sua casa, das suas galinhas e assistindo televisão. No entanto, frequenta vários grupos de terceira idade dos bairros vizinhos com os quais adora fazer viagens.

Testemunhos que, fazendo referência à vida em torno do Rio Córrego Grande, explicitam uma gama de nuances a respeito de si naquele outrora cenário. Palavras que marcam, de forma bastante eloqüente, suas propriedades belas, dum rio lindo, fulgurante, animado pelo intenso fluxo d’água que por ele vertia, mas também cheio de entusiasmo pelos

Figura 8

usos que ali se fazia. Um rio que, em movimento, carrega também movimento. Era, enfim, um precioso *locus* identitário: “O córrego tinha uma força que só vendo!”. (Dona Belina)

E talvez mais do qualquer outro atributo, o fato de o córrego ter sido “a vivência de muita gente” (Dona Chiquinha), fonte de sustento das lavadeiras por excelência (veja Figura 9), lhe outorga posição ainda mais notável no quadro de memórias a ele referente:

Aí tinha as lavadeiras que lavavam naqueles lavadorzinhos de pedra, né!? Ajoelhavam-se, assim, no chão, lavavam. Eram tão bonitas aquelas roupas bem branquinhas que elas quaravam num dia de sol.<sup>48</sup> A gente passava lá era tudo branquinho das lavadeiras todas quarando porque elas tinham lavação pra fora, né!? Elas iam, pegavam aqueles sacos de roupa da cidade pra lavar ali. A Dona Chiquinha do Seu João, ela criou os filhos tudo assim, lavando roupa!

(Dona Neide)

Ah! A minha mãe ia pro córrego e eu ia com ela pra cuidar do fogo, pra acender o fogo e ensaboar aquelas miudinhas pra botar na lata e ferver. Era assim! Eu devia ter uns dez anos, onze anos, por aí... E como tinham lavadeiras, eita! Se você visse, credo! Ficava uma fila. Era bom! A gente conversava, ria, dizia bobagem. Era bom!

(Dona Belina)

#### Figura 9 As lavadeiras no Rio Córrego Grande

Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J.A. Rohr, Associação Amigos do Córrego Grande e comerciantes locais, 2003  
Foto do autor, 2004

Essas narrativas, além de comprovar a centralidade de tal rio no cotidiano e no imaginário nos tempos de outrora, evidenciam uma vigorosa identificação entre o dito rio e as lavadeiras. Pois era ali que aquelas mulheres passavam grande parte do dia, onde conversavam, riam, enfim, diziam bobagem. Era deste rio, onde as mães, por sua vez, levavam suas filhas para ajudá-las, que emergia outra fonte de sustento: a lavação das roupas do pessoal da cidade – e cidade, aqui, remete a algo curioso, pois, se por um lado demonstra

<sup>48</sup> Quarar: por a roupa ensaboadada no sol, para clarear. (RODRIGUES FILHO; WENDHAUSEN, 1996: p. 115)



que o Córrego Grande ainda estava muito distante do mundo urbano de então, por outro, dá mostras de alguma aproximação entre ambos com a intensificação de algumas relações comerciais, conseqüência, sobretudo, de algumas melhorias no transporte.

### **A Chácara dos Padres**

Figura 10 Estátua do padre João Alfredo Rohr, antigo administrador da Chácara dos Padres

Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J. A. Rohr, Associação Amigos do Córrego Grande e comerciantes locais, 2003  
Foto do autor, 2004

Outro local sensivelmente significativo era a antes mencionada Chácara dos Padres que, localizada na baixada, compunha um cenário bastante familiar devido, em grande parte, ao fato de tal propriedade prover modos de vida e de produção muito similares àqueles em que a comunidade vinha subsistindo há muito tempo. Era, pois, assim, uma espécie de extensão das pequenas chácaras daqueles moradores, mas que, de qualquer jeito, lhes dava impressões de algum progresso e proximidade com a “cidade”.

Nesta chácara, onde muitos desses antigos habitantes do Córrego trabalharam, criava-se gado leiteiro e porcos; havia pomares e roças, como depreende-se das seguintes palavras:

Era uma chácara, tinha criação de galinha, de porcos, tinha roça, tudo dos jesuítas. Tinha plantação de cana, aipim, batata, eles plantavam tudo. E tinha gado também, tinha cocheira.

(Dona Nilza)

Eu acho que o máximo que tinha de empregados na Chácara dos Padres era na faixa de 8 a 10 empregados. Eles tinham que cuidar das vacas, da horta, das plantações. Porco, eles criavam. Cansei de ganhar porco deles.

(Seu Chico)

Muita gente trabalhava na Chácara dos Padres. Eu cheguei a trabalhar ali. Eu trabalhei na época em que vieram os irmãos de Porto Alegre e

começaram a fazer plantação ali: tomate, cenoura... Então, a gente trabalhava na plantação de tomate, não era muito puxado não. Ganhava um dinheirinho... Foi ali que eu conheci a minha esposa. Na verdade eu já a conhecia de antes. A gente morava aqui e todo mundo conhecia todo mundo.

(Seu Joca)

Eu fui trabalhador dos Padres também. Eu trabalhei na roça dos Padres. Era milho, melancia, tomate, feijão... era uma barbaridade demais! Só no estrume só, porque era muito gado que eles tinham, né!? Todo sábado, eles matavam um boi. O que sobrava daqui ia pros alunos do Colégio Catarinense comer. Tinha leite também, vinha um caminhão todo dia pegar o leite, à vontade.

(Seu Maneca)

Meu marido trabalhava com os Padres. Naquele tempo, quando me casei, ele ganhava 25.000 réis. Quando ele morreu, ganhava 40.000 réis. Os Padres ajudavam muito. Meu marido levantava às 2 horas da madrugada.

(Dona Rosa)

Esta última informante, uma das mais idosas, na altura com 90 anos, mãe de Seu Chico e de Dona Nilza, é uma das pessoas mais conhecidas do Córrego Grande em função, principalmente, do fato dela ser parteira e também benzedeira. Ali nasceu e se criou, tendo casado, aos 20 anos de idade, com um empregado da Chácara dos Padres proveniente do Rio Vermelho, norte da Ilha. Tiveram seis filhos e, devido à morte precoce de seu marido, ela teve que assumir várias funções habitualmente realizadas pelos homens no intuito de propiciar o sustento da família: cuidar das roças e dos animais, vender alguns dos produtos produzidos, zelar pela sua chácara através da construção de cercas, porteiras, entre outros. Bastante rigorosa, talvez tenha sido uma das informantes mais polêmicas, enigmáticas e gentis. Atualmente, mesmo sendo avizinhada por seus vários filhos, netos e bisnetos, vive, segundo ela, bastante só, tão-somente com a companhia de sua cachorrinha, Viola, que fica rigorosamente ao seu lado no decorrer dos pequenos passeios pelas movimentadas ruas do bairro. De qualquer forma, nas tardes em que estive com ela conversando, tomando café ou jogando dominó, várias pessoas vieram à sua casa pedindo para serem por ela benzidas, o que Dona Rosa, de bom grado, sempre realizou.

Assim, conforme os dizeres antes arrolados, percebe-se que na Chácara dos Padres, onde tudo se criava e se plantava, trabalharam vários dos antigos moradores do Córrego Grande. Tendo em vista a importância atribuída por estes habitantes a esta propriedade, resulta que ali trabalhar era apregoado como algo digno de orgulho, um verdadeiro privilégio. Ademais, quase todos os informantes antes citados referiram-se a uma troca constante onde figuravam, de um lado, eles, com sua força de trabalho, e de outro, os Padres, com

pagamentos de salários, oferta de ajuda, oferecimento de animais. Assim, além de perspectivas forjadas nesse quadro de fartura e câmbio, a Chácara dos Padres também lhes parecia configurar como, mais do que uma extensão territorial dos seus domínios e de seu modo de vida, uma preciosa conexão com o centro da cidade.

### **A Igreja dos Padres**

Figura 11 A Igreja dos Padres  
Foto do autor, 2004

Em meio a esta, como visto, bastante referenciada Chácara dos Padres, foi realizada a construção de uma igreja que, tal qual Seu Chico coloca, envolveu a participação dos moradores locais:

Primeiro os Padres construíram uma igrejinha de madeira e depois, carregando pedra daquele morro ali com a zorra, arrumaram a rua. Aí eles carregavam, arrastavam com os bois as pedras. Meu pai ajudou a construir a igreja. Esta igreja foi inaugurada em 1933 e o primeiro casamento naquela igreja foi dos meus pais. Meus pais casaram em fevereiro de 1934, dia de São Brás. (veja imagem da igreja, Figura 11)

Tal igreja, na perspectiva de grande parte de meus informantes, possuía explícita centralidade na vida comunitária devido ao fato de ali serem realizadas, além das rotineiras missas, algumas das principais festividades religiosas. Sua importância pode ser medida pelas seguintes colocações: “Está igrejinha é o símbolo principal do Córrego Grande” (Dona Nilza);

Onze e meia batia o sino da igreja pro pessoal, os empregados da Chácara, ir almoçar. Então esta batida do sino passou a ser referência pra toda a comunidade almoçar... Se ouvia bem o sino batendo daqui. Então eu me lembro, muitas vezes a gente estava aqui, limpando o pasto, torcendo que o

sino batesse pra gente comer. Onze e meia o sino batia, nós nos mandávamos.

(Seu Chico)

Vinha um padre do Colégio Catarinense todo dia, aí levava o leite, verdura, ovos, esta coisa toda. De manhã batia o sino às cinco e meia, todo dia tinha missa na igreja. O padre vinha no caminhão, com motorista junto, né!? Aí rezava a missa às cinco e meia da manhã, terminava a missa, aí esperava tirar o leite e levava as coisas pro Catarinense. Todo dia fazia isso.

(Seu Maneca)

A igreja, de tudo dito, aparece, de forma marcante, como um vigoroso caractere identitário da então comunidade do Córrego Grande. Sua construção, como demonstrou um dos informantes, compreendeu a utilização de mão de obra local assim como de matéria prima extraída dos morros do Córrego. Ademais, a percepção da Igreja dos Padres como símbolo principal da localidade parece evocar a idéia do que representou o seu erguimento: a conquista de uma certa autonomia em relação às paróquias vizinhas. Sua outrora vívida presença, substanciada no bater dos sinos e na realização diária das missas (para os seus empregados), contrasta com o que atualmente ali se apresenta: hoje aqueles antigos moradores do Córrego Grande já não mais ouvem o badalar diário dos sinos da Igreja dos Padres (os sinos só batem aos sábados à tarde, antes da missa), mesmo porque a profusão de barulhos também não permitiria sua repercussão. E, de qualquer jeito, as missas, agora restritas a um dia por semana, são freqüentadas, em sua maioria, pelos “forasteiros” que em seu entorno passaram a residir.

### **O Matadouro dos Vidal**

Outro lugar bastante rememorado corresponde ao Matadouro dos Vidal que aparece, na fala nativa, primordialmente em alusão a algumas circunstâncias específicas. A primeira delas refere-se à sua própria condição de matadouro: “O açougue do Seu Vidal... Então sexta-feira eles matavam o boi e no sábado, quem pudesse ia lá comprar bofe, figado, coração” (Dona Nilza);

Ah! Eu ia lá. Eles tinham um matadouro, o Pedro Vidal. Eu ia lá com um carrinho de mão. Nós íamos lá comprar o fato, pra levar pra casa, pra limpar e depois vender nas portas.

(Seu Dico)

Ali eles matavam boi toda a sexta-feira. Matavam uma porção de boi. Eu fiz um balainho pra minha filha mais velha, ela tinha 7 anos, ir ali comprar carne. A carne ainda vinha pulando assim, viva ainda. A mulher fazia.

(Seu Ari)

Num outro plano, o que é destacado era sua outrora provisão, em alguns momentos peculiares, de bois bravos a serem comercializados para a realização das farras do boi no Córrego e em seus arredores:

O velho Vidal mais os filhos traziam aquelas tropas de boi... uma vez trouxe 60 vacas, vaca mocha, vaca branca, sem galho, e botou na mangueira. Eram todos bois bravos que eles traziam pra matar lá na farra.<sup>49</sup>

(Seu Ari)

E como aqui já tinha bastante boi, já tinha um matadouro aqui, então já pedia pro dono do matadouro: ‘Ó, na época da Sexta-feira Santa tu traz uns 4, 5 bois bons, uns bichos bravos’.

(Gilberto)

Gilberto (45 anos) também nasceu no Córrego Grande. Seus pais vieram, logo após se casarem, do centro da cidade pr’ali devido à oferta de lotes baratos e também pelas boas possibilidades de valorização da área tendo em vista, principalmente, a instalação da UFSC e de outros órgãos públicos nas cercanias do Córrego Grande. Ele ali cresceu trazendo à lembrança as brincadeiras num lugar calmo, cheio de mato e de córregos limpos, mas também com estradas ruins e pouca gente. Falou muito das farras de boi que realizavam, das festinhas juninas que faziam, das peladas de futebol que jogavam nos espaços ainda pouco ocupados da Universidade. Atualmente, possui um restaurante na rua em que vive (que foi onde se criou), sendo bastante crítico com relação ao crescimento desordenado que ali vem se dando.

Das palavras enunciadas pelos informantes, creio que se desdobram mesclas de representações a respeito deste lugar que, sem dúvida alguma, lhes era (e ainda é, na memória) bastante referencial quando se tem em vista o Córrego de antigamente. O Matadouro dos Vidal, portanto, figurava em dois pólos em que o boi aparece como protagonista: de um lado, como alimento, de outro, como diversão. Pólos que, mesmo imbricados, singularizam-se. Tal qual os informantes asseveraram, às sextas-feiras era ali que se ia comprar um produto indispensável na dieta daqueles moradores. Ou seja, o Matadouro, assim como a Igreja ou a Chácara dos Padres, fazia parte da rotina dos correnguenses. Por outro lado, a visibilidade e o alvoroço que representava ter aquelas tropas de boi indo e saindo dos mangueirões imputava ao matadouro substancial notoriedade na comunidade.

Assim, quando questionados sobre a realização de farras de boi no Córrego, os informantes de pronto respondiam que tais farras eram feitas na localidade uma vez que havia

---

<sup>49</sup> Mangueirão: área cercada convenientemente para impedir a fuga do boi, usado para farra; ou mangueira: pequeno cercado para guardar o gado. (RODRIGUES FILHO; WENDHAUSEN, 1996: p. 97)

uma oferta muito grande de animais em função da existência do dito matadouro. E mais do que isso, os próprios moradores evocam o fato de pedirem ao dono do estabelecimento – o Seu Vidal – para trazer bois bravos, que são os bons, pra se fazer a farra. Ou seja, havia uma vinculação muito estreita entre as farras do boi, o Matadouro dos Vidal e a comunidade como um todo quando lhes dirigia questionamentos sobre tais temas. Desta forma, pela própria importância localmente atribuída à farra do boi tal estabelecimento despontava como igualmente referencial para grande parte dos meus informantes. (sobre as farras do boi, veja adiante)

## **AS CELEBRAÇÕES E OS FESTEJOS**

Frente à exposição realizada até aqui de algumas das possíveis nuances caracterizadoras dos modos de vida antigamente vigentes no Córrego Grande, pretendo, no tópico que ora desenrola-se, abordar perspectivas que apontem para um âmbito diverso deste até então privilegiado. Assim, intento apresentar, num panorama extravasante das rotinas diárias, alguns eventos significativos no contexto de suas vidas.

De qualquer forma, cumpre-me dizer, de antemão, que toda a gama de acontecimentos festivos a seguir arrolada parece remeter para a outrora conflagração de um calendário festivo bastante referenciado por todos os informantes. Neste quadro, trato, em seguida, das missas, dos batizados, das primeiras comunhões, das festas de igreja, das festas juninas, do pão por Deus, dos bois de mamão, dos ternos de reis, das farras do boi, dos bailes das domingueiras.

### **As missas, os batizados e as primeiras comunhões**

Procurando adentrar em outras dimensões da vida de outrora dos antigos moradores do Córrego Grande, almejo arrolar alguns eventos que, segundo eles, os aproximava, os reunia, compondo um cenário diverso daquele voltado à subsistência das famílias onde o que imperava era o trabalho duro, centrado, sobretudo, nos cuidados às suas roças e criações de animais.

Assim, um dos acontecimentos mais significativos, segundo grande parte dos informantes, eram as missas realizadas na Igreja dos Padres. Elas aconteciam aos domingos pela manhã, às oito horas, com a igreja sempre cheia: “Era uma coisa assim muito bonita! A comunidade participava muito!”. (Seu Chico) A importância destas missas fica ainda mais

explícita quando se tem em vista os preparativos de que se valiam seus freqüentadores, conforme Dona Nilza demonstra: “A gente se vestia com uma roupinha pra missa, vestidinho bom, sapatinho bom. O tecido era comprado no Mercado. Chegava em casa, trocava”.

Essas missas, celebradas na mesma igreja, eram vistas, segundo as palavras nativas confirmam, como um momento de encontro bastante expressivo visto que, semanalmente, mobilizavam grande parte dos antigos moradores do Córrego Grande. Além disso, outra questão, em estreita relação com tal conjunção comunitária, refere-se àquilo que Dona Nilza mencionou: a utilização, nas idas às missas, de roupas boas, em contraste com aquelas usadas durante a semana no exercício das tarefas habituais, que eram feitas, basicamente, com os panos que revestiam os sacos de ração pros bois. Assim, esses trajés, confeccionados com tecidos especialmente comprados para tal intuito, trazidos de um lugar, para eles, especial e distante, o Mercado Público, evidenciam a excepcionalidade e magnitude das missas no universo social daqueles moradores do Córrego.

Também as primeiras comunhões e os batizados apareciam, do ponto de vista nativo, de forma relevante. No caso das primeiras comunhões, diziam que cada família, após a devida celebração litúrgica, “fazia uma festa em sua casa e convidava os vizinhos” (Dona Dolores). Em que pese tal modo de comemoração valer para outros eventos como os batizados, por exemplo, outras foram suas observações a respeito das festas de casamento: muitos dos meus informantes afirmam não terem tido ou mesmo participado de festividades comemorativas a tal ritual devido ao fato de os “homens roubarem as moças” (Seu Joca) o que, por sua vez, dispensava qualquer reunião.

### **As festas de igreja**

Além dessas celebrações, meus informantes se referiam, entusiasticamente, sobre a realização de um rol de festividades na comunidade e cercanias, como a festa dedicada ao Puríssimo Coração de Maria, padroeira do Córrego Grande, comemorada na Igreja dos Padres, a festa da Laranja, em homenagem à Santíssima Trindade, feita na vizinha Igreja da Trindade, e a festa do Divino Espírito Santo, celebrada ao longo das poucas casas dispersas pela comunidade.

No que tange à festa deferente à sua padroeira local, o Puríssimo Coração de Maria, os moradores ornamentavam a Igreja dos Padres em mínimos detalhes, revelando, por sinal, a

importância de tal festejo, cujo momento culminante era o da celebração da Santa Missa, como atesta Sebastião Nunes, antigo morador do bairro, em seu livro relativo à vida do padre João Alfredo Rohr:

A fachada da igreja do Puríssimo Coração de Maria, a Igreja dos Padres, era enfeitada com arcos de bambus e bandeirolas, além de enfeites internos e fogos. A Santa Missa era celebrada por três sacerdotes, acompanhada de coral e orquestra de violinos. No final da missa era entoado o hino de louvor ao Puríssimo Coração de Maria: ‘Doce coração de Maria, sêde minha salvação!’. (2000: pp. 29-30, grifo do autor)

Arcos de bambus, bandeirolas, enfeites internos e fogos. Preparativos, enfim, que transparecem um intenso interesse na produção de um momento singular, onde o envolvimento e a participação comum deixavam marcas visíveis: enfeites, ornamentos, estouros dos fogos de artifício. Além disso, a missa, que aí não é só missa, mas Santa Missa, com iniciais maiúsculas, corrobora a extraordinariedade da situação, ainda mais com a vinda de três sacerdotes, orquestra e violino. Conjunto que, das alegorias ao rito excepcional, contrastava com a simplicidade do dia-a-dia árduo nas chácaras do Córrego.

Já a festa da Laranja, dedicada à Santíssima Trindade, era realizada nos arredores da antiga Igreja da Trindade. Tida, pelos informantes, como uma festa grande, boa e bonita, tinha como principal atração as barracas enfeitadas com laranjas em pencas: “A laranja era toda empencadinha, direitinha assim, aquelas pencas de bergamota. Era bonito!”. (Seu Maneca) Grande parte da laranja ali exibida e comercializada era oriunda do Sertão do Córrego Grande, resultando daí que muitas das barraquinhas montadas fossem pertencentes a moradores do Córrego. O que fazia, por consequência, com que ainda mais gente da comunidade pra lá afluísse. A festa durava quatro dias, de quinta a domingo, havendo, no último dia, a explosão dos fogos de lágrima, uma novidade pra Dona Nilza:

Ah, eu gostava de ver aqueles fogos de lágrima! Aquilo pra gente era novidade, hoje em dia é comum. Mas, na primeira vez que eu fui na festa da Laranja, a mãe fez vestido de pelúcia pra nós. Pelúcia é este tecido que a gente compra pra fazer roupa de criança. Comprava lá no centro. Eu me lembro tão bem! Vestido de pelúcia, todas as três irmãs na mesma moda.

Além disso, a festa avultava-se por atrair um número expressivo de gente do centro da cidade, o que a tornava, por certo, uma das maiores referências festivas das localidades dali próximas. Fato atestado por Várzea já por volta de 1900:



A festa que se realiza na freguesia de Trás do Morro, a uma légua da capital, no dia da Santíssima Trindade, começa na véspera à tarde, em que os pretos e pretas, moços e velhos, com grandes tabuleiros rasos ou altas caixas de vidros, atopetados de frutas e doces, despegam um a um de vários pontos da cidade e, reunindo-se em bandos como formigas carregadeiras, juncam os caminhos na direção daquela freguesia... Estes primeiros grupos são seguidos por outros, compostos na maior parte de indivíduos negociantes nas antigas casinhas de pasto do Mercado Velho... que vão armar suas barracas de comida no largo da Trindade. (1985: p. 64)

Como visto, a festa da Laranja, bastante evocada por meus informantes em função da sua beleza e grandiosidade, constituía-se num acontecimento vultoso e de grande repercussão por uma série de fatores. Primeiramente, pela sua própria característica de festejo de igreja, em que alguns comportamentos e anseios, de pronto, emanavam: trajar-se bem ou encontrar todo mundo da comunidade e redondezas, por exemplo. Em segundo lugar, um outro ponto que possivelmente tornava tal festa notável refere-se ao fato de muitas das laranjas ali expostas terem sido produzidas no Córrego Grande assim como muitas das barracas existentes ser de gente de lá o que, por sua vez, gerava vínculos bastante estreitos entre o pessoal do Córrego e a festa da Laranja. Como último ponto, acredito que tal grande repercussão tenha a ver com uma espécie de suntuosidade com que a festa era percebida pelos moradores locais: ela era vista como grande, repleta de barraquinhas, com gente vindo até do centro (e a moda, o vestido de pelúcia de Dona Nilza e suas irmãs também vinha de lá). Era, enfim, para aqueles antigos moradores, um espetáculo, fulgurado pelos fogos de lágrima cadentes no céu escuro e pelas barracas amareladas das pencas de laranja.

Outra festa bastante referida era a festa do Divino Espírito Santo (veja Figura 12) onde as pessoas da comunidade abriam as portas das suas casas para “entrar o Divino. Se andava aí nas casas, se andava por tudo”. (Dona Belina) Andanças e visitas também atestadas por Dona Nilza:

Quando este pessoal andava com o Divino Espírito Santo, de casa em casa, nós varriamos o terreiro todo, limpávamos a casa toda, mudávamos de roupa, botávamos aquela roupinha boa que tinha, que era dia do Espírito Santo

Cascaes faz alusão bastante similar:

O Divino ia passando de casa em casa, e as famílias se reuniam e iam acompanhando, até chegar a um determinado lugar. Então anoitecia, e o Divino parava na casa de um irmão ou numa capela, e aí faziam a novena, rezavam, conversavam, mexericavam. (CARUSO; CARUSO, 1997: p. 34)

Figura 12 A pomba branca, um dos símbolos da festa do Divino Espírito Santo<sup>50</sup>

Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J.A. Rohr, Associação Amigos do Córrego Grande e comerciantes locais, 2003  
Foto do autor, 2004

De forma idêntica às outras festas, as referências dos moradores do Córrego recaíam sobre os longos preparativos que antecederiam à realização destes encontros. No entanto, resta uma diferença essencial entre a festa do Divino e as festas da Laranja e do Puríssimo Coração de Maria: o Divino circulava pela comunidade, pelas casas existentes ao longo dos discretos caminhos de outrora. Em que pese este diferencial, as falas nativas parecem remeter a um ambiente de vívida reunião onde o advento de um dia especial – dia do Espírito Santo – lhes punha a arrumar suas casas e a vestir suas roupas boas.

No que tange às estas três festas sublinhadas pelos antigos moradores do Córrego Grande – eles chamam-nas, genericamente, de “festas de igreja” – anoto que ambas mostraram-se potencialmente referenciais, extremamente significativas para os informantes que delas participaram. Tanto a festa em homenagem ao Puríssimo Coração de Maria, com sua Santa Missa e seus ornamentos, a festa da Laranja, com sua efusão cênica, quanto a festa do Divino Espírito Santo, com suas andanças, brotaram das memórias dos seus outrora participantes como eventos intensamente marcantes, simbólicos de um tempo que se passou e de uma vida que, embora dura no sua dia-a-dia, tinha também momentos de confraternização.

---

<sup>50</sup> Segundo Motta, os símbolos centrais da festa são a bandeira e a coroa de prata lavrada. A Bandeira do Divino, de acordo com a autora, é vermelha com uma pomba branca bordada e seu mastro é encimado por uma pombinha de prata enfeitada com flores e fitas coloridas que as pessoas vão colocando em pagamento a promessas. Conforme Motta, essa bandeira, no período que antecede à festa, é levada de casa em casa, com os moradores beijando a bandeira e oferecendo uma prenda. (2002: p. 76)

## As festas juninas

Com substancial importância, as festas juninas também despontavam no calendário e no imaginário nativo de festividades. Estas festas tiveram, no Córrego de outrora, duas expoentes citadas: a festa de Sant'Ana e a festa em homenagem ao Senhor Bom Jesus de Iguape. Com relação à primeira, a festa de Sant'Ana, colhi informações bastante escassas comparativamente à segunda. Conforme Seu Ari, era sempre a mesma pessoa que promovia a festa de Sant'Ana, patrocinando os tradicionais bailes, anos após ano, em sua casa. Já sobre a festa ao Senhor Bom Jesus de Iguape, numerosos relatos, e estes mais detalhados, fizeram menção ao seu advento.<sup>51</sup> Em tais descrições, muitos dos informantes chamavam-na, sinonimicamente, de juizada, designação referente à participação, em tal festejo, das figuras dos mordomos e dos juizes. De qualquer jeito, reproduzo algumas explicações de Cascaes a respeito das festas dita juninas realizadas na Ilha de Santa Catarina e seu litoral fronteiro, evidenciando seus comentários a respeito das mais celebradas no Córrego na perspectiva de meus informantes:

Em julho, nos dias 25 e 26 as celebrações são dedicadas a Sant'Ana, avó de Jesus Cristo. Nos dias 5 e 6 de agosto as festas são comemoradas em homenagem ao Senhor Bom Jesus de Iguape... Estas festas [juninas, de modo geral] aconteciam tanto nas igrejas como nas casas particulares. Nas casas, eram realizadas onde se homenageava o santo aniversariante. Era costume criarem uma irmandade nas casas particulares, possibilitando, assim, angariarem fundos para custearem as despesas com as novenas, fogos e comestíveis. As irmandades eram compostas de juizes e mordomos. Era tradicional se fazer depois das novenas o anúncio dos nomes dos festeiros do ano seguinte. Também era muito usado retirar a imagem do altar e no mesmo salão, quando nas casas particulares, realizarem um baile. (1978: pp. 2-3 e 5-6)

Em que pese o fato de Cascaes fazer referência à presença dos mordomos e dos juizes em grande parte das festas juninas realizadas na Ilha e redondezas, os antigos moradores do Córrego Grande enfatizaram sua ocorrência na festa dedicada ao Senhor Bom Jesus de Iguape, como frisam Dona Maria e Aninha:

---

<sup>51</sup> Rial encontrava recorrentemente nas casas dos seus informantes, na Lagoa da Conceição, imagens de Nossa Senhora Aparecida e de Nossa Senhora de Iguape. Quanto à primeira, não era surpresa devido a ela ser a padroeira do Brasil e seu santuário um dos pontos mais importantes de peregrinação nacional. Mas a presença da imagem de Nossa Senhora de Iguape lhe causou algumas dúvidas. Como logo Rial ficou sabendo, seu santuário, situado no litoral de São Paulo, está a meio caminho entre Florianópolis e Aparecida do Norte, constituindo-se, inclusive, em ponto de pernoite das excursões. (1988: p. 58)

Juizadas eram festas religiosas em homenagem a determinados santos, principalmente ao Bom Jesus de Iguape, que era o que eles mais faziam aqui, né!? O dia de Bom Jesus de Iguape é dia 6 de agosto, então, dia 5 e dia 6 tinha festa, que eles faziam novenas, faziam leilões na casa de determinadas pessoas da comunidade. A festa era normalmente feita no sábado e no domingo. Então, nos sábados, iam cinco ou seis, não sei quantos, era dividido assim rapazes e moças. Então assim, vamos supor que eram cinco meninas e cinco rapazes, eram chamados de mordomos. As pessoas se arrumavam, faziam uma vela enfeitada. Cada um enfeitava a vela mais bonita que a do outro. Botavam fio dourado, botavam flores, botavam purpurina nas velas. Havia também rezas cantadas: a rezadeira cantava e a gente respondia: ‘Pai nosso’... e nós cantávamos o fim. Aí tinha um momento na novena que parava, né!?, terminava a reza, aí trocavam-se as velas. As meninas passavam as velas pros rapazes e os rapazes pras meninas, os mordomos, no sábado. A rezadeira era a dona da casa. E aos domingos eram os juízes. Entregava pra ti, dizia: ‘Juiz para o ano’. Aí tu ficavas na novena, com a vela acesa, rezando, participando. Quando um era bem bonitinho acho que todo mundo queria dar a vela. (risos) Aí depois terminava a reza, aí a gente ficava nos terreiros cantando, brincando de ratoeira, fazendo leilões. Aí tinha galinha assada, bolo, garrafa de vinho... É, era o momento das famílias se encontrarem.

(Dona Maria)

Ah! Vai ter lá na casa do seu fulano! Ia todo mundo. Não tinha luz elétrica, tudo na lamparina e lampião, era um tal de tu piscar no escuro (risos).

(Aninha)

Dona Maria e Aninha são irmãs. Ambas nasceram e sempre viveram no Córrego, são solteiras e residem na mesma casa. Realizei a entrevista com elas a partir de uma indicação de Dona Dolores, sua prima, que me acompanhou no encontro e embora morando há poucas centenas de metros, não as via há anos. Foi uma tarde alegre, cheia de lembranças do outro tempo no outro Córrego, um lugar mais tranqüilo, mas de vida penosa. Dona Maria tem 58 anos e é professora de uma escola pública. Lembrou-se, com saudade, da comunidade de então onde as pessoas se conheciam, se cumprimentavam, tinham valores. Acha que o Córrego Grande de hoje é pior, não se conhece ninguém, não há respeito entre as pessoas. Aninha tem 50 anos e trabalha na CELESC. Concorde com sua irmã relativamente à visão das mudanças. Para ela, mesmo a vida sendo difícil naquele tempo, uma vez que mal tinham roupas pra se vestir, o dia-a-dia no bairro piorou em função do enorme crescimento e de sua conseqüente impessoalidade. Devo sublinhar que, no momento da entrevista, sua prima, Dona Dolores, fazia um rico contraponto: em que pese a enormidade do bairro de hoje e suas conseqüências ruins, para ela, a vida de antes era muito pior, pois sofria-se com a escassez de tudo e com o intenso trabalho na roça e na lavação de roupas no Rio Córrego Grande.

E relativamente à ratoeira, presente, segundo Dona Maria, na festa ao Senhor Bom Jesus de Iguape (ou juizada, para ela), Rodrigues Filho explica:

A ratoeira é uma cantiga de roda de adolescentes. Montava-se uma roda com rapazes e moças de mãos dadas. Escolhia-se uma moça ou um rapaz para ficar ao centro da roda e iniciava-se a ratoeira, cantando os seguintes versos: 'Ratoeira bem cantada/faz chorar, faz padecer/também faz um triste amante/do seu amor esquecer/meu galho de malva/meu manjeriço/dá três pancadinhas no meu coração'. Quando aquele que estava no centro da roda terminava de recitar, os demais dançavam, repetindo os versos introdutórios da ratoeira, indicando alguém para substituir aquele posicionado no centro. A escolha era normalmente providencial, como ficar ao lado do bem querer a quem foram dirigidos os versos. Reiniciava-se, assim, a ratoeira. (1996: pp. 118-119, grifo do autor)

De tudo isso, acredito que algumas questões atinentes às festas juninas realizadas no Córrego mereçam uma análise mais detida. Primeiramente, no que se refere à sociabilidade, Dona Maria e Aninha atestam a centralidade destes eventos ao afirmar que ia todo mundo pra casa do festeiro onde era realizada a festa dedicada ao Senhor Bom Jesus de Iguape. Era ali e naquele momento que, segundo elas, as famílias se encontravam uma vez que, no dia-a-dia, todos estavam muito voltados às suas atribuições habituais em suas chácaras, em suas casas, entre outros. Tais festas se constituíam, portanto, numa oportunidade referencial de reunião para os outrora habitantes do Córrego Grande. Ademais, os pormenores antes descritos referentes à juizada deixam transparecer um quadro de ritualizações bastante expressivo: o uso de roupas boas, as divisões paritárias entre rapazes e moças, as rezas cantadas, a decoração e a troca das velas. Onde a constituição de pares, as piscadelas no escuro, os bailes e a ratoeira sugere a produção de um ambiente propício ao namorico, à aproximação com o bem-querer. Ademais, o enfeite das velas revela uma percepção estética bastante expressiva: fios dourados, flores e purpurina. Onde cada um procurava fazer uma vela mais bonita que o outro.

Assim dito, creio que tais festas, centradas na reverência ao santo (no caso, o Senhor Bom Jesus de Iguape), faziam transparecer alguns elementos significativos para a compreensão da vida daquele tempo: a alternância entre a realização de cantigas (sagradas) e a ratoeira (profana) parece indicar uma complementaridade que fazia reconstituir, através do jogo relacional, os perfis identitários da comunidade. O ato de reunir-se através de uma forma expressiva, ritualizada na divisão em pares e da troca de objetos (velas), dá a impressão de ter sido a festa metáfora sintética dos anseios da vida comunitária: dar e receber, reproduzir-se endogamicamente. "Juiz para o ano", diziam uns aos outros. Sentença paradigmática de um desejo de porvir reprodutivo do grupo, ou então, atualização de si.

### **O pão por Deus, o boi de mamão e o terno de reis**

Já no final do ano, outras manifestações festivas, igualmente bem explícitas por meus informantes, eram realizadas no Córrego: o pão por Deus, o boi de mamão, o terno de reis. O pão por Deus, realizado, segundo Dona Nilza, no dia 2 de novembro, dia de Finados, consistia no seguinte:

Eu quero dar um coração no dia do pão por Deus. Você não sabe, eu faço um coraçãozinho, boto uma cantiga ali, aí eu mando pra você. Aí você lê, gostou daquilo, aí depois eu peço o pão por Deus. Eu me lembro do primeiro coração que eu mandei, eu disse pra mãe: ‘Mãe, vou mandar o coração com Deus pro Seu Olegário, será que ele me dá um presente?’. Seu Olegário é irmão do meu pai. Aí mandei, que ele gostava muito de mim, ele me deu uma caixinha de pó de arroz, que chamava antigamente, hoje diz que é base, uma caixinha com umas rosinhas em cima. Ah, eu fiquei tão contente! Aquilo ali durou tempo, eu só usava um bocadinho e pronto.

Segundo Cascaes, o pão por Deus é um

[...] recorte de papel em forma de coração, quase sempre bordado, com um espaço livre onde uma pessoa pode escrever versos... Quando uma moça escrevia um verso, dizia o seguinte: ‘Lá vai meu coração/nas asas do sabiá/vai pedir o pão por Deus a quem eu quero amar’. A iniciativa de enviar o coração com o verso podia partir da mulher ou do homem, mas a maioria das vezes era da mulher. O pão por Deus também podia ser, além da resposta, uma caixa de sabonetes, um pão especial, ou um outro presente qualquer. (CARUSO; CARUSO, 1997: pp. 108-109, grifo do autor)

Já no boi de mamão (veja Figura 13), segundo Dona Rosa, “se fazia um boi pelo qual se entrava por baixo”, seguindo-se uma série de brincadeiras com músicas e danças. Sobre sua realização no Córrego, Seu João comenta:

Aqui tinha boi de mamão. A gente dançava e tocava pandeiro, gaita. Era divertido, era bonito! A gente dançava, tocava e chamava o boi. Agora acabou-se isso tudo aqui. Fazia sábado, domingo, inverno, verão, tudo. Ia nas casas, depois ia nas festas, dançava e tocava, era bonito!

Na definição de Rodrigues Filho, o boi de mamão é uma pantomima cômico dramática composta por personagens humanos, animais e fantásticos tradicionalmente apresentada entre 24 de dezembro e 15 de janeiro. As peças componentes da brincadeira são geralmente construídas com bambu e cobertas de pano sendo manobradas por meninos e homens. (1996: p. 32)

### Figura 13 Apresentação do boi de mamão

Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J.A. Rohr, Associação Amigos do Córrego Grande e comerciantes locais, 2003  
Foto do autor, 2004

O terno de reis também acontecia no Córrego Grande (conforme Figura 14), como coloca Seu Chico: “A gente era acordado aqui com o terno de reis. O terno de reis era de novembro a janeiro, até o dia de Santo Amaro. O dia de Reis é 6 de janeiro e o de Santo Amaro, dia 15”. De acordo com Rodrigues Filho, no terno de reis, “um grupo de pessoas, cantando e tocando gaita, viola e outros instrumentos, vai de casa em casa, entre 25 de dezembro e 6 de janeiro, pedindo ofertas”. (1996: p. 129)

### Figura 14 Cantoria do terno de reis

Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J.A. Rohr, Associação Amigos do Córrego Grande e comerciantes locais, 2003  
Foto do autor, 2004

Relativamente a estas três manifestações festivas, diversamente das leituras feitas por estudiosos como Cascaes, nenhum de meus informantes a elas se referiu como sendo originariamente açorianas. Quando os indagava sobre as origens de tais festejos eles

costumavam relacioná-las à Ilha, a um acervo de práticas e representações, há muito, existente na Ilha. Tratavam-nas como brincadeiras herdadas de seus pais, seus avós, componentes de um mundo que, outrora vívido e intenso, pouco a pouco vinha se dissolvendo em meio ao crescimento da cidade. No mais, as perspectivas por eles visualizadas eram de um tamanho saudosismo que o antigo Córrego, aí tão-somente percebido pelo olhar destes encontros alegres, emergia como sinônimo de uma boa vida, muito melhor que a de hoje.

Quando Dona Nilza falava sobre o pão por Deus, por exemplo, ela demonstrava um enorme orgulho por saber confeccionar o coraçõzinho de papel, por conseguir compô-lo de modo que o seu agraciado resolvesse presenteá-la em troca do coração decorado. Enfim, reciprocidade cheia de lisonjas. Relativamente à feitura do boi de mamão no Córrego de outrora, as palavras enunciadas por Seu João dão a tônica do que representava: divertido e bonito, cheio de músicas e danças, feito a qualquer momento da semana, mês ou ano. Brincadeira carregada de encenação e animação que parecia sugerir, similarmente ao terno de reis, descrito por Seu Chico, uma grande fluência pelas casas e caminhos da comunidade de então. Manifestações, enfim, muito vivas em suas memórias, visões de um outro Córrego, pouco habitado, mas repleto de encontros, brincadeiras, festas divertidas e bonitas.

### **As farras do boi**

Figura 15 Realização da farra do boi pelas ruas do Córrego  
Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J.A. Rohr, Associação Amigos do  
Córrego Grande e comerciantes locais, 2003  
Foto do autor, 2004

Outra festa que ali também se fazia presente era a chamada farra do boi, tida por Seu Joca como existente desde a época do seu pai e considerada pelos informantes como um



divertimento predominantemente realizado na Semana Santa, mas que poderia se passar em outros momentos especiais, como Natal e Primeiro do Ano, ou mesmo em qualquer outra ocasião. Gilberto dá um panorama geral da realização da farra no Córrego de antigamente:

Como aqui já tinha bastante boi, pois tinha o Matadouro dos Vidal aqui, então a gente já pedia pro dono do matadouro: ‘Ó, na época da Sexta-feira Santa tu traz uns quatro, cinco bois bons!’. Aí eles traziam lá de Lages uns bichos brabos. E também as pessoas gostavam de brincar, porque os bois que eram trazidos para o matadouro ficavam lá atrás dele e o pessoal, às vezes, brincava com os bois lá atrás também, fora de Páscoa, fora de qualquer coisa. ‘Ó, fugiu um boi, vamos pegar o boi!’. É uma tourada quase. Vamos lá pegar o boi que fugiu, ele está lá no mato lá. Íamos a cavalo e trazíamos no laço. Brabo, normalmente os que fugiam eram brabos.<sup>52</sup>

Segundo o mesmo informante, os bois eram soltos pelas estradas e chácaras existentes que, amplas e não tão hermeticamente cercadas, propiciavam preciosos espaços para a realização da farra: “Precisa-se de um espaço, de uma árvore pra se pendurar, uma cerca forte pra tu pular, ou um muro, uma coisa que te dê condições de abrigo na hora que o boi vier. Pois tu vai provocar o bicho e correr” (veja Figura 15).

Ademais, para os antigos moradores, as estradas, de chão batido, tornavam o ambiente ainda mais propício para o exercício da farra. Mas, devido à construção de loteamentos e à pavimentação das vias, com a conseqüente vinda de forasteiros e a ocupação das antigas chácaras, os mangueirões passaram a centralizar a realização da brincadeira. Tais locais consistiam em áreas cercadas onde eram colocados os bois para, ali dentro, se brincar, conforme diz Dona Belina: “A metade do dia vendo o boi dentro do mangueirão. Ah, que tempo do bom! O pessoal dizia: ‘Vem boi, vamos pro mangueirão!’. O mangueirão era fechado. Isto era bonito!”.

Além disso, era-lhes imperioso, como já visto, que os bois com os quais brincavam fossem bravos: tinham que ser bois ou criados no mato ou oriundos de Lages. De qualquer modo, disseram não caber a participação dos bois mansos existentes nas chácaras do Córrego. E no que concerne à aquisição do animal para a realização da farra, um certo tipo de organização despontava, como diz Seu Joca: “Geralmente quem comprava era uma turma com três, quatro, cinco sócios. Daí, quando matavam, dividiam uma quantidade de carne igual pra cada um”.

<sup>52</sup> Lages é um município distante 233 quilômetros de Florianópolis, ao oeste deste, situado no chamado Planalto Serrano, região bastante conhecida pela sua outrora vocação pecuária.

Bastos, em sua etnografia da farra do boi no Córrego Grande, corrobora esse quadro aludido pelos informantes ao ilustrar que esse bairro e seu avizinhado Pantanal constituíam-se, ainda no final dos anos 80, em santuários da farra uma vez que lhes restava algumas reservas de mato, campos e terrenos baldios. Acrescenta que a expressão “farra do boi” consiste numa designação de origem alienígena, embora de uso recente entre os nativos que chamavam tal rito, genericamente, de “boi”, “brincadeira do boi”, “boi no campo”. O autor também alude à busca e admiração dos seus nativos pelos famosos bois bravos de Lages. (1993: pp. 09, 13, 149 e 155, n.r. 5) Bois que, segundo Flores, “devem ser bravos, devem desafiar os homens e enfrentá-los, colocar em risco a coragem, criar situações perigosas”. (1993: p. 136)

É o mesmo Bastos quem sugere, a partir de sua pesquisa, que o uso da expressão “turma”, antes enunciada, remeta à construção de uma fronteira de lealdade de bairro sob o ponto de vista eminentemente bélico. Relativamente à figura do “sócio”, evocado quando da compra do boi, o autor o identifica à pessoa que entra com uma cota igualitária de dinheiro na lista – subscrição – para a festa e que terá direito, uma vez abatido o boi, a uma parte também igualitária da sua carne. (1993: pp. 143 e 155 n.r. 5)

Lacerda, em seu trabalho sobre a história e a polêmica da farra do boi, corrobora os períodos, arrolados pelos informantes, de ocorrência do rito:

A época consagrada é a Semana Santa, especialmente da Quarta-feira ao Sábado de Aleluia. Entretanto, por ser uma ocasião especial, pode ocorrer a qualquer tempo, ao longo de um ano. Em várias comunidades, ocorre no Natal, no Carnaval, no Ano Novo, de noite, na expectativa de um grito inesperado: ‘Olha o boi!’. (1993: p. 117)

De qualquer forma, o que chamava sobremaneira a atenção dos meus informantes era a outrora existência, no Córrego, de um ambiente tão propício para a realização de algo como a farra do boi. Ou seja, lhes vinha com saudade o tempo em que tinham grandes propriedades, em que as fronteiras entre as chácaras eram mais permeáveis, em que podiam circular e brincar com o boi sem contestações ou restrições. Além de espaços, parecia-lhes essencial que a reunião não tinha momento específico para acontecer: poderia ser a qualquer hora, mesmo que algumas datas como a Semana Santa e o Natal fossem referenciais. Havia para eles, portanto, uma vigorosa pertinência, àquela altura, entre a realização da farra e as condições gerais existentes na localidade como a adesão quase incontestada dos moradores, a abundância de espaço e de bois bravos.

### Os bailes e as domingueiras

Outros encontros comunitários bastante aludidos pelos informantes eram os bailes e as domingueiras, realizados nas casas de determinados moradores locais: “Nos bailes todo mundo dançava e tocava”. (Seu João) Aconteciam somente nos finais de semana e constituíam-se em ótimas ocasiões pra se aproximar do amado ou da amada. Organizados com bastante simplicidade, “se fazia um baile na sala da casa” (Seu Dico), eram motivo de elogios saudosos por parte daqueles que a eles se referiam: “Eh, Eu gostava de baile, credo!” (Dona Nilza); “ah, eu gostava de uma domingueirinha!” (Seu Maneca); “nós íamos com aqueles vestidos de baile de rainha”. (Dona Chiquinha)

### Um calendário festivo

Meu intento, como cerne deste subcapítulo, foi discorrer sobre alguns eventos constituintes do modo de vida dos moradores do Córrego Grande de outrora, nos tempos anteriores ao recente fluxo urbanizatório. Para compreender e construir tal quadro, recheado de expressivas éticas e estéticas nativas, montei, a partir das entrevistas realizadas, uma espécie de calendário festivo, apresentado na tabela que segue (Tabela 2).

MÊS	FESTA
Janeiro	Boi de mamão Terno de reis Farra do boi
Fevereiro	
Março	Farra do boi
Abril	Farra do boi
Maiο	Festa do Divino Espírito Santo
Junho	Festa da Laranja
Julho	Festa de Sant’Ana
Agosto	Festa ao Senhor Bom Jesus de Iguape Festa do Puríssimo Coração de Maria
Setembro	
Outubro	
Novembro	Pão por Deus
Dezembro	Boi de mamão Terno de reis Farra do boi

Tabela 2 Calendário festivo

A apresentação deste rol festivo parece apontar para a existência, antigamente, de uma comunidade que se visualizava, se percebia, se reconhecia. Perceptivelmente existente àquela altura, é hoje sub-repticiamente persistente – pela via da memória – nestes tempos em que a localidade dá intensas mostras do processo de invasão forasteira que a vem assolando. De qualquer modo, as festas, antes presentes, parecem representar, pelo modo enfático de descrição dos informantes, um contexto peculiar de sua vida naquela então comunidade, em contraste com as suas atribuições cotidianamente realizadas.

DaMatta, ao analisar o carnaval e alguns personagens paradigmáticos da sociedade brasileira, vislumbra a existência de uma separação, nesta sociedade, entre o domínio do mundo cotidiano e o universo dos acontecimentos “extra-ordinários”. Segundo ele, a passagem de um domínio a outro é marcada por modificações no comportamento, o que faz, por sua vez, que tais mudanças criem as condições para que tais acontecimentos sejam percebidos como especiais. Assim, as festas, em tal contexto, constituem-se em “momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores considerados altamente positivos. A rotina da vida diária é que é vista como negativa”. (1997: pp. 47-52)

Também Lacerda, em sua pesquisa realizada no início dos anos 90 sobre a farra do boi numa comunidade litorânea de Santa Catarina, percebe que o chamado “tempo da alegria”, expresso em festividades como o terno de reis, o boi de mamão, a farra do boi e outras, parecem constituir-se em intervalos na vida normal:

A vida social nativa parece pulsar entre um tempo ordinário marcado pela administração do trabalho (assalariado, cooperativo, doméstico) e um tempo extraordinário marcado pela eclosão de folias, cantorias e cortejos. (1994: p. 60)

Brandão, ao tratar da estrutura da festa popular no Brasil, define-a como um lugar simbólico onde cerimonialmente separa-se o que deve ser esquecido e não festejado do que deve ser resgatado da coisa ao símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado, celebrado. Nesta perspectiva, a festa aparece como um espaço transicional, que demarca o tempo, restabelece laços, exagera o real e transfigura os sujeitos. Por isso, a festa é um lugar de metáforas e da memória, “um acontecimento extra-ordinário que se apossa da rotina e não rompe, mas excede sua lógica, e é nisso que ela força as pessoas ao breve ofício ritual da transgressão”. (BRANDÃO<sup>53</sup> citado por LACERDA, 1994: p. 121, n.r. 5)

---

<sup>53</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papyrus, 1989.

As festas antigamente realizadas no Córrego Grande parecem ocupar uma posição privilegiada no quadro nativo de representações. Frente à leitura de DaMatta, os antigos moradores do Córrego evidenciam um panorama dicotomizado, onde figuram, de um lado, as árduas atribuições diárias, obrigatórias, imprescindíveis à sobrevivência da unidade doméstica e, de outro, as festas, as brincadeiras, enfim, aqueles eventos de reunião ansiosamente aguardados. O que corrobora tal percepção bipartite dos domínios da vida refere-se às vestimentas: compravam roupas especiais – como os vestidos de pelúcia e as roupas boas – para ir às missas ou às festas. Pulsação, como disse Lacerda, entre um tempo ordinário – do trabalho na roça e das roupas feitas a partir dos sacos de ração – e um outro, extraordinário – da eclosão de festejos e dos vestidos comprados no centro.

De igual modo, a proposta de Brandão, onde a festa aparece como um espaço transicional, que demarca o tempo, traz luz sobre o suposto calendário festivo outrora vigente no Córrego. Como visto, os informantes arrolaram um conjunto festivo de ocorrência bem distribuída ao longo do ano que, fugindo à ordinariedade do cotidiano, culminavam por restabelecer laços muitas vezes afrouxados e dispersos frente às demandas do dia-a-dia. Assim, creio plausível conceber os festejos outrora em voga no Córrego Grande como acontecimentos “extra-ordinários” que, além de tudo mais, excediam a lógica da rotina, tal qual a farra do boi compõe exemplo quando prescreve percepções e usos dos espaços diversos daqueles rotineiramente enfocados.

## **AS FEITICEIRAS E OS LOBISOMENS**

Figura 16 Cenário evocativo de escuridão e medo

Criação: professores, alunos e pais da E.B.M. Padre J.A. Rohr, Associação Amigos do Córrego Grande e comerciantes locais, 2003

Foto do autor, 2004

Outro item bastante destacado, mas muitas vezes oprimido das constatações a respeito da vida na então comunidade, refere-se às aparições de feitiçeras e lobisomens. No decorrer das entrevistas, as narrativas sobre tais incidentes e seus personagens somente vinham à tona em derradeiros momentos, naqueles em que, já me preparando para sair, abrandava as perguntas.

Os informantes descreviam estes episódios assim como seus protagonistas de forma bastante enfática, como deixam claros seus testemunhos: “Tinha bruxa no meu tempo!” (Dona Rosa); “existiam feitiçeras naquele tempo!” (Seu Maneca); “lobisomem tinha muito também!” (Seu Joca). Asseveram que naquele outro tempo muitos desses seres surgiam e vagavam pelas redondezas, tanto que no próprio Córrego Grande um morro fora chamado de Morro das Feitiçeras devido ao fato de ali “aparecer muita coisa” (Dona Nilza).

Aqui tinha lenda. Meu pai sempre falou que existia lobisomem, que hoje se falar pra alguém ninguém acredita, né!?, e que tinha feitiçera. Existiam essas lendas e o pessoal mais antigo dizia que era verdadeiro. Minha mãe contava casos que tinha que esperar que o galo cantasse pra depois a pessoa seguir. Agora, também, a gente não sabe, mas que existia, existia! Nós tínhamos cavalo, o cavalo corria no pasto de noite. Diziam que elas [as feitiçeras] montavam no cavalo de noite. Tinha mula sem cabeça, teve gente que viu!

(Seu Joca)

Maluf, em seu estudo realizado no final dos anos 80 sobre as narrativas de bruxas contadas pelos moradores da Lagoa da Conceição, constata a recorrência de alguns temas como o da criança embruxada, do roubo da canoa do pescador e das bruxas que assustam os passantes durante a noite. Segundo a autora, “os núcleos dramáticos e a estrutura geral que servem como base das narrativas se mantêm, mudam os lugares, os protagonistas... mas não chegam a alterar a estrutura comum recorrente, a não ser quanto ao desfecho”. (1993: pp. 57-58).

De forma bastante similar, as narrativas enunciadas pelos informantes do Córrego recaíam sobre uma quantidade finita de temas:

Diz que quando a criança chora muito é que está embruxada. Aí, um dia, meu irmão estava chorando e minha mãe disse que levou a mão assim no escuro e pegou uma coisa. Aí a mãe disse: ‘Acende a luz que eu peguei uma bruxa!’. Acendeu a luz, pronto, sumiu!

(Dona Nilza)

O cara era casado e chegou depois da meia noite em casa, olhou pro lado da cama e a mulher não estava. Quando chegou o outro dia ele viu a mulher

dele conversando com outra senhora. Aí tinha uma canoa – isso aconteceu na Lagoa – e ele se escondeu dentro da canoa. Aí vieram as duas feiticeiras, pegaram a canoa e saíram, foram embora. Aí uma disse pra outra: ‘Pô, que catíngia de sangue real!’. Sangue real é sangue humano. Aí foram lá bem longe, e o cara escondido na canoa. Depois voltaram. Quando chegou no outro dia ele disse pra mulher: ‘Ó Ana, esta noite eu estive longe, bem longe. Eu trouxe até um galho de oliveira’. E essa oliveira só dava num lugar bem longe. Aí ele disse: ‘Ah, tu és feiticeira!’. Ela disse: ‘Como?’. ‘Tu és feiticeira. Esta noite tu e a tal fulana pegaram a canoa e eu estava dentro da canoa também. Eu trouxe um galho de oliveira pra te provar que vocês estiveram lá onde tinha oliveira’. A mulher lembrava, mas não podia dizer pro marido porque senão acabava o encanto. Quando alguém descobria acabava o encanto.

(Seu Joca)

Eu arrumei uma namorada lá no centro e só tinha ônibus até na Rotisseria Dona Benta às dez horas e outro até o cemitério do Itacorubi à meia noite. Era o último ônibus. Eu tinha que vir embora, aí eu peguei o da meia noite e cheguei ali no cemitério quase uma hora da madrugada. Não tinha luz elétrica, não tinha casa em lugar nenhum, tudo escuridão. Então eu vim embora e quando eu cheguei ali antes do Morro das Feiticeiras eu vi uns vultos no canto do caminho. Aí veio no meu pensamento: ‘O que está fazendo um porco a esta hora aí?’. Quando eu fui passando veio no meu pensamento: ‘Um porco!’; ele vira pra mim e fala: ‘Óinc, óinc’, mas não me atacou. Aí tinha um morrão alto pra subir e chegar na minha casa. Não corri, só apertei o passo, andei mais rápido. Aí quando cheguei em casa até dentro do sapato tinha suor. Disseram que era lobisomem, era grande assim, grandão!

(Seu Joca)

Tais temas estavam presentes em grande parte das entrevistas, onde afluíam sentimentos simultâneos de medo, mas também de saudades de um Córrego diferente, onde, ao mesmo tempo em que todos se conheciam, o pavor do desconhecido também lhes era referencial. Na medida, portanto, em que desaparecem seus antigos modos de vida e o velho Córrego Grande das chácaras e da escuridão, também se dissipam as crenças naquelas assombrações, naqueles seres assustadores, conforme evidenciam os seguintes testemunhos: “Feiticeira, lobisomem. Acabou-se, acabou-se! Veio esse movimento de casa e ‘compra terreno’, ‘vende terreno’. Acabaram-se as aparições, essas coisas assim”. (Seu Maneca)

Aí eu acho que evoluiu e pararam de aparecer as bruxas e os lobisomens. Foi evoluindo, vieram mais casas, mais tudo, a geração é outra. Acho que foi isto porque hoje em dia não tem. Eu acredito que a geração que se criou ali acabou.

(Dona Nilza)

Na época antiga existia tudo, só que hoje não existe. Não existe porque eu acho que aquela reza, quem conhecia as rezas foi morrendo e não deixou mais nada pra ninguém. Eles dizem que é lenda, todo mundo fala que é lenda. Existiu! [...] Ainda tem um senhor aqui que ainda é, um que mora

aqui em cima, um baixinho. Ele é lobisomem. Dizem que ele tem uma reza e que ele é lobisomem ainda. Agora há pouco viram ali na creche um lobisomem. Dizem que é ele. O pessoal antigo já falava nele também há bastante tempo.

(Seu Joca)

De qualquer forma, a eloquência e a intensidade com que as histórias sobre feiticeiras e lobisomens eram narradas, assim como sua variedade, demonstram um vínculo bastante estreito entre este acervo de crenças e a vida e o imaginário dos antigos moradores do Córrego Grande. A ênfase dos informantes recaía numa conexão entre a existência de tais seres e um tempo em que um modo de vida rural ainda era predominante. No entanto, mesmo em grande parte advogando sua não mais aparição devido, principalmente, à chegada dos novos habitantes, os informantes reverberaram uma certa ansiedade ao relatar que um lobisomem esteve circulando pelas redondezas. Mesmo que seus espaços e seus outrora modos de vida venham sendo suplantados, não há como negar que “eles” ainda ali estão. “Eles” tanto no sentido de lobisomens e feiticeiras quanto no de um universo de antigos correguenses que ainda fazem repercutir suas crenças pelo bairro urbanizado.

No que concerne a eventuais diferenciações entre os citados seres, Maluf distingue a bruxa, movida por forças inconscientes, da feiticeira, que atua voluntariamente. Não me pareceu, no Córrego, haver tal distinção, os nativos chamando umas e outras indistintamente. Relativamente aos lobisomens, Maluf não faz a eles nenhuma alusão, mas tão-somente a alguns bruxos homens que diz ter ouvido falar em raros momentos na Lagoa, mas que não correspondiam, no entanto, às definições que a própria comunidade dava para a bruxaria. Eram, em geral, curandeiros, conhecedores de ervas medicinais e com uma habilidade específica, ou velhos que inspiravam medo e respeito nos outros moradores e eram, por isso, chamados de bruxos. (1993: pp. 101 e 116-117) Motta, em sua pesquisa, ouviu um relato sobre lobisomens: um de seus informantes lhe contou que conhecia um sujeito que se transformava em lobisomem e saía para assustar as pessoas até ser pego por um grupo de homens que o tocaram munido de facões, com o que ele voltou ao normal. (2002: pp. 156-157) Já Cascaes apresenta uma outra distinção, que, embora bastante genérica, parece coincidir com as formulações nativas dos correguenses: “A mulher não pode ser lobisomem, só o homem. Bruxa, só mulher. Cada um tem sua especialidade”. (CARUSO; CARUSO, 1997: p. 80)

Cascaes também chama atenção para o fato de que o interior da Ilha era constituído, basicamente, por “mato e caminhos tortuosos”, cuja passagem amedrontava os homens. Por isso, segundo o autor, é que os antigos moradores usavam tanta superstição: “Não se deve



abrir a porta da casa antes do galo cantar. Quando o galo canta, ele espanta todas as visões, todos os fantasmas”. Ademais, adverte para a elevada mortalidade infantil, então atribuída para o que chamavam de “ataque bruxólico”, mas que na realidade era fruto de doenças originadas, sobretudo, pela falta de higiene. (CARUSO; CARUSO, 1997: pp. 75-76 e 96)

Maluf, partindo de outro prisma, concebe a narrativa como uma forma de contar a realidade, de falar sobre algum plano da vida social não manifesto em outros níveis do discurso. Para ela, as narrativas de bruxaria mostram uma dimensão do imaginário nativo subjacente às manifestações mais explícitas de sua cultura e não tornada visível pelos modelos e discursos conscientemente manipulados. Relaciona duas formas diferentes de discursos sobre as bruxas: um discurso mais geral, como aquele referente à criança embruxada; e outro representado pelas narrativas propriamente ditas, histórias contando situações particulares de bruxaria e envolvendo pessoas da comunidade (a história da canoa) numa forma de discurso figurativo construído a partir de um encadeamento de ações com início, meio e fim. (1993: pp. 55-56 e 173) Além disso,

[...] não basta conhecer e poder falar sobre bruxas para demarcar uma identidade. O que demarca a diferença é o envolvimento com o nível narrativo, a vivência, direta ou através de uma pessoa próxima, de uma situação de bruxaria. São as narrativas a possibilidade de contar uma história em que exista esse envolvimento – mesmo que indireto – por parte do narrador, que fazem de alguém um integrante da comunidade. (MALUF, 1993: p. 92)

Segundo a autora, no caso da Lagoa, os espaços típicos de aparecimento das bruxas eram zonas proibidas, terrenos que não pertenciam a ninguém, na beira das estradas, em zonas limítrofes que proporcionavam fantasias de todos os tipos sobre os perigos que as habitavam. Além disso, o surgimento da bruxa dava-se pela transformação ou metamorfose inconsciente de uma mulher durante a noite. Poderia manter sua forma feminina ou se transformar num animal, evidenciando a passagem para um outro estado, diferente do normal. O fato da transformação se dar à noite representa, para Maluf, a aproximação com forças obscuras e descontroladas, tendentes ao rompimento das regras morais e à emersão da imagem de uma sexualidade feminina perigosa para os homens. (1993: p. 97)

Outra figura bastante referenciada no Córrego e que encontra uma substancial consonância com a existência das bruxas é a benzedeira. Na localidade, Dona Rosa é quem fazia e continua a fazer o dito papel, acumulando outros saberes como o de parteira e o de curandeira. Tal rol de conhecimentos e atribuições sempre lhe outorgou posição notável e diferenciada frente à comunidade, tudo isso demonstrado pelos diversos testemunhos dos

antigos moradores locais assim como os dela própria. O fato de sair à noite para realizar partos, andar a cavalo, cuidar da sua roça e dos seus animais, em suma, agir e realizar tarefas prescritas, àquela altura, primordialmente aos homens, lhe outorgava e ainda lhe outorga posição extraordinária naquele contexto social.

Caracteres também visualizados por Maluf na Lagoa, onde as benzedadeiras eram reconhecidas pela comunidade como detentoras de um saber, desempenhando um papel social e estabelecendo laços sociais com outros moradores. Ali, similarmente ao Córrego, eram tidas como portadoras de um vasto conjunto de capacidades: conhecimentos curativos, sobre ervas medicinais, rezas e benzeduras, quanto ao parto e ao cuidado dos bebês recém-nascidos, dos procedimentos rituais para enfrentar ou proteger de malefícios como quebranto, mau-olhado, feitiçaria e bruxaria. Suas ações eram orientadas através da fé e de um saber manipulado conscientemente pelas rezas. (1993: p. 119) No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que

[...] a própria condição de poder que existe em torno da benzedadeira, seus atributos, seus conhecimentos secretos a investem de uma aura que faz com que ela seja, em muitos momentos, uma estranha dentro de sua própria sociedade, como são também as bruxas. O medo depositado na bruxa fala de um poder presente de forma virtual em qualquer mulher da comunidade. É o mesmo poder que se instala na benzedadeira, habilitando-a a exercer suas atribuições. Numa certa medida, ela é o duplo da bruxa e deve a ela uma parte de sua existência. (MALUF, 1993: pp. 132-133)

Trazer à tona as representações dos antigos moradores do Córrego acerca das suas crenças nesses entes sobrenaturais visou, notoriamente, ampliar todo o quadro já descrito quanto aos seus modos de vida no outro tempo. Destacar os relatos sobre lobisomens, feiticeiras, representa dar vazão e visão a um corpo de caracteres que, outrora, fulgurava intensamente. Fulgor que, abrandado pelo processo de urbanização advindo nas últimas décadas, arrefeceu, mas não deixou de resplandecer como prova tudo o que foi descrito. As bruxas já não existem como existiam ofuscadas que foram por tudo isso que, com pouca cerimônia, se instalou. A vida de antigamente submerge nessa profusão de identidades do agora bairro. Antes absolutamente emergentes, os modos de vida e as percepções de mundo dos referidos informantes hoje se apresentam na enunciação de recordações a respeito, por exemplo, da antiga altivez das feiticeiras e lobisomens que, afugentados, revivem em memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem sutileza, adentro nessas considerações finais com algumas das descrições realizadas por Várzea, o contista e escritor, acerca do Córrego Grande nos idos anos de 1900. Àquela altura, ele ali viu e, por conseguinte, legou-nos com seus dizeres, um quadro onde despontavam, muito mais que as poucas pessoas ali residentes, fios d'água abundantes e colinas sobrepostas que, inclusive, faziam-no recordar os ditos do historiador português Oliveira Martins sobre o Tibete: “imensa folha de pergaminho amarrotada”. Por certo, grande parte das povoações situadas no interior da Ilha de Santa Catarina mereceu, naqueles tempos, descrições de tal gênero: onde seus escassos habitantes submergiam em meio à imensidão solitária da mata e das pequenas roças.

No entanto, como já dito, já são idos, há muito, os anos de 1900. Não é à toa, de qualquer jeito, que a eles aqui faço menção. Como observaram Mara Lago e Lacerda, as povoações interioranas desta Ilha – pequenas comunidades – não sofreram notáveis alterações, seja nos modos de vida dos seus habitantes seja nas suas dimensões, por quase dois séculos: desde meados do século XVIII, quando da chegada dos imigrantes açorianos que, em grande parte, povoaram tais regiões, até o meio do século XX. Neste cenário, portanto, o vigor das palavras de Várzea a respeito do Córrego Grande não se esvai: sua população rareada e seus dotes naturais são também tema central das narrativas dos ali habitantes nas décadas de 60 e 70 do século recém-passado.

Habitantes, aliás, que se constituíram em meus informantes referenciais ao terem acompanhado as duas fisionomias do mesmo Córrego: como comunidade rural e como bairro urbanizado. Inquiridos sobre as mudanças sobrevindas nessas alterações fisionômicas da localidade – enxergando o passado através das lentes do presente – seus testemunhos compunham perspectivas centradas, principalmente, na vivacidade dos tempos de antes, onde todo mundo conhecia todo mundo. Estes antigos moradores queriam é falar do passado, momento em que os forasteiros, seus loteamentos e automóveis ainda não figuravam nem em imaginação.

Seu quadro, portanto, do Córrego Grande daquele tempo, enfatizava a escassez de gente e de casas, a primazia das chácaras e do mato, a presença constante dos festejos e das feitiçerias. As atividades, centradas nos cultivos e nas criações de animais, destinavam-se, sobretudo, à subsistência, mas, também, ao reforço dos laços de vizinhança através das trocas dos produtos colhidos. As nuances topográficas, que impunham os limites do Córrego,

apareciam em detalhes nos seus relatos: havia a baixada e as encostas dos morros, o Sertão e o Sertão de Dentro; os primeiros estavam “embaixo”, parte mais ocupada e próxima; os últimos, “em cima”, ponto mais ermo e distante. Também locais como o Rio Córrego Grande, o Matadouro dos Vidal, a Chácara e a Igreja dos Padres, brotavam dos seus discursos, com veemência e saudade, como marcos dos seus cotidianos e dos seus vínculos sociais de outrora. Nas palavras de um dos informantes: “A batida do sino da Igreja dos Padres passou a ser referência pra toda a comunidade almoçar...”.

Também os eventos realizados no Córrego Grande eram, de modo enfático, rememorados e detalhadamente descritos: as missas traziam gente de todo o povoado e demandavam o uso de roupas boas; a Igreja dos Padres, na festa dedicada ao Puríssimo Coração de Maria, era enfeitada com arcos de bambus e bandeirolas; as meticulosas varreduras dos quintais das casas precediam às andanças do Divino pelos caminhos da localidade; a festa da Laranja, realizada na vizinha comunidade da Trindade, impressionava com os fogos de lágrima e as barraquinhas enfeitadas com laranjas em pencas.

Num quadro similar, apareciam, também, as juizadas, feitas na casa de algum festeiro do local e fulguradas pelas rezas cantadas e as trocas de velas entre pares de rapazes e de moças. Velas que decoradas com fios dourados, flores e purpurina instigavam disputas pela criação das peças mais bonitas. Outras manifestações festivas como o pão por Deus, o boi de mamão e o terno de reis irrompiam dos testemunhos dos informantes de forma igualmente vívida e intensa. Tal qual ocorria com a farra do boi que, ainda hoje praticada sorratamente em alguns pontos do bairro, fazia emergir nítidas descrições ressaltando a disponibilidade, na altura, de espaços vazios para a realização das correrias, incontestes, em fuga dos bois bravos. Celebrações e festejos, enfim, que, em profusão ao longo do ano, revelam um intenso panorama subjacente à penosa e pacata vida cotidiana. Eventos, enfim, reveladores de modos de vida e percepções estéticas unívocas.

Assim, ao compartilhar os mesmo referenciais sócio-espaciais, ir aos mesmo locais, participar das mesmas festas, praticar os mesmo cultos, resta visível a emergência, no antigo Córrego Grande, daquilo que Freyer concebe como “elemento essencial da estrutura comunitária”. Segundo o autor, viver em comunidade significa viver num mesmo mundo, estando este mundo presente em cada um. Tal qual o caso do Córrego, a comunidade, para Freyer, implica a convivência num espaço comum, significando, por conseguinte, que todos estão sujeitos às mesmas condições, estando presos ao mesmo estilo de vida. Seguindo, também, o que Bauman pressupõe para a existência de uma comunidade, a dizer, homogeneidade – ou “mesmidade” – e um conjunto bem tecido de biografias ao longo de uma

história duradoura, o Córrego Grande de outrora, no quadro fornecido pelos informantes, caracterizado pela presença de laços estreitos entre os seus então reduzidos moradores, também aí se identificaria com o referido conceito de comunidade. Também dentre os componentes que Durham arrola como requisitos para a qualificação de uma relação social como comunitária, vigora aí a mesma identificação: homogeneidade, afetividade, proximidade espacial, participação numa totalidade, sentimento de pertencimento.

Desta forma, frente aos vários – em que pese sua semelhança – pressupostos levantados pelos teóricos em suas caracterizações acerca das relações comunitárias, o então Córrego Grande, na imagem fornecida pelos informantes, mostra-se exemplificativo ao materializar, principalmente, “mesmidade” e biografias bem tecidas. Ao arrolar, com facilidade, as famílias outrora ali residentes e enaltecer o fato de que todos se conheciam, os moradores corroboravam, por fim, a ali constituição de vínculos comunitários.

No entanto, o quadro que vem se impondo a partir das três últimas décadas na região culminou por alterar significativamente o contexto em voga na então comunidade do Córrego Grande. Com a instalação, nas suas imediações, da UFSC, da Eletrosul e das empresas públicas agrícolas – além dos investimentos infra-estruturais advindos – conseqüências de várias ordens vieram intensamente a eclodir no Córrego. Local até então rural, constituiu-se, em poucos anos, numa preciosa frente de expansão urbana. Fato que redundou na dissolução de muitas das chácaras ali existentes e na construção de vários loteamentos, carreando, por certo, uma grande quantidade de migrantes em busca de moradia em proximidade com seus locais de estudo ou trabalho.

Hoje em dia, portanto, nada mais razoável do que chamar o Córrego Grande de bairro, fazendo referência, através de tal denominação, aos caracteres urbanos já ali há anos embrenhados. E é justamente neste contexto em que realizei a pesquisa de campo. Num bairro em que meus informantes, que se atribuem e se intitulam “nativos” convivem com os, por eles chamados, “forasteiros”. Os primeiros assim se auto-denominam em função de terem nascido ou vivido grande parte de suas vidas no Córrego e de o terem conhecido como uma comunidade, mas, também, por compartilharem uma identidade bastante peculiar (açoriana, por atribuição). Já os segundos, os forasteiros, são os migrantes (e seus descendentes), de hábitos e crenças bastante diversas das dos nativos e que vieram com a urbanização. Estes últimos, em grande parte, como que encarnam, para os nativos, a chegada da cidade.

Assim, nesse bairro entremeado por nativos e forasteiros, casas dos mais variados estilos e igrejas de diversas ordens religiosas, lojas de toda sorte de artefatos e restaurantes de várias especialidades, impera um quadro cuja melhor palavra a defini-lo seria

heterogeneidade. Caberia, portanto, questionar-se sobre a existência de uma comunidade num caso de tal ordem, pelo menos a partir das caracterizações usuais acerca do conceito.

De qualquer modo, mesmo em condições em que as mudanças urbanizadoras ocorrem brusca e intensamente, constatações como as de Maluf, a respeito do fenômeno observado na Lagoa da Conceição, merecem reflexão. Naquele local, segundo a autora, ao mesmo tempo em que o processo de urbanização e incorporação a uma cultura urbana diluía os contornos da comunidade, também provocava, nos ali nativos, expressivas evocações à outrora vida comunitária. Narrativas, como as de bruxaria, por exemplo, passaram a se configurar como articuladores simbólicos de fronteiras, dos contornos da comunidade, construindo diferenças em meio a uma cultura urbana emergente. Em suma, tornaram-se constituintes de identidade entre eles.

No presente Córrego Grande, urbanizado, denso e heterogêneo, processos tais quais os verificados na Lagoa por Maluf, fazem-se também ocorrer. Em meio ao frenesi do bairro em que agora vivem, meus informantes, protagonistas daquela outrora comunidade, recorriam, constantemente, às narrativas sobre a vida de então, daquele período anterior ao sobrevindo fluxo urbanizador. Narrativas comprovadoras de um conhecimento que, além de elevá-los a um patamar privilegiado de distinção relativamente aos forasteiros que não vivenciaram o Córrego do passado, propiciam a manutenção e o reforço dos laços entre esses antigos moradores. Pois, ao comungar recordações, por exemplo, acerca da Chácara dos Padres, das juizadas e das feiticeiras, recriam, de outro modo, vínculos comunitários.

Também, de forma nostálgica, estes moradores referiam-se àquele período, mesmo que árduo e difícil, como um tempo bom, de vida pacata, onde todos se conheciam, se visitavam. Reminiscências que, focando a comunidade de então, figuram como preciosos mantenedores de vínculos entre os antigos moradores, agora habitantes de um dinâmico e populoso bairro.

Processo, aliás, visualizado por Bauman, para quem, nas cidades atuais, marcadas por individualismo e insegurança, a comunidade passa a representar uma espécie de paraíso perdido – um lugar cálido, confortável e aconchegante, onde as pessoas não são surpreendidas nem são estranhas entre elas. Neste contexto, a comunidade, conforme o autor, passa a evocar o que as pessoas sentem falta e do que necessitam para viver seguras e confiantes. Na mesma linha, Durham chama a atenção para a identificação da idéia de comunidade, na linguagem comum, com harmonia nas relações sociais, o que, por sua vez, culmina por elevá-la a uma espécie de mito, ideal da vida social da contemporaneidade.

Ideal, portanto, que, em muito, pode ser testemunhado nas narrativas dos meus informantes, caracterizadas por projetar, naquele já ido Córrego do passado, representações de aconchego, segurança, harmonia, enfim, de um “estar” tão-somente entre os seus. Além dessas projeções, constantemente acionadas, devo lembrar o que disse antes com base nas colocações de Maluf: visualizar o quadro comunitário do passado e, mais do que isso, ter vivido naquela antiga comunidade, constitui-se num relevante demarcador identitário. Para os nativos do Córrego, com as mudanças radicais havidas em seu território, ser, hoje, do “pedaço” (MAGNANI) demanda possuir a vivência e o conhecimento quanto à sua antiga comunidade, algo alheio aos forasteiros. Além de saber, por exemplo, a exata localização dos já desaparecidos engenhos, as datas das festas realizadas pela comunidade afora ou os locais mais habituais de aparição das feiticeiras e dos lobisomens, é muito importante que se tenha vivido e compartilhado esses bons tempos comunitários.

Assim, o pedaço desses antigos correguenses está menos ligado a uma atual apropriação do espaço urbano – tal qual é o caso da pesquisa de Magnani na periferia de São Paulo – do que à comunhão de um mesmo sistema de referências, dos quais, coloco em destaque, a vinculação com o passado comunitário do local que reforça uma identidade nativa. Situo tais requisitos primordialmente no plano simbólico devido aos próprios referenciais espaciais locais terem se esvaído com o processo urbanizador. Grande parte das antigas chácaras foi desmembrada, loteada e vendida; o Rio Córrego Grande, além de poluído, teve seu volume d’água dramaticamente reduzido; o Matadouro dos Vidal fechou suas portas. Em suma, a urbanização penetrou por todos os lados e de várias formas pela comunidade.

Outra perspectiva analítica bastante consistente remete ao percurso de campo que então desenvolvi. Como já descrito, entrevistei, primeiramente, um antigo morador do Córrego que, me indicou a outros, e assim sucessivamente. Em muitas ocasiões, estes que indicavam iam juntamente comigo às casas dos indicados, participando, eventualmente, da entrevista com os últimos, o que me mostrava até onde me fora reconstruída uma antiga rede de relações. Neste quadro, ante minha insistência em conhecer o passado do local, grande parte dos informantes descrevia, minuciosamente, as antigas configurações do Córrego, evocando as qualidades daquele tempo. Tal postura dava mostras da atual existência de vínculos sociais apoiados nas reminiscências e idealizações acerca da sua outrora comunidade. Tais atuais redes de sociabilidade (AGIER), desvinculadas do *a priori* da antiga referência espacial, colocavam, por conseguinte, estes moradores em relação.

Eventualmente corporificadas em associações como a representada pelo Grupo da Terceira Idade Paz e Amor, que reúne vários dos meus informantes, tais redes dão nítidas

mostras da realidade presente do bairro. Uma localidade que, com a urbanização, inviabilizou a antiga estrutura comunitária. Sem contigüidade espacial, estas redes de sociabilidade compartilhadas por meus informantes culminam por constituir-se, por um lado, num privilegiado meio de manutenção das outrora ali vigentes relações comunitárias, e, por outro, em espaços referenciais onde afloram novas formas de vínculos sociais.

Pela via, portanto, da existência de um pedaço – aqui apoiado, principalmente, na comunhão de um mesmo sistema de referências – e das novas redes de relações tecidas no presente Córrego, os antigos moradores fazem valer os dizeres pintados no muro da principal escola do bairro: “E a comunidade ainda vive, como deve viver nossa gente!”.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Lugares e redes: as mediações da cultura urbana. Tradução de Emília Pietrafesa de Godoi. In: *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.), Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

BASTOS, Rafael José de Menezes. Introdução. In: BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). *Dioniso em Santa Catarina: ensaios sobre a farra do boi*. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC Edições, 1993. pp. 09-33.

\_\_\_\_\_. À luz de Dioniso: uma contribuição à etnografia do boi no campo (farra de boi) catarinense. In: BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). *Dioniso em Santa Catarina: ensaios sobre a farra do boi*. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC Edições, 1993. pp. 143-156.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BECK, Anamaria. *Lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório*. Trabalho apresentado ao concurso de professor titular, UFSC (volume 1), 1979. Mimeografado.

BITTENCOURT, Luciana. A fotografia como instrumento etnográfico. In: *Anuário Antropológico/92*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1994. pp. 225-241.

CARUSO, Raimundo; CARUSO, Mariléia M. Leal. *Vida e cultura açoriana em Santa Catarina: 10 entrevistas com Franklin Cascaes*. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CASCAES, Franklin. *Festas juninas*. Florianópolis: Museu de Antropologia da UFSC, 1978.

CASTELLS, Alicia Norma Gonzalez de. *A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST*. Tese, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os hábitos não esquecidos: A recriação da casa COHAB nas mãos do povo*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 1987.

DAMATTA, Roberto. *A Casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Comunidade. In: DURHAM, Eunice Ribeiro. Organização de Omar Ribeiro Thomaz. Prefácio de Peter Fry. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. *O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis*. Dissertação, Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1997.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura: 2000.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. A farra do boi: entre o mito e o fantástico, riso rabelaisiano. In: BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). *Dioniso em Santa Catarina: ensaios sobre a farra do boi*. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC Edições, 1993. pp. 125-142.

FONTES, Oleone Coelho. *Antônio Moreira César (1850-1897): um dos esteios da República*. Disponível em: <<http://www.portfolium.com.br/biografia.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2005.

*Histórico do Município de Florianópolis: Introdução*. Guia Digital Florianópolis. Versão 1.0. Edição 2001. Copyright©2000 ITIS Informática Ltda. 1 CD ROM.

LACERDA, Eugênio Pascale. *As farras do boi no litoral de Santa Catarina*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), UFSC, Florianópolis, 1994.

\_\_\_\_\_. Farra do boi: a história e a polêmica. In: BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). *Dioniso em Santa Catarina: ensaios sobre a farra do boi*. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC Edições, 1993. pp. 115-123.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Memória de uma comunidade que se transforma: um estudo de caso de processo de urbanização de uma comunidade de origem açoriana no litoral da Ilha de Santa Catarina. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª fase, nº 11. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1992. pp. 139-151.

\_\_\_\_\_. *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. *Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Editora da UFSC, Fundação Catarinense de Cultura, 1988.

\_\_\_\_\_. *Santa Catarina: a terra, o homem e a economia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1968.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP e HUCITEC, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

MALUF, Sônia. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.

MARCON, André da Lança. *O plano diretor do município de Rio do Sul (SC) como instrumento ineficaz de política urbana*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Direito, UFSC, Florianópolis, 2001.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. *A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado*. Dissertação, Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2000.

MOTTA, Flávia de Mattos. *Gênero e reciprocidade: uma ilha no sul do Brasil*. Tese, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

*No tempo da carne seca: histórias sobre o Córrego Grande e seus moradores*. Direção e Produção: André da Lança Marcon e Mônica Siqueira. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), UFSC, 2003. 1. videocassete (28 min.), VHS, son., color.

NUNES, Sebastião Manoel. *João Alfredo Rohr: o padre motoqueiro*. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2000.

*O Córrego*. Informativo do Conselho Comunitário do Córrego Grande – COGRAN. Ano II, nº 4. Florianópolis, julho de 2004.

PAULI, Evaldo. *A fundação de Florianópolis*. 2ª ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Nereu do Vale. *A modernização de Florianópolis*. Tese, Livre Docência em Sociologia, UFSC, Florianópolis, 1974.

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. *Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX*. 2000. Disponível em: <<http://www.gentree.org.br/tropas.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

PIAZZA, Walter. *A epopéia açórico-madeirense (1747-1756)*. Florianópolis: Editora da UFSC e Editora Lunardelli, 1992.

RIAL, Carmen Sílvia de Moraes. Manézinho: de ofensa a troféu. In: *Antropologia em Primeira Mão*. nº 48. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFSC, 2001. pp. 17-21.

\_\_\_\_\_. *Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. Dissertação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1988.

RODRIGUES FILHO, Ison Wilmar; WENDHAUSEN, Renato. *Dicionário de regionalismos da Ilha de Santa Catarina e arredores*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, Lunardelli, 1996.

SILVA, Etienne Luiz. *O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 1978.

SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a Via de Contorno Norte Ilha*. Dissertação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

THIOLLENT, Michel. O processo de entrevista. In: THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

UFSC estimulou urbanização: Região da Trindade se desenvolveu em torno do *campus*. Faculdade de Direito foi embrião. *Jornal A Notícia*. AN Capital. Capa. Florianópolis, 13 mar 2002. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/ancapital/2002/mar/13/>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a Ilha*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

## ANEXO A

## Transcrição do vídeo etnográfico

*No tempo da carne seca: histórias sobre o Córrego Grande e seus moradores*

Direção e Produção: André da Lança Marcon e Mônica Siqueira.

Florianópolis:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS),

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),

2003. 1. videocassete (28 min.), VHS, son., color.

obs.: no que tange às transcrições, tal qual exposto anteriormente, corrija-as no intuito de não desvalorizar a fala nativa quando em confrontação com o linguajar do etnógrafo.

---

## O Bairro

Mônica: O início do Córrego Grande, o marco do início é aqui? (entroncamento da Avenida Beira-Mar Norte com a principal rua do bairro, a João Pio Duarte Silva);

Seu Milton: O marco é aqui, nesse trevo aí. Daqui pra lá é Córrego Grande. Está lá a placa: João Pio Duarte Silva... vai até o final. O que posso dizer pra vocês é que era uma chácara só;

André: Só com a abertura da pedreira pra fazer a rua é que o ônibus começa a passar? (a pedreira é um paredão de pedra rente à rua principal do bairro, quase em frente ao Horto Florestal);

Seu Milton: É!

Mônica: Essa parte da frente era a Chácara dos Padres? (passando de automóvel defronte à Escola Básica Municipal Padre Rohr);

Seu Milton: Essa parte era toda dos Padres;

Mônica: Ia até o Colégio?

Seu Milton: Ia até o Anchieta onde tem o supermercado Santa Mônica. Ia até lá, atravessava até onde tem aquela Santa Fé, aquilo tudo ali, era tudo dos Padres. Ia até no mangue;

Mônica: E o senhor acha que essa parte do Córrego mudou muito? (em frente ao Posto de Saúde do bairro);

Seu Milton: Ah! Sim, sim. Noventa e nove por cento como diz o ditado. Não tem nem comparação;

André: Aqui começa o Morro das Sete Voltas? (entroncamento na subida para a Lagoa da Conceição)

Seu Milton: Pra lá é tudo morro. Já no começo ele já começa a fazer assim ó (gesticula curvas com as mãos);

André: Chega aqui, à esquerda, vai pro Itacorubi?

Seu Milton: Pro Itacorubi. À direita pra Lagoa;

André: Acaba o Córrego aqui?

Seu Milton: Acaba o Córrego aqui! Eu só não sei se o nome da Rua João Pio Duarte Silva é até aqui ou ela termina lá. Mas eu acho que ela é direto.

---

---

## Visitando Seu Acelon

Seu Milton: Quer ir lá no Seu Acelon?

Mônica: Quero, quero sim;

Seu Milton: Ele é meio acanhado pra falar mais...

Mônica: Há quanto tempo o senhor mora aqui no Córrego?

Seu Acelon: Eu moro aqui há 65 anos. Eu vim lá do Rio Tavares quando eu tinha 1 ano;

Mônica: O que o senhor lembra da época da sua juventude? O que o senhor costumava fazer aqui no Córrego?

Seu Acelon: Aquele tempo era tempo bom. Agora não dá mais...

Seu Milton: Pra mim já acho que melhorou;

Seu Acelon: É... Só porque a gente naquela época...

Seu Milton: Porque senão a gente ia estar ainda no mato!

Seu Acelon: Naquela época a gente passava trabalho. Graças a Deus a gente não passa mais;

Seu Milton: Os seus filhos não trabalham?

Seu Acelon: Trabalham!

Seu Milton: Os seus genros, as suas noras, todos trabalham!? Quer trabalho, trabalha. Mas naquele tempo...

Seu Acelon: Às vezes a mulher diz: ah! Naquele tempo... É que às vezes a gente está com a velhice, essas coisas. Não é como era antes;

Seu Milton: Nós estranhamos. Como eu disse pra ela: nós vínhamos lá do Córrego Grande, lá do começo, quando eu fui mostrar o começo pra ela. Antes nós não encontrávamos um carro até aqui, agora você encontra a cada segundo 10, 20;

Seu Acelon: É. Agora, só que ali pra baixo nesse loteamento aí... isso tudo era uma chácara... era bonito. Agora, essas casas aí tornam mais bonito, mais estragam muito;

Seu Milton: Agora é luxo! Destroí a natureza isso aí!

Seu Acelon: Isso aí era bonito, tinha aqueles córregos todos limpos – né, Milton? – agora, vê que está tudo poluído. Se torna ruim nisso, né, Milton? Porque naquela vez a gente às vezes ia pra baixo pescar... a água muito limpa... agora está tudo podre;

Seu Milton: Agora já é a poluição, tem muita coisa já!

Seu Acelon: Mas cresce, a população cresce...

Mônica: Mas que tipo de transformação o senhor sentiu mais aqui no Córrego atualmente?

Seu Acelon: Transformação é porque naquele tempo... a gente agora vê tudo isso aí, uma cidade e antes era um... a gente trabalhava nesse negócio de chácara;

Seu Milton: Trabalho braçal, de qualquer jeito, biscate pra um, capinar um terreninho;

Seu Acelon: E esse loteamento... isso aí era do Colégio Catarinense... isso aí era cheio de vacas que eles criavam;

Seu Milton: Eu mostrei pra ela o Parque São Jorge que começava daqui e ia até o Itacorubi;

Seu Acelon: Aquilo lá que é o Berman (conjunto de edificios residenciais) era um pasto, credo, era lindo!

Seu Milton: Eles embelezaram o lugar e acabaram com a natureza;

Mônica: E qual o lado bom dessa transformação então?

Seu Milton: Pra mim, o lado bom é que tem mais opções de serviços, mais meios de se viver. Nós aprendemos a viver... que a gente não sabia viver!

Seu Acelon: É. Agora pra nós, barbaridade, credo!

Seu Milton: Nós não sabíamos porque se não fosse um jogo de futebol, uma pelada, aqui no bar, beber a cachaça... nós não tínhamos outra coisa. Agora não... Você tinha que sair fora daqui pra ir num baile, numa festa. Hoje não;

Seu Acelon: É. Mais hoje isso aqui ainda está muito atrasado porque isso não tem um clube,

---

não tem nada aí. Num domingo aí não tem um divertimento, não tem nada;  
 Seu Milton: Porque falta isso aí;  
 Mônica: O senhor acha que tem pouco lazer aqui no bairro?  
 Seu Milton: Ah, sim! Sobre isso aí tem, tem...

---

## Seu Milton

Seu Milton: A minha história que eu tenho pra contar é a seguinte: eu nasci aqui no Córrego Grande 65 anos passados, só que com mais ou menos 6 pra 7 anos eu saí daqui do Córrego Grande, aí fui pro centro da cidade... só voltei pra cá quando tinha uns 40 e poucos anos. Estou aqui há 25 anos agora de novo. O que eu sei o que era o Córrego Grande no meu tempo era como se fosse um sítio. Tinha umas 20 ou 30 casas, o resto era só chácara, gado, pasto. A nossa estrada era de chão, não tinha ônibus. O ônibus era lá embaixo na Rotisseria Dona Benta;

André: O Córrego mudou muito?

Seu Milton: O que veio a indireitar a Trindade, o que veio fazer nome na Trindade e Córrego Grande foi a Faculdade e a Eletrosul. Ali onde era a Eletrosul era um banhado; na Faculdade era um campo, um posto, uma criação de gado... esqueci o nome;

Mônica: Quais são os lugares que o senhor costuma freqüentar aqui no Córrego?

Seu Milton: Que eu freqüentava! Agora eu não freqüento lugar nenhum, eu só vou ali no Armazém. Há uns 5 ou 6 anos passados freqüentava tudo que era tipo de boteco; eu não parava em casa. Agora... o Córrego Grande é um lugar muito bom pra fazer amizade, pra se conviver... é tranquilo. Eu moro no Córrego Grande e sou beneficiado por morar no Córrego Grande. Apesar de que eu não tenho quase nada tudo o que eu tenho eu agradeço por morar no Córrego Grande porque eu só conheci gente quando vim morar no Córrego Grande.

---

## Na Casa do Seu Cide

André: A gente ficou sabendo que o senhor vive no Córrego há muito tempo...

Seu Cide: Nasci e me criei aqui no Córrego Grande. Eu nasci em 1917, dia 13 de junho;

André: O senhor nasceu onde?

Seu Cide: Nasci ali no Itacorubi e quando eu era pequeno meu pai me levou praqui perto da Subestação (Subestação de Energia Elétrica da CELESC). A infância que eu conheci... aqui era só pasto, e tinha o Morro das Feiticeiras que era onde esse loteamento Germânia (um dos condomínios recentes de alto padrão) é agora;

André: O nome daqui sempre foi Córrego Grande?

Seu Cide: Toda vida foi Córrego Grande;

André: Porque?

Seu Cide: Por causa do córrego que vem desde lá da vertente do morro, no Poção, e despeja aqui;

Dona Benta (filha do Seu Cide): A água era boa, a gente lavava no córrego tudo;

Seu Cide: Nós íamos buscar água no córrego porque era boa pra tomar, agora não dá mais, tem esgoto dentro;

André: O Córrego, depois da Universidade, mudou muito? Como o senhor viu essa mudança?



---

Seu Cide: Cresceu!!! Aqui tinha uma meia dúzia de casas; a Carvoeira tinha 5 ou 6 casas. A Faculdade era pasto do Estado, tinha gado. Aqui pra cima era onde plantavam batata;

Dona Benta: Aqui tudo era parente!

André: E os pais do senhor?

Seu Cide: Meus pais eram daqui mesmo. Meu pai era padeiro;

Dona Benta: Quase todo mundo vendeu as terras!

André: O senhor foi vendo aumentar isso tudo: carro, prédio?

Seu Cide: Vi aumentar. Ali nos Padres, ali no Anchieta, tudo nós plantávamos: melancia, batata-inglesa... plantávamos de tudo. Só que aí depois que os Padres venderam aumentou dia-a-dia;

Mônica: O que vocês sentem mais falta do Córrego de antes pro Córrego de agora, dos últimos anos?

Dona Benta: Da tranqüilidade. Não se tem paz!

---

---

Dona Dorsa

Dona Dorsa: Podia se contar as casas que se tinha no Córrego Grande. A nossa cidade quando eu era pequena não era a metade do Córrego Grande. Nós íamos à pé daqui até a Agrônômica, de lá nós pegávamos o bonde tocado a burro. Hoje está tudo diferente. Dentro do que é meu hoje tem 30 casas.

---

---

Vendo Suas Imagens

André: A Mônica sugeriu o seguinte título pro filme: “no tempo da carne seca: histórias sobre o Córrego Grande e seus moradores”. O que acham?

Dona Benta: É bom esse. Era o tempo da carne seca;

Seu Cide: Era o tempo da carne seca mesmo;

Seu Milton: Todo boteco tinha;

André: Gostaram do nome?

Dona Benta: É bom mesmo!

---

FIM